BAHIA E SERGIPE: R$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R$ 5,00
FECHAMENTO: 00H30

A TARDE

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO

www.atarde.com.br

Salvador, Sábado, 23 de abril de 2022

ANO 110 / Nº 37.614

Bahia abre o placar cedo, mas cede empate ao CSA em Maceió B5

VITÓRIA

Clube muda alvo para o treinador Ney Franco B6

Partida no Rei Pelé foi disputada e teve dois gols anulados

Ailton Cruz/Divulgação

DEMOCRACIA Mais de 80 entidades de classe rechaçam decisão de Bolsonaro que defende decreto em visita à Bahia

Perdão a Silveira gera reação

A atitude do presidente Jair Bolsonaro de perdoar a pena do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por atos antidemocráticos, gerou reação da oposição e mais de 80 entidades de classe. Em visita a Porto Seguro, no Sul da Bahia, ontem, para a celebração dos 522 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, ele defendeu a decisão e classificou o ato como "simbólico". "Ontem foi um dia importante para o nosso país. Não pela pessoa que estava em jogo [Silveira] ou por quem foi protagonista desse episódio, mas do simbolismo de que temos mais que o direito, nós temos a garantia da nossa liberdade", afirmou. Bolsonaro foi recebido por protestos de líderes indígenas. Ainda durante a solenidade, mas sem fazer referências diretas ao indulto, ele afirmou que muitas vezes enfrenta decisões difíceis, mas que não deixará de tomá-las. "Não deixaremos de dar um rumo para o nosso Brasil". A8

Bolsonaro defende decisão em visita a Porto Seguro

OBRAS DE PREVENÇÃO

Bahia investe R$ 700 milhões em encostas e macrodrenagem

A Bahia investiu, nos últimos anos, mais de R$ 700 milhões para a contenção de encostas e macrodrenagem em Salvador e Região Metropolitana. Subúrbio e Cajazeiras estão entre as áreas beneficiadas. A6

UM JORNAL DE OPINIÃO

WALTER QUEIROZ JR.

"Notáveis idosos têm ajudado a escrever a gloriosa saga desta talentosa etnia" A3

OPINIÃO \ LEITOR

"O ser humano seria mais feliz sem alienação religiosa" A2

CARLOS ALBERTO QUINTELA

Livros para todos

Com 60 unidades espalhadas por cinco municípios baianos, o projeto Livres Livros, implantado por Raissa Martins, escritora e empresária, é exemplo de ação de incentivo à leitura. Jaciara Souza teve acesso a livros distribuídos pela voluntária Josy Barros. A5

Olga Leiria / Ag. A TARDE

FÉ PLURAL

Devoção a São Jorge é retrato da diversidade

Hoje é dia de festa para São Jorge. Em Salvador, a paróquia onde ele é padroeiro fica no Jardim Cruzeiro, mas há também uma devoção em sua homenagem atualmente sediada na Igreja de São Francisco. O culto a São Jorge continua forte em todo o Brasil, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro. Uma pesquisa em edições de A TARDE aponta para os diversos elementos que a devoção ao santo ganhou na Bahia. A5

Arlindo Félix/Arquivo A TARDE

São Jorge: reverência múltipla nas religiões

CÊNICAS

Espetáculo retrata personagens lendários da Bahia antiga B7

Divulgação

A Mulher de Roxo é mostrada na peça

PROPOSTA

Projeto de lei prevê uso do pix para pagamento de pedágio A4

MUDANÇA

PT deu início a nova era na Bahia, diz dirigente B2

ISSN 1516947-2

OPINIÃO

opiniao@grupoatarde.com.br

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE.
Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br
Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Maltratar animais vai virar crime hediondo

Protetores, tutores ou ativistas antiespecistas (que lutam pela igualdade de todos os indivíduos sencientes), não importa como se definam as pessoas preocupadas com o melhor convívio, chegou o momento de participar da "campanha do crime hediondo".

Funciona assim: basta assinar, pela internet, o documento aderindo à transformação em projeto de lei da inclusão de maus tratos contra animais na lei de crimes hediondos – a Lei 8.072/1990.

Até o início da manhã de ontem, mais de 40 mil brasileiros já haviam aderido, por meio do endereço change@f.change.org mas ainda faltam 10 mil assinaturas para a proposta ser aprovada e debatida no Congresso Nacional.

A caracterização de hediondo pode alcançar, a depender da interpretação dos juízes, desde o porteiro pronto a agredir gatinhos indefesos a botinadas até violências cometidas conforme relatos da Agência de Notícias de Direitos Animais.

– Pode ser um avanço, mas vale lembrar que nenhuma lei será aprovada se for contrária a interesses econômicos mais fortes, a própria lei dos maus tratos só alcança cães e gatos – ressalva a protetora Sandra Lins, uma das mais atuantes na luta pela defesa dos animais. Ela se refere à Lei 14.064/2020, recentemente atualizada para ampliação da pena para maldade direcionada a cães e gatos.

RIGOR – De acordo com o texto da petição agora distribuída em internet, "a lei de crimes hediondos foi criada para punir com mais rigor a fim de ajudar a cobrar das autoridades". O objetivo de transformar em crime hediondo o de maus-tratos a animais já vinha sendo debatido, mas a indignação dos ativistas ganhou força com o assassinato de um cãozinho em Indaial, Santa Catarina.

"Este ato poderá pacificar as relações institucionais e estabelecer ambiente de tranquilidade. Neste entre-tempo poderá haver diálogo entre os Poderes. O momento pede cautela, diálogo e espírito público"

MICHEL TEMER, ex-presidente, sugerindo que Jair Bolsonaro revogue o perdão concedido a Daniel Silveira

Agressão contra indígena

O Ministério Público Federal (MPF) na Bahia convocou reunião para a próxima quinta-feira (28), para dar continuidade às discussões sobre o caso da agressão praticada por policiais militares sobre a Pataxó Hãhãhãe Priscila Muniz, de 31 anos. O fato ocorreu terça-feira (19), durante as festividades de comemoração do aniversário de 60 anos da cidade de Pau Brasil, localizada no Sul da Bahia, amplamente divulgado. O encontro terá a presença do Comando-Geral da Polícia Militar/BA, da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social/BA e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi). Na quinta-feira (21) o órgão sediou reunião de urgência com presença de lideranças indígenas.

Olga Leiria / Ag. A TARDE

À FLOR DA PELE | *Marcar em si mesmo a bandeira da boa terra é o retrato típico da baianidade que se quer eternizar. Em preto e branco, a tatuagem expressa a vontade de registrar para sempre, na pele, o signo desse lugar. É a velha mística plural...*

"Malucada de BR" promove ato cultural

Herdeiros de Jack Kerouac, escritor do clássico *On the Road*, de 1957, programaram para o próximo dia primeiro de maio, um domingo, o 2º Ato Artístico Cultural Virtual da Malucada de BR. O movimento é integrado por artistas habituados a tomar rumos incertos, por meio de caronas ou outras formas de deslocamento tendo como cenários as margens das rodovias brasileiras. Além de "alinhar as pedras", como afirmam em sua peculiar linguagem, o processo de aprendizado e ensino de linguagens artísticas vai valer-se do poder da internet para compartilhamento.

Lembrando o lema "arte não é crime", os cidadãos de proposta alternativa de vida passam a maior parte do tempo na estrada ("on the road"), bem afinados com o clima libertário por um convívio melhor.

Neste segundo ato, os organizadores querem dar continuidade às pesquisas e estudos, visando construir um inventário das criações da "Malucada de BR", como denominam o movimento. Grupos de ação e estudos vêm coletando todas as informações possíveis a fim de alcançar o objetivo de produzir traços capazes de unificar uma identidade cultural com ferramentas de internet. Além de lutarem por reconhecimento artístico e cultural, os ativistas das estradas reivindicam a inclusão de seus trabalhos como patrimônio imaterial cultural, além da legitimação do espaço público.

POUCAS & BOAS

• Até amanhã Cachoeira sedia a segunda edição do Festival Internacional de Cinema FINISTERRA FILM ART & TOURISM Brasil Afrobarroco, que reúne cerca de 20 mil pessoas, com uma programação rica e diversificada em diversos pontos da cidade. A visitação é gratuita.

Semana Santa em Salamanca, haja tanta fé!

Luiz Mott
Professor titular de antropologia da Ufba
luizmott@yahoo.com.br

Nossa televisão costuma mostrar, anualmente, as procissões realizadas na Espanha durante a Semana Santa. No Brasil, Goiás Velho é a única de nossas cidades a manter a tradição dos encapuzados em procissão noturna. Remontam à Idade Média esses séquitos religiosos, lembrando os passos da paixão de Cristo, que levavam às ruas inumeráveis penitentes, descalços, arrastando correntes, se autoflagelando, prática que foi proibida a partir do século XVIII. Hoje, tais procissões realizam-se nas principais cidades espanholas: Sevilha, Toledo, Salamanca, León, Málaga, todas muito exuberantes e concorridas. São organizadas pelas Confradías e Hermandades que reúnem centenas de homens e mulheres, equivalentes a nossas Ordens Terceiras, cada uma disputando com a outra a grandiosidade de seus aparatos sacros.

Tive o privilégio de passar essa última semana santa em Salamanca, cidade elegantíssima fundada pelos romanos há dois mil anos, 144 mil habitantes, situada no noroeste da Espanha, região de Castilla e León. Há atualmente 17 irmandades nessa cidade, seus membros conhecidos como nazarenos, vestidos com túnicas brancas, pretas, roxas, vermelhas, verdes, todos cobrindo a cabeça com um pontiagudo capuchón ou capirote que esconde todo o rosto, só os olhos de fora, iguais aos que usam os malucos da kukluxklan.

Remontam à Idade Média esses séquitos religiosos, lembrando os passos da paixão de Cristo

Cada confradía tem seu símbolo bordado nas túnicas e seus nomes específicos: Hermandad del Cristo del amor y de la paz; Hermandad de Jesús amigo de los niños; Ilustre Confradía de la Santa Cruz del Redentor y de la Purísima Concepción... Ao divulgar os dias, horários e itinerários das 24 procissões realizadas nessa última semana santa, o Ayuntamiento e Servício de Turismo informaram sobre as preciosas obras de arte sacra levadas por cada confraria, os chamados passos, enormes e enfeitadíssimos andores-altares carregados nas costas por duas dezenas de homens e mulheres: comoventes imagens dos séculos 16 e 17, como o Santísimo Cristo de la Luz; Virgen de la Amargura; Cristo de la Agonía Redentora; Nuestro Padre Jesús Flagelado; Santísimo Cristo de la Buena Muerte... Cada irmandade sai de uma igreja e percorre as principais ruas e vielas do centro histórico. Participei de 10 procissões!

Raros sacerdotes acompanham tais cortejos, manifestação popular predominantemente leiga. Afinadíssimas bandas musicais e batalhão de tambores criam forte ambiente místico e lamurioso. Milhares de fiéis e curiosos se enfileiram nas ruas em silêncio total, às vezes aplaudindo quando passa uma dessas comoventes e tristonhas imagens. Dezenas de nazarenos cumprem promessa não só de carregar nos ombros tais passos, como caminharem descalços num frio de quebrar os ossos.

Haja tanta fé! Amém, Aleluia.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

BRT – Obra lenta

Da janela de meu quarto tenho uma vista privilegiada de boa parte do trecho 3 do BRT que vai do Parque da Cidade à estação Pituba. A obra, às vezes, ocorre à noite, quando observo avanços. Já durante o dia, parece que a quantidade de operários sofre acentuada redução e isso não acontece. Tem dias que não vejo ninguém trabalhando. Não raro, eles começam a trabalhar em um local e não complementam o serviço. Dificilmente o prazo de conclusão previsto para o segundo trimestre do corrente ano será cumprido. A Secretaria de Mobilidade Urbana – Semob não divulga informações sobre a obra aos veículos de divulgação. Por outro lado, jornais e emissoras de televisão não se mostram interessados em promover reportagens sobre a construção do citado trecho. Gostaria, entre outras coisas, de saber como será o acesso às estações e como vai ser resolvido o gargalo na altura do Parque da Cidade, que no meu entendimento, impede desafogar o trânsito, como prometido. **ANA MARIA DE CASTRO OLIVEIRA, ANAMACASTRO13@BOL.COM.BR**

Ceplac, uma religião?

Seu Luiz, como assim o chamávamos por ser mais velho, motorista da turma de solos (Pedologia), ao se aposentar – um dos primeiros – fez um gesto simbólico ao beijar o chão, antes de transpor os umbrais da sede da Ceplac. Baseou-se no Papa João Paulo II, que tinha o hábito de beijar o chão de um país tão logo pisasse, como uma maneira de expressar seu amor e respeito pelo país e o seu povo. Esse gesto expressava sua gratidão àquela Casa que o acolhera e ali se sentira feliz em prestar seus serviços, enviando provavelmente um recado aos que ficaram: - "Ceplac, Escola, Lar, Provedora". É preciso entender como foi edificada essa Instituição para se mensurar o visgo em mão dupla: Instituição versus servidor. O sentimento via dever profissional; o comprometimento com o cacau; o respeito ao homem do campo; a bandeira da excelência. Brandão, primeiro secretário-geral, implantou um tal de espírito de corpo, incutindo-nos uma filosofia de solidariedade e lealdade ao grupo, colocando a organização na mira do trabalho profícuo. Zé Haroldo, subsequente, cravou o decálogo profissional. Paulo Alvim trouxe o mote do aperfeiçoamento. Vale a pena registrar a importância do Banco do Brasil neste contexto, cujos funcionários cedidos transportaram os princípios éticos e de proficiência profissional da sua organização de origem. Também, de relevância, o produtor de cacau, financiador por muitos anos, através da taxa de retenção. Em 2017, organizei com apoio de outros colegas de Salvador, um encontro, oportunidade que homenageamos a Ceplac com um livro. Foi tão profícuo, que repetimos a dose em 2018, com um tributo a José Haroldo. Muitos se fizeram presentes, deslocando-se de vários lugares, não pelos meus olhos, mas pelo sentimento ceplaqueano, diferentemente se fôssemos apenas colegas de uma instituição qualquer. Conclusão: Ceplac, uma Religião. **LUIZ FERREIRA DA SILVA, LUIZFERREIRA1937@GMAIL.COM**

A Secretaria de Mobilidade Urbana – Semob não divulga informações sobre a obra (trecho 3 do BRT que vai do Parque da Cidade à estação Pituba)

Dia das mães vem aí...

Que sejam exaltados os valores e méritos da mulher mãe, rica ou pobre, não instruída ou sábia, moça ou idosa, viva ou falecida... Tudo que somos devemos a essa mulher. Dela, o permanente apoio aos primeiros passos, trepidantes e mal seguros; a emenda aos primeiros erros; a lição das primeiras virtudes; os sacrifícios, abnegações sem conta e sem limite. Mãe! Em cada segundo domingo de maio, sempre é difícil falar dessa mulher, a criatura mais admirável da Sociedade Humana! Todos os dizeres não são suficientemente condizentes para com a sua grandiosidade, opinião unânime dos bons filhos. Tanto que – para muito deles – nessa data em que ela recebe homenagens, é só alegria, regozijos. Quanto aos órfãos, dariam tudo para vê-la de novo e dela receber um aperto de seus braços e uma palavra de seus lábios... Lembrai-vos! **WALDO ROBATTO, WROBATTO@BOL.COM.BR**

Doente por religião

Enquanto o povo continuar "doente por religião", o mundo prosseguirá um inferno. A bíblia (alterada com o passar do tempo ao seu bel-prazer para escravizar a humanidade), é um livro inútil diante da avançada inteligência humana. Além do mais, a religião desvaloriza, apedreja e humilha a "Mulher Fonte da Vida e Esperança" com dogmas e doutrinas falidas. Sem a religião no planeta Terra, com certeza, o mundo não teria guerras, miséria e fome. Por fim, o ser humano seria mais feliz sem alienação religiosa! **CARLOS ALBERTO S. QUINTELA, CARLOSQUINTELA621@GMAIL.COM**

EDITORIAL

O equívoco da graça

Ao conceder indulto ao deputado federal Daniel Silveira, condenado por graves ameaças ao Supremo Tribunal Federal, e a ministros dele representantes, Jair Bolsonaro e seus sustentadores podem ter cometido algum novo equívoco.

Não se pode nem se deve declarar guerra total à democracia e às instituições pois seria mal intermediário à infelicidade do país, caso sucumba a cidadania à escalada de ataques cujo efeito paralelo vem sendo o de reforçar a resistência.

A decisão da principal corte, guardiã da Constituição, teria sido acusada de desmesura, a partir da análise do julgamento supostamente acentuado, oito anos e nove meses de prisão em regime fechado, dado o atrevimento.

A volta, assemelhando-se a revide sem demora, ficou distante de igualar as proporções, derivando para desequilíbrio maior, ao deixar rastilho de incertezas passível de ser apagado mas a depender do desempenho dos três poderes.

É preciso enxergar qual a saída menos insegura, tendo por valor maior a estabilidade institucional do Brasil

Saindo em defesa do acusado, estritamente dentro da lei, conforme interpretação dos assessores, o presidente da República concedeu o poder chamado da "graça", um ato de clemência previsto pela Constituição Federal.

O princípio – subjacente, não explícito – desta oportunidade concedida ao chefe do Executivo poderia alcançar como objetivo a prática de fins humanitários, em defesa de bons valores, mas viu-se amesquinhar seu uso.

Seria perpetuar a batalha jurídica, sem o vencido reconhecer o vencedor, quando a intencionalidade se esconde, logo, torna-se um desafio a persuasão apenas pela análise do discurso do documento inusitado e histórico.

O método da lenga-lenga, inútil para verificar quem tem razão, poderia acirrar ânimos, subindo o grau considerado elevado de estresse, daí a importância, agora, dos políticos capazes de transitar entre as esferas em conflito.

Na busca do meio-termo por opção possível, a mais próxima da utópica consensual, é preciso enxergar, na névoa de tal lusco-fusco, qual a saída menos insegura, tendo por valor maior a estabilidade institucional do Brasil.

BRUNO AZIZ

As charges publicadas neste espaço expressam as opiniões de seus autores

O poder do Santo Guerreiro

Anderson Rios
Professor e Mestre em Educação/UFBA, doutorando em Educação/ UFBA, analista Cultural/ UFBA, formado em Letras, Pedagogia e Gestão Pública, pesquisador na linha de Políticas Publicas, Gestão e Formação de Professores
anderson_gandhy@hotmail.com

Amado por milhares de pessoas no Brasil e no mundo inteiro, este mártir católico leva multidões às igrejas, devotos que pedem proteção ao guerreiro invencível na fé. Nascido na Capadócia, região da Turquia, capitão do exército romano, sofreu diversas torturas e martírios por se negar a cumprir ordens para perseguir os cristãos e deixar o cristianismo. São Jorge é um dos santos de maior devoção popular, com forte relação sincrética com as religiões afro-brasileiras. Do ponto de vista histórico, a história de São Jorge se passa na idade média. Época marcada pela perseguição aos cristãos. Diocleciano era o governador romano, que perseguiu duramente a igreja e os seguidores dos ensinamentos de Jesus, acredita-se que ele foi responsável pela morte de muitos cristãos por não aceitarem abdicar de sua fé.

A tradição dos primeiros tempos obtinou-se em nos legar São Jorge epicamente montado em um cavalo de guerra, de lança em riste, no ataque ao mitológico dragão. O simbolismo é evidente. O dragão representa o espírito das trevas que o Santo Mártir tão bem soube combater. As manchas na lua representam o santo com sua espada, pronto para nos defender. Vale ressaltar que a ligação de São Jorge com a lua é algo especialmente brasileiro, fruto da influência africana.

Em Salvador, a igreja de São Jorge, localizada no bairro do Jardim Cruzeiro, recebe uma multidão de devotos de diversas crenças. Assim também acontece na cidade de Ilhéus, na Paróquia. São pessoas pagando promessas pelas graças alcançadas, outras fazendo seus pedidos cheios de fé. A romaria é grande no dia 23 de abril.

São Jorge é considerado Padroeiro dos cavaleiros, soldados, escoteiros, esgrimistas e arqueiros. É invocado ainda contra a peste, a lepra e as serpentes venenosas. É o patrono de numerosos países, regiões e cidades, entre elas Grécia, Inglaterra, Portugal, Geórgia, Bulgária, Etiópia, e da Catalunha da Espanha, Gênova, Moscou e Istambul. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o santo é considerado um segundo patrono.

Na música popular brasileira o Santo Guerreiro foi e continua sendo lembrado. São muitas as canções que exaltam a fé nesse guerreiro. Cantado por Caetano Veloso, Maria Bethânia, Jorge Ben Jor, Zeca Pagodinho e outros cantores. O fascínio em torno de sua história se refletiu de forma extraordinária também na literatura, nos romances, nos cordéis e nos diversos livros que contam as suas façanhas. Antes de morrer, São Jorge pediu a Deus que atendesse todos que lhe rogassem algo por seu intermédio. Ele morreu vítima da perseguição aos cristãos que ocorreu no século IV.

Que a lua de São Jorge seja nossa guia no Brasil de norte a sul, como diz a bela canção do poeta Caetano. Salve Jorge!

Meus velhos baianos (1)

Walter Queiroz Jr.
Advogado, poeta, compositor, membro da Confraria dos Saberes
waljunior44@hotmail.com

Nem só dos seus novos vivem os baianos. Notáveis idosos têm ajudado a escrever a gloriosa saga desta talentosa etnia chamada Bahia. Aos 77 anos de idade, lembro-me do privilégio de ter convivido com alguns dos nossos grandes artistas, internacionalmente, consagrados: o cineasta Glauber Rocha, que deu-me a honrosa incumbência de criar uma das canções para o "Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro", seu filme premiado em Cannes, e o meu compadre o grande escritor João Ubaldo Ribeiro, que dedicou, a mim e João Carlos Teixeira Gomes (saudades, Joca), o emblemático romance O Albatroz Azul.

Numa ainda pacífica e provinciana Salvador, com seus bondes, baleiros e sorvetes de cantimplora, reinava no coração da rua do forte de São Pedro o respeitado colégio Jesus, Maria, José, dos professores Mário e Maria, que nos versavam em éticos valores e português castiço.

Já rapaz, fazendo o curso clássico, era o outrora e disputado sinuca do Abel, que aos sábados frequentava depois da última aula do colégio Antônio Vieira, sempre em companhia dos colegas José Carlos Barreto e o saudoso poeta Humberto Fialho Guedes. Lembro-me da apreensão dos donos do estabelecimento quando a minha imperícia ameaçava "furar o feltro da mesa".

Ainda do tempo do Vieira, saudosa memória uma extraordinária plêiade de professores (adeus professor Jaime Barros) e colegas, os maestros Rinaldo Rossi e Carlos Veiga, o poeta Luciano Passos. Alô Estácio Bahia (cadê você, Ulelê?).

Raros estrangeiros foram capazes de tornar-se um velho baiano tão autêntico e apaixonado pelos valores soteropolitanos como o grande psicanalista e biógrafo de Sigmund Freud, dr. Emílio Rodriguée, um dia homenageado da nossa Associação Etílica, Sentimental e Carnavalesca Chegando Bonito. Um homem pleno e admirável, admoestou-me certa feita: a sabedoria ou a loucura, hein!

Minha reverência à memória do maestro e compositor Antonio Fernando Burgos Lima, meu querido parceiro, assim como seu irmão Durval Burgos (alô Fafá!).

Colega na faculdade de Direito do poeta Ruy Espinheira Filho, tive o privilégio de conviver com o talento do seu tio, o grande pintor Itamar Espinheira. Justo orgulho ao recordar dos bacharéis de 1967, seus notáveis mestres e uma turma amiga, feliz e criativa.

Duas eternas meninas, e fraternais amigas, a atriz Nilda Spencer e minha muito querida mãe (alô mana Bethânia!) Luz da Serra Falcão de Queiroz. (...Todo amor é arte\ quando não se parte\leva o estandarte\para além do azul... D. Burgos e W. Queiroz).

A TARDE
Fundado em 15/10/1912
Presidente de Honra: RENATO SIMÕES
Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER: Lucas Lago
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Luciano Neves
COMERCIAL E MARKETING: Eduardo Dute

A TARDE E MASSA!: Mariana Carneiro
PORTAL A TARDE: Caroline Gois
RÁDIO A TARDE FM: Jefferson Beltrão

ASSOCIADA À SIP - SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA

MEMBRO FUNDADOR DA ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ASSOCIADA AO IVC - INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

PREMIADA PELA SOCIETY FOR NEWS DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MILTON CAYRES DE BRITO, Nº 204, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP: 41820-570, SALVADOR/BA. FALE COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800, (71)3340-8500, FAX: (71)3340-8712 OU 3340-8713, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 6:30 ÀS MEIA-NOITE. SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS. SUGESTÃO DE PAUTA: CIDADAOREPORTER@GRUPOATARDE.COM.BR, (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3533-0855. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8603. CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3533-0850.

PRAIAS Salvamar pede cuidado nas praias durante período chuvoso
atarde.com.br/bahia

ESTRADAS Apresentada pelo deputado Jurandy Oliveira à Assembleia, proposta quer tornar o processo mais rápido

Projeto de lei prevê pagamento de pedágios via Pix nas estradas da Bahia

JADE SANTANA*

Implantado em novembro de 2020 pelo Banco Central, o Pix, meio de pagamento digital disponível 24 horas e sete dias por semana, já se consolidou como forma alternativa de pagar por produtos e serviços. Inspirado na experiência de outros estados brasileiros com o método, a facilidade despertou o interesse do deputado Jurandy Oliveira, que apresentou à Assembleia Legislativa da Bahia projeto de lei que prevê a liberação do pagamento via Pix nas praças de pedágio do estado.

Segundo Oliveira, as empresas concessionárias responsáveis pela administração ou exploração dos pedágios em rodovias da Bahia devem ofertar a possibilidade da transferência do valor via Pix como uma das alternativas de pagamento. "A ampliação das formas de pagamento será benéfica a todos, uma vez que a segurança vai aumentar com a redução de dinheiro em espécie nas praças e facilitará o acesso do consumidor aos serviços, estimulando a demanda", justifica.

Incômodo

Além disso, acrescenta ele, o usuário da rodovia poderá se livrar do incômodo de levar e manusear dinheiro vivo, no valor necessário para seus deslocamentos, além de esperar em longas filas. O parlamentar sugere que a transferência poderá ocorrer após a apresentação de um QR Code por parte do funcionário da concessionária. O motorista, por sua vez, acessa a forma de pagamento pelo aplicativo do banco no celular, facilitando o pagamento do tributo, sem onerar nenhuma das partes com impostos.

Estados como o Espírito Santo, Mato Grosso e Minas Gerais, já adotaram o Pix como forma de pagamento das taxas nas praças de pedágio e são citadas por Oliveira como experiências positivas que o motivaram a propor o projeto. A viabilidade de pagamento via Pix em rodovias do estado de São Paulo também já está sendo avaliada. Na esfera federal, um projeto de lei que tramita no Senado propõe incluir diversos meios digitais no pagamento em pedágios de rodovias federais. O texto prevê que concessionárias devem obrigatoriamente aceitar cartões de crédito, débito e a leitura de QR Code.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE), autor do projeto, caracteriza a cobrança feita pelas concessionárias de pedágio como uma "prática arcaica de apenas aceitar o papel-moeda". Girão afirma que isso leva à perda de tempo, e pode provocar "graves transtornos", caso o motorista precise ir a uma cidade local para retirar dinheiro no período da noite, ou em caso de viagens com a família.

A Secretaria de Infraestrutura (Agerba) informa que ainda não foi chamada para discutir a matéria do projeto de lei que tenta emplacar o Pix para pagamento em pedágios, mas afirma que "está sempre aberta ao diálogo para oferecer mais comodidade aos usuários dos sistemas. A modernização e flexibilização de formas de pagamento faz parte da realidade da população".

Responsável por seis praças de pedágio ao redor do estado, com destaque para as que se encontram na rodovia BA 0-93, a Concessionária Bahia Norte afirma que a implantação do Pix e de outras modalidades eletrônicas em seu sistema de arrecadação já está em estudo. "A concessionária vem investindo em novas tecnologias para atualização do sistema de arrecadação, de modo a garantir mais comodidade e segurança no pagamento da tarifa de pedágio a quem trafega pelo nosso sistema BA-093", declara a empresa.

Já a Viabahia, que conta com sete pedágios no estado, considera que o Pix é um bom meio de pagamento, entretanto, deixa claro que para sua utilização, essa metodologia deve ser previamente aprovada e estabelecida pela agência reguladora. "A Viabahia é uma concessionária federal e deve obedecer ao que foi estabelecido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), além de seguir as leis federais", a companhia esclarece que as concessionárias, de modo geral, utilizam a forma de pagamento estabelecida no contrato de concessão.

Por sua vez, a Concessionária Litoral Norte (CLN), esclarece que as formas de pagamento da tarifa do pedágio na BA-099 são previstas no contrato de concessão assinado com o governo do estado e, qualquer alteração neste sentido, implica em adequações contratuais. "Atualmente, além do pagamento em espécie, os condutores também podem aderir a serviços para uso da cabine automática", esclarece por meio de nota. Na BA-099, as empresas que prestam o serviço são a Sem Parar, ConectCar, Move-Mais, Greenpass e Veloe.

Os sistemas de cobrança automática nos pedágios funcionam por meio de um adesivo que contém um dispositivo de identificação que deve ser instalado do lado de dentro, no para-brisa do veículo: o pedágio automático identifica o adesivo, verifica se os dados estão batendo na base e, por fim, libera a cancela. O sistema de Tag por passagem automática é uma opção em vigor que supre, por hora, a rapidez que se busca com a implementação do pagamento via Pix. De acordo com a ConectCar, empresa de meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos, o sistema de cobrança automática é a melhor opção para evitar as filas grandiosas em pedágios e estacionamentos.

Espírito Santo, Mato Grosso e Minas Gerais adotaram o Pix para pagar pedágios

Olga Leiria / Ag. A Tarde/ 20.04.2022

Uso do Pix pode agilizar pagamentos, reduzindo filas no pedágio e aumentando a segurança dos clientes

"O adesivo de cobrança automática oferece ainda mais vantagens: o usuário seleciona um plano e pode programar uma recarga automática ou fazer recargas avulsas pela internet conforme precisar, o que permite maior controle dos gastos. Funciona exatamente como nos estacionamentos de shoppings, por exemplo. O motorista não enfrenta fila para passar na cabine de pedágio com um atendente e a tarifa é a mesma", esclarece a empresa, que também presta serviço para rodovias baianas.

Jorge Lemos, terapeuta transpessoal, já aderiu ao uso da Tag. "A cada 15 dias passo pelo pedágio e nunca tive problemas. Utilizo o "Sem Parar" para não precisar pegar o dinheiro certinho, esperar troco e ficar na fila. Quando vou em família com outro carro, levamos o dinheiro trocado", relata.

Viagens

Por viajar freqüentemente para o interior do estado, Lemos aderiu ao sistemas de cobrança automática para ter praticidade durante o trajeto percorrido, porém não acredita que o novo método de pagamento via Pix facilitaria o processo durante as viagens dentro do estado. "[O tributo é] um valor muito baixo e seria uma perda de tempo abrir o celular, ver se o Pix foi concluído. A fila ia ficar mil vezes pior, todo mundo sem trocado querendo pagar por Pix", opina.

Já para Jadiel Prazeres, empresário, a possibilidade de pagar os pedágios do trajeto entre São Felipe, município que fica entre Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, e Salvador com certeza seria extremamente benéfica, já que evitaria a preocupação de sempre ter manter dinheiro trocado consigo antes de fazer a viagem.

Fato é que o Pix é o segundo método de pagamento preferido da população, com 70% de preferência. A tecnologia só fica um pouco atrás dos pagamentos em dinheiro, com 71%, segundo pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Sebrae. Porém, quando não se tem dinheiro em espécie na mão, o projeto pelo Pix no pedágio vai ao encontro da demanda dos baianos. Para Geraldo Queiroz, pedreiro soteropolitano que precisa viajar toda a semana para trabalhar em Feira de Santana, caso implementada, a opção de pagamento via Pix "vai ajudar bastante".

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO.

Raphael Muller / Ag. A Tarde/ 15.02.2022

Deputado Jurandy Oliveira é autor do projeto que prevê uso de Pix nos pedágios

PESQUISA DA FGVCEMIF & TOLUNA

Segundo levantamento realizado pela FGVcemif & Toluna em fevereiro de 2021, após cem dias da sua adoção, o Pix já era conhecido por grande parte dos brasileiros. Mais de 70% dos que conheciam o novo sistema de pagamento cadastraram ao menos uma chave de acesso

Meio de pagamento mais ágil

JADE SANTANA

"O Pix é uma ferramenta que está em evidência por dar destaque e maior facilidade para as transações bancárias", avalia André Luiz Barbosa, presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA).

Criado pelo Banco Central com a proposta de oferecer um meio de pagamento disponível por 24 horas é um meio de pagamento eletrônico instantâneo e gratuito oferecido a pessoas físicas e jurídicas. Foi lançado oficialmente no dia 5 de outubro de 2020, com início de funcionamento integral em 16 de novembro de 2020.

Mais de 70%

Segundo levantamento realizado pela FGVcemif & Toluna em fevereiro de 2021, após cem dias da sua adoção, o Pix já era conhecido por grande parte dos brasileiros. Mais de 70% dos que conheciam o novo sistema de pagamento cadastraram ao menos uma chave de acesso.

"Antes do Pix, éramos limitados quanto às transações. A gente tinha o DOC, que o dinheiro só entrava no dia seguinte e o Ted, que tinha uma taxa alta e demorava algumas horas para o envio. Com a transferência, você tinha que ter conta no próprio banco do destinatário para poder conseguir efetuar a transação", afirma Barbosa.

"Tudo isso dificultava muito a movimentação financeira, hoje com essa modalidade, com o seu próprio celular você faz uma transferência para qualquer banco, independente da hora do dia, em todos os dias do ano. Essa é uma plataforma revolucionária", diz o especialista.

O pagamento pode ser feito através da chave e as empresas disponibilizem um QR code, tipo de código de barras, e até efetuam vendas à distância, por meio de códigos, na hora da compra. "A facilidade e a segurança do Pix estão criando uma onda muito grande de popularização do uso desse método de pagamento", pondera.

"No Brasil, hoje em dia já temos mais de 200 milhões de chaves. O número de chaves de Pix que existem no país já supera o número de habitantes, este é um valor absurdo e que não se esperava em tão curto tempo", confessa Barbosa.

O mercado informal também aderiu ao método, o que criou uma nova operação de compra e venda que antes não existia, aponta o contador. "O Pix hoje está facilitando tudo. Seja em uma loja que tem requinte ou um ambulante, todos os negócios aderiram à facilidade desse tipo de pagamento", explica.

Para Barbosa, caso o projeto de lei seja aprovado, a permissão para efetuar pagamentos via Pix nas praças de pedágio será uma forma de viabilizar o pagamento ainda mais rápido. "Por exemplo, o valor cobrado em pedágio pode ser R$2,40. Nem todo condutor vai ter os R$ 0,40 em mãos, isso dificulta o processo e gera filas. Mesmo quando o pagamento é feito via débito demora mais do que os 10 segundos do Pix. A mudança vai tornar o serviço mais rápido e efetivo", prevê. O empresário contábil aponta a diminuição da circulação de dinheiro como um fator benéfico para a segurança e controle financeiro das concessionárias.

LEITURA Dia Mundial do Livro é celebrado em iniciativas que estimulam o hábito da leitura na capital e no interior

Projeto Livres Livros facilita o acesso à leitura em Salvador

Olga Leiria / Ag. A TARDE

Projetos sociais, como o Livre Livros, investem na formação de novos leitores

*JADE SANTANA

O projeto Livres Livros começou com a instalação de 5 minibibliotecas em pontos estratégicos da capital baiana e hoje já conta com 60 unidades espalhados por 5 municípios baianos.

Iniciado há sete anos, no dia 23 de maio, em uma casinha instalada na Praça Ana Lúcia Magalhães, em Salvador, a iniciativa foi de Raissa Martins, escritora e empresária. Com a meta de instalar 50 unidades de minibibliotecas, o projeto começou em 2015, e já em 2017, a meta foi alcançada.

Os Livres Livros se espalharam por diversos bairros de Salvador e chegaram à Mata de São João, Camaçari, Cachoeira/BA e Cachoeiro do Itapemirim/ES, com o o bjetivo de incentivar a leitura.

Segundo Martins, o projeto surgiu a partir de uma inquietação gerada pelo abismo social que a empresária percebe na cultura brasileira. "Fiquei inquieta em relação a fazer alguma coisa para melhorar a sociedade e procurei uma ferramenta que tinha a ver comigo, já que sempre gostei de escrever. Porém, tinha que pensar como estar com essas casinhas na rua iria beneficiar justamente as pessoas que têm menos acesso aos livros", justifica.

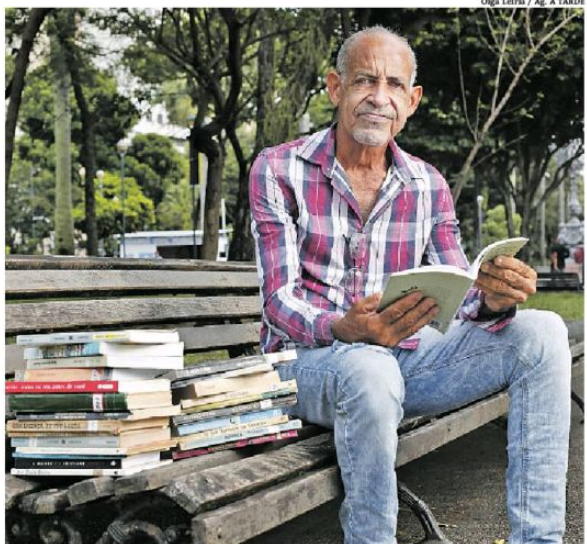
"Em nossa primeira casinha, instalada na Ana Lúcia Magalhães, sempre víamos rapazes que trabalhavam no entorno do local e que não tinham coragem de pegar os livros disponíveis, porque achavam que não eram para eles. Assim, a gente fez um trabalho de mostrar que tudo que está na rua, que é público, é de todo mundo, para eles interiorizarem que são donos de todo o bem público e que também têm o direito de ler", relata.

Desmistificação

A escritora diz que uma parte muito importante do trabalho feito pelo Livres Livros é a desmistificação de que a leitura foi feita para um grupo específico, formado por pessoas ricas e intelectuais. "Lá atrás, pobre não podia ler, a pessoa preta não podia ter um livro na mão, a mulher também não tinha direito de ler. Isso foi criado, essa narrativa foi sustentada durante muito tempo, e hoje a gente vê que essa ideia é mantida na sociedade, quando a gente fala que o povo não gosta de ler, quando na verdade a maioria das pessoas não têm acesso a esse privilégio", opina a fundadora do projeto.

Beneficiária do projeto desde o início da pandemia de coronavírus, o livro recebido por Jaciara Souza que mais a marcou foi Atreva-se a viver: Medo, coragem e plenitude, de Miriam Subirana. Segundo ela, este livro já foi lido, relido, passado para frente para que outras pessoas conhecessem sua recomendação e, por fim, voltou para que ela pudesse ter mais uma vez a oportunidade de aprender com o exemplar. "Eu vi minha história dentro desse livro. Sempre gostei de ler, mas me apeguei mais ainda aos livros para escapar, não ficar triste", desabafa.

Desde um acidente que ocorreu com sua filha, Jacy teve que deixar a sua vida para cuidar da jovem durante as 24 horas do seu dia. Apesar de gostar do silêncio e da calma, as dificuldades atormentavam a mãe e foi nos livros evangélicos, seu gênero favorito, que ela achou um porto seguro durante a rotina árdua. Neste momento, a literatura também fez com que mãe e filha ficassem mais próximas. "Tento passar esse amor pelos livros para a minha filha. Sempre leio para ela e ela gosta bastante", conta, orgulhosa.

Voluntária na distribuição dos livros há dois anos, a dançarina e poetisa Josy Barros afirma que o projeto é muito importante, porque possibilita um acesso democrático aos livros. "A leitura é fundamental para o desenvolvimento da pessoa. Além disso, acredito que seja muito importante para o futuro do nosso país", acredita. A artista também acha fundamental chamar atenção para a importância dos estímulos de parceiros e patrocinadores para o projeto continuar a funcionar.

Além das minibibliotecas, a iniciativa se multiplicou em vários outros projetos, como o Clube do Livro, com atuais 210 leitores adotados, onde um investidor financia o recebimento de um kit literário por mês na casa dos assistidos por um ano, a contação de histórias, e oficinas, que envolvem associações da comunidade com atividades relacionadas a livros, leitura e doação.

"A gente sempre trabalha o tempo inteiro com a ferramenta de poder que é a palavra, a escrita e a leitura", diz Raissa Martins. Além da distribuição e disponibilização dos livros, o projeto Livres Livros também tem uma ramificação na área social. São disponibilizados acompanhamento gratuito com assistentes sociais, acesso a consultas oftalmológicas e com psicólogos, além da criação de um brechó em que um visitante pode comprar qualquer coisa, de roupas à mochilas em boas condições, apenas declamando uma poesia.

Quem também tem um projeto pessoal e sem nenhum suporte é o senhor Leônidas Ferreira, que sozinho sai "plantando" livros pelas praças de Salvador. Ele deixa os livros para que as pessoas leiam e repassem, assim todos podem ter acesso à leitura. Há cerca de seis anos, o rodoviário aposentado percebeu que a maioria dos livros que eram comprados, acabam indo para o lixo depois da leitura e se inquietou com o fim que centenas de livros estavam tendo na capital.

Amante das obras literárias desde jovem, Ferreira começou a entrar em contato com porteiros de prédios, trabalhadores do setor da limpeza e pessoas que queriam se desfazer dos seus livros, para botar em prática sua meta, o "Projeto Circulando", que já está na ativo há 3 anos.

*Sob a supervisão da jornalista Hilcélia Falcão

CHUVAS Governo baiano coloca em prática, nos últimos anos, amplo programa estruturante para prevenir tragédias

Investimento em obras chega a R$ 700 mi

NDA REDAÇÃO

O processo de ocupação desordenada associado ao volume acima do esperado de chuvas têm provocado desastres naturais em diversas regiões do Brasil, levando o governo baiano a colocar em prática, nos últimos anos, um amplo programa de investimentos em obras estruturantes, viabilizadas por meio Conder – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. Mais de R$ 700 milhões foram destinados para a execução de contenção de encostas e macrodrenagem em Salvador e RMS.

Entre os locais com obras de estabilização em áreas de risco já entregues estão os bairros do subúrbio ferroviário e do miolo da capital, como Cajazeiras, Itacaranha, Liberdade, Ilha Amarela, Lobato, Alto da Terezinha, Pau da Lima, São Caetano, Cana Brava, Vila Canária e Paripe, entre outros. Na Liberdade está localizada a maior contenção de encosta já realizada na Bahia, a da Rua São José, com 20 mil metros quadrados, equivalente a três campos de futebol. Com investimento de R$ 20 milhões, a sua construção representa segurança para cerca de duas mil famílias que vivem na área.

Entre elas, a do sócio-educador Davi Sobral Reis, morador da região há mais de 30 anos. Para ele, desde 2020, quando a contenção foi concluída e entregue, tem sido possível dormir e acordar com tranquilidade. "Antes da obra era um Deus nos acuda. Ninguém conseguia ficar em paz e nem sabia se ainda estaria vivo depois da chuva, com o risco desse paredão desabar. Se essa contenção não tivesse sido realizada, acredito que nada estaria em pé aqui com essa chuva que vem castigando Salvador nos últimos dias", ressalta.

Carol Garcia / GOVBA

Entre os locais com obras entregues estão Cajazeiras, São Caetano (foto), Itacaranha, Liberdade e Ilha Amarela

> **"As obras significam dignidade e melhor condição de vida"**
>
> JOSÉ TRINDADE, pres. da Conder

Já no bairro de São Caetano, o Governo da Bahia entregou no último mês de março duas contenções de encostas: nas ruas Fonte do Capim e Fonte da Bica de Schindler. O técnico do trabalho Eliel de Jesus Azevedo relata o medo dos moradores quando chovia. "Além da grande quantidade de água, era muita lama que descia da encosta e invadia as casas, causando muitos prejuízos também com a perda de móveis e eletrodomésticos". Com recursos de R$ 7 milhões, também foram realizados serviço de drenagem, passeio em concreto, implantação de corrimão metálico e outras melhorias urbanas.

De acordo com o presidente da Conder, José Trindade, quando se trata de preservar vidas, a solução tem que ser definitiva. Ele destaca que a atuação da companhia estadual na capital se concentra em 116 pontos de risco alto e muito alto, com o objetivo de levar não só segurança, como mais qualidade de vida para a população, com a execução de serviços complementares de drenagem, acessibilidade e implantação de equipamentos comunitários, como, por exemplo, praças e parques infantis.

Trindade explica que ao contrário de ações paliativas, como o uso de mantas de concreto – conhecidas como geomantas – geralmente utilizadas em situação de emergência, a Conder realiza as intervenções após um estudo detalhado do solo de cada área de risco, que aponta a técnica mais adequada. "Já concluímos as obras em 84 áreas de risco, estabilizando as encostas com a utilização de soluções consagradas na engenharia".

Trindade ressalta que graças à gestão eficiente e à responsabilidade fiscal, muitas ações estão sendo desenvolvidas também no interior, em parceria com os municípios para estender os benefícios para outras regiões do Estado, que tiveram prejuízos com as enchentes.

Apesar da redução, chuvas ainda causam transtornos na capital

GABRIELA CRUZ*

Apesar da redução das chuvas na capital, os impactos permanecem. Até as 17h de ontem, a Defesa Civil de Salvador (Codesal) recebeu 163 solicitações e após as vistorias técnicas, a Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (Sempre) cadastrou 89 famílias no auxílio aluguel.

Em 22 dias (atualizado às 16h30 de ontem) o mês de abril registrou um acumulado de 368,2 mm de chuvas, 29% a mais do que a média histórica de 284,9 mm.

Na quinta-feira passada, Salvador já apresentava o abril com a segunda maior marca de precipitações desde 2015, atrás apenas do ano de 2020.

Danos

Em Fazenda Coutos, após seis dias de chuvas, o asfalto começou a ceder por trecho de mais de 200 metros na rua José do Patrimônio e os carros não circulam mais. "O medo é derrubar as nossas casas porque a água vem toda para a nossa rua, a terra vai cedendo e as rachaduras vão crescendo", conta Marieta Leite, 76 anos, moradora do local há 42 anos.

Ela conta que a chuva não era um problema, mas a realidade mudou. "A dona do abrigo aqui na rua acionou a Codesal e a Embasa, mas ainda não fizeram nada", relata. Na última quinta-feira, surgiram micro rachaduras na pista que se tornaram crateras.

A Codesal realizou a vistoria no bairro e constatou risco de deslizamento de terra, devido ao lançamento de águas servidas, de redes de drenagem pluvial, rompimento de rede de esgoto ou água tratada, e presença de minadouro. "É uma rua estreita e que ao longo dos anos foram colocando entulho, onde depois foi feito o revestimento asfáltico sem a devida compactação", consta em nota do órgão.

Rafaela Araújo / Ag. A TARDE

Terra cedeu na rua José do Patrimônio, em Fazenda Coutos

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Arlete Matos Brandão Rocha faleceu no Hospital Aliança, 80 anos, divorciada, natural de Ibirataia-BA

Josenilton Dias dos Santos faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 46 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Fernando Cavadas da Silva faleceu no Hospital Naval de Salvador, 81 anos, casado, natural de Salvador-BA

Roselita Pereira de Souza faleceu na Upa - Brotas, 51 anos, solteira, natural de Anguera-BA

Natimorto (Sofia) faleceu no Hospital Santo Amaro, natural de Salvador-BA

Natimorto (Eliza) faleceu no Hospital Santo Amaro, natural de Salvador-BA

Luci Costa dos Santos faleceu no Hospital Santo Antônio, 66 anos, solteira, natural de Salvador-BA

Cramosina Pereira do Nascimento faleceu no Hospital Aliança, 88 anos, viúva, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Valmiro dos Santos faleceu no Hospital Jorge Valente, 71 anos, natural de Vera Cruz-BA

João Gonçalves da Costa faleceu no Hospital Santa Izabel, 84 anos, natural de Maragojipe-BA

Josenilda Maria Silva de Jesus faleceu em residência, 63 anos, natural de Salvador-BA

Odete Pimentel da Conceição faleceu no Hospital Geral Ernesto Simões Filho, 81 anos, natural de Indiaroba-SE

Maria Madalena Ribeiro Santos faleceu no Hospital Prohope, 92 anos, natural de Salvador-BA

Joanilson Mascarenhas Aleixo faleceu em residência, 67 anos, natural de Cipó-BA

Lina Santos Mascarenhas faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 68 anos, natural de Camaçari-BA

JARDIM DA SAUDADE

Maria das Mercês Carneiro de Oliveira faleceu em residência, 69 anos, solteira, aposentada, natural de Riachão de Jacuípe-BA

Noêmia Olga Bittencourt Costa faleceu no Hospital da Bahia, 97 anos, viúva, aposentada, natural de Salvador-BA

Manoel Duran Lorenzo faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 91 anos, casado, autônomo, natural de Salvador-BA

Nádia Câmara Bezerra faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 40 anos, divorciada, técnica em segurança, natural de Salvador-BA

Maria Angélica Vieira de Andrade faleceu no Hospital Português, 85 anos, divorciada, aposentada, natural de Itabuna-BA

Carmelita Barbosa Medrado faleceu no Hospital Santa Izabel, 92 anos, viúva, aposentada, natural de Teodoro Sampaio-BA

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

SALVADOR HOJE 25° 29°

SALVADOR AMANHÃ 25° 29°

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital é de muitas nuvens com chuva isolada.

Cidade	Mín.	Máx.
1 Remanso	21°	34°
2 Juazeiro	19°	34°
3 Paulo Afonso	22°	35°
4 Formosa do Rio Preto	20°	32°
5 Irecê	18°	30°
6 Jacobina	19°	30°
7 Feira de Santana	21°	31°
8 Luís Eduardo Magalhães	20°	31°
9 Barreiras	20°	34°
10 Bom Jesus da Lapa	21°	35°
11 Vitória da Conquista	18°	31°
12 Ilhéus	23°	33°
13 Porto Seguro	21°	30°
14 Santa Maria da Vitória	20°	35°

HOJE		
Baixa	03h35	1,0m
Alta	09h35	1,9m
Baixa	16h10	0,7m
Alta	22h50	1,9m

AMANHÃ		
Baixa	05h07	0,9m
Alta	10h54	2,0m
Baixa	17h38	0,7m
--------	-------	------

SEGUNDA-FEIRA		
Alta	0h05	2,0m
Baixa	06h12	0,8m
Alta	12h03	2,1m
Baixa	18h40	0,5m

TEMPERATURAS

Brasil	Mín.	Máx.
Brasília	17°	29°
Curitiba	14°	25°
Natal	24°	29°
J. Pessoa	19°	31°
Rio	20°	33°
Recife	24°	30°

Mundo	Mín.	Máx.
Bogotá	8°	17°
H. Kong	22°	28°
Quebec	-2°	10°
Barcelona	11°	16°
Moscou	7°	14°
Luanda	24°	29°

MINGUANTE ATÉ 29/04 · NOVA 30/04 A 7/05 · CRESCENTE 8 A 15/05 · CHEIA 16 A 21/05

NASCENTE 5h41 · POENTE 17h26

SOL · SOL E NUVENS · SOL E CHUVA · NUBLADO · CHUVA · CHUVA FORTE

ESPECIAL

especial@grupoatarde.com.br

Arquivo A TARDE

O culto a São Jorge surgido no cristianismo oriental espalhou-se por várias regiões do mundo, preservando tradições

DEVOÇÃO A SÃO JORGE É FORMADA POR DIVERSIDADE DE ELEMENTOS

"GUERREIRO" Mártir, domador de dragões e celebrado em festas campesinas, o santo foi associado no Brasil a Ogum e Oxóssi, divindades de religiões afro-brasileiras

CLEIDIANA RAMOS*

Hoje é dia de festa para São Jorge. Em Salvador, a paróquia onde ele é padroeiro fica no Jardim Cruzeiro, mas há também uma Devoção em sua homenagem atualmente sediada na Igreja de São Francisco, no Centro Histórico da cidade. Mesmo com a sua memória tornada facultativa pela reforma do Calendário Romano Geral, aprovada pelo decreto intitulado Do Mistério da Páscoa, publicado pelo papa Paulo VI em 24 de fevereiro de 1969, o culto a São Jorge continua forte em todo o Brasil, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro. Uma pesquisa em edições de A TARDE aponta para os diversos elementos que a devoção ao santo ganhou na Bahia: reconhecimento como solidário à pobreza, ao doar todos os seus bens quando se converteu ao cristianismo; associado a Ogum, com festa que marcava o início do calendário de celebrações da União de Umbanda da Bahia, fundada em 1974; homenageado pelos terreiros de candomblé da cidade, mas aproximado a Oxóssi, o senhor da caça; e patrono católico do Jardim Cruzeiro.

A primeira referência que encontrei nas edições de A TARDE a São Jorge é de 1921. Na publicação há uma pequena biografia do santo, apresentado como um integrante do exército do Império Romano e que ao se converter ao cristianismo doou seus bens aos pobres. Por bravura e dedicação tornou-se mestre de campo e comandante de uma companhia no governo de Deocleciano, que é considerado um dos maiores perseguidores do cristianismo. Quando o imperador oficializou que os cristãos deveriam ser exterminados, Jorge se declarou como tal e, por isso, foi condenado à morte após ser brutalmente torturado.

"Foi carregado de ferros e mettido em uma enxovia; depois preso a uma roda armada de lâminas de ferro, que a cada volta lhe levavam pedaços de carne. A sua alegria horrível durante este supplicio, admirou os algozes, mas estes ficaram ainda mais maravilhados, quando julgando-o morto, o acharam inteiramente são. Este milagre converteu muitos pagãos e também exasperou o tyrano que mandou empregar contra Jorge todo o número de tormentos. Morreu martyr no anno 290 e o seu culto é um dos mais populares". (A TARDE, 23/4/1921, p4).

O famoso episódio em que São Jorge derrota um dragão não é mencionado nessa referência, como também na que foi publicada na edição de A TARDE nove anos depois. Mas há outra informação importante sobre o santo: ele é apontado como o padroeiro dos escoteiros, associação que estava dando os primeiros passos na capital baiana naquele período.

"Aproveitando o dia consagrado a S. Jorge, patrono do escotismo mundial, realizou-se hoje pela manhã no parque Duque de Caxias uma parada dos escoteiros das escolas públicas da Capital. Posto o escoteirismo esteja entre nós muito no início vem elle sendo animado pelo sr. Claudionor Conceição que é hoje o Instructor das escolas primarias, como delegado da Directoria do Ensino" (A TARDE, 23/4/1930, p2).

Já na edição de 23 de abril de 1960, um artigo assinado pelo frei Eliseu Vieira Guedes, da Ordem dos Carmelitas, trouxe informações que não costumam circular frequentemente sobre São Jorge. No texto ele fez uma análise etimológica do nome "Jorge", a partir do grego, apontando que ele pode ser traduzido como "cultivador da terra". Essa referência é interessante para, talvez, melhor compreender sua associação com divindades africanas como Ogum e Oxóssi para além da sua característica de guerreiros. Ogum é também entendido por muitas culturas como o patrono da agricultura. Já Oxóssi é um caçador, e por isso também ligado à condição de quem é o provedor da sua comunidade e que a alimenta o que também é um ofício ligado à terra.

O texto assinado pelo frei Eliseu Vieira Guedes aponta para um emaranhado de narrativas com referências historiográficas misturadas a alegorias e que apresentam até duas origens para o mártir: uma na Palestina e outra na Dalmácia, denominação antiga da hoje Croácia. A Capadócia, origem mais difundida para São Jorge, não está nessa referência apresentada pelo frei que se apoia nos escritos de um estudioso denominado Alfati.

"O palestinense da antiga Luth (Lod, Lud, Lido, Lida) naquele tempo Diópolis, era de família nobre, porém pagã. Converteu-se ao cristianismo tornando-se ardente defensor de Cristo. Morreu segundo Croisset, em 290 da era cristã. O dalmantino, oriundo de Salona onde foi martirizado a 23 de abril de 303. Para os dalmácios, São Jorge não somente é um herói religioso, senão também um herói civil: nas canções eslavas ele liberta uma jovem, com sua lança, das garras de um dragão". (A TARDE, 23/4/1960, p2).

Este trecho do artigo do frei carmelita traz, portanto, a referência que se tornaria a mais conhecida sobre São Jorge, inclusive o centro da sua iconografia, que o mostra montado em um cavalo e dominando um dragão com o uso de uma lança. O livro Um Santo para cada dia, de Mario Sgarbossa e Luigi Giovannini, apresenta a versão de que um dragão saía de um lago para aterrorizar uma cidade. Para afastá-lo lhe eram oferecidas jovens escolhidas por um sorteio. Em uma dessas ocasiões foi a filha do rei que tirou a sorte para ser a próxima vítima do sacrifício. Foi quando surgiu, vindo da Capadócia, São Jorge.

"O valente guerreiro desembainhou a espada e, em pouco tempo, reduziu o terrível dragão a manso cordeirinho, que a jovem levou preso numa corrente, até dentro dos muros da cidade, entre a admiração de todos os habitantes que se fechavam em casa cheios de pavor. O misterioso cavaleiro lhes assegurou, gritando-lhes que viera, em nome de Cristo, para vencer o dragão. Eles deviam converter-se e ser batizados". (Um Santo para cada dia, de Mario Sgarbossa e Luigi Giovannini, páginas 115-116).

Arquivo A TARDE

A TARDE publicou nuances da devoção

Arquivo A TARDE

Políticos e curiosos depositam flores e visitam túmulo de Luís Eduardo

Primeiro registro em A TARDE é de 1921

No artigo do frei Eliseu Vieira Guedes há a dimensão de como o culto a São Jorge surgido no cristianismo oriental espalhou-se rapidamente por várias regiões do mundo preservando as tradições do campo a ponto de o santo ter absorvido denominações como São Jorge Verde e São Jorge Branco:

"Do nascente bizantino, onde ele é por excelência: o Grande Mártir, elevou-se a devoção ao prodigioso santo, espalhando-se e envolvendo todo Oriente e Ocidente. Na Igreja Grega as comemorações em honra deste luminar do cristianismo são feitas desde o quinto século, muito embora já fôsse festejado entre o povo. Santa Clotilde, mulher de Clodoveu, rei da Franca, erigindo capelas em louvor deste Insigne mártir, contribuiu bastante para o desenvolvimento do culto deste herói da fé. Os russos, além de prestar-lhe homenagens, mandaram elevar em seus escudos a imagem do mártir. Entre os eslavos da Carínzia, a festa assume aspecto folclórico de um rito para obter a chuva. Daí ser ele chamado: São Jorge Verde. Os georgianos cristãos celebravam as comemorações a 14 de agosto, tempo em que se festejava o deus Luno, pelo que o defensor da fé é nomeado: São Jorge Branco". (A TARDE, 23/4/1960, p2).

Em Salvador, o encontro com a herança de civilizações africanas deu a São Jorge novas faces. Na edição de 23 de abril de 1976 o destaque foi para a festa organizada pela União de Umbanda da Bahia, presidida pelo babalorixá Mario de Xangô e fundada dois anos antes.

A programação consistiu em alvorada e uma solenidade com início marcado para as 18h30 quando Ogum iria incorporar, pela primeira vez, em uma médium, segundo informação de Pai Mário de Xangô.

Em 29 de agosto de 1976 foi fundada a Paróquia de São Jorge, localizada no Jardim Cruzeiro. Naquele ano já estava em vigor a reforma que tornou a festa do santo facultativa, mas ainda assim a sua devoção teve força para tanto. A partir desse período, a cobertura de A TARDE passou a incluir as informações sobre a festa para São Jorge realizada pela umbanda, mas também pelo candomblé e pelo catolicismo.

"Isso só mostra o quanto a devoção a este santo é especial e muito forte", analisa o padre Lázaro Muniz, reitor do Santuário do Coração Eucarístico de Jesus, sediado na Igreja de São Raimundo e capelão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos às Portas do Carmo.

Em 2012, quando era pároco da Catedral Basílica, o padre Lázaro ajudou um grupo a criar a Devoção de São Jorge que no ano seguinte realizou uma festa para o santo. A Devoção, após um período sediada na Catedral Basílica, mudou-se para a Igreja de São Pedro dos Clérigos e depois para a Igreja de São Francisco onde está atualmente.

"A Devoção acabou arrefecendo um pouco, mas ela está ganhando novo fôlego na base da boa vontade dos devotos. A oficialização canônica já está tramitando na Arquidiocese e acredito que logo virá a organização civil", afirma o padre. Hoje haverá missa às 9 horas promovida pela Devoção de São Jorge na Igreja de São Francisco.

Na Paróquia de São Jorge haverá missas às 8 e às 13 horas celebradas pelo pároco local, padre Clóvis Santos. A missa festiva será às 19 horas presidida por dom Valter Magno, bispo auxiliar da Arquidiocese de Salvador.

Mártir, domador de dragões e dono do culto de forte presença em várias partes do mundo, São Jorge teve ainda protagonismo nas procissões de Corpus Christi do período colonial repetindo um costume português. Vem daí para alguns historiadores do campo das festas a razão de três terreiros antigos sediados na capital baiana - Casa Branca do Engenho Velho da Federação, Gantois e Ilê Axé Opô Afonjá - iniciarem o seu calendário anual no dia dessa celebração católica com homenagens a Oxóssi. Mas essa é uma história que vou tentar contar em outra ocasião.

*CLEIDIANA RAMOS É JORNALISTA E DOUTORA EM ANTROPOLOGIA

**A REPRODUÇÃO DE TRECHOS DAS EDIÇÕES DE A TARDE MANTÉM A GRAFIA ORTOGRÁFICA DO PERÍODO.

FONTES: EDIÇÕES DE A TARDE, E CEDOC A TARDE

POLÍTICA

GOVERNO Aras evita comentar decisão de Bolsonaro sobre Daniel Silveira

www.atarde.com.br/politica

CRISE Deputados e senadores da oposição fazem uma ofensiva jurídica desde ontem para derrubar o decreto do presidente; quatro ações vão parar no STF

Bolsonaro chama perdão a Silveira de ato simbólico

DA REDAÇÃO

Em visita a Porto Seguro, no Sul da Bahia, ontem, para a celebração dos 522 anos desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o presidente Jair Bolsonaro foi recebido por protestos de líderes indígenas. Em discurso, ele defendeu a decisão de ter concedido, um dia antes, por decreto, o perdão de pena ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por atos antidemocráticos, e classificou o ato como "simbólico".

A atitude do presidente gerou reação da oposição e mais de 80 entidades de classe (*leia matéria ao lado*).

"Ontem foi um dia importante para o nosso país. Não pela pessoa que estava em jogo [Silveira] ou por quem foi protagonista desse episódio, mas do simbolismo de que nós temos mais que o direito, nós temos a garantia da nossa liberdade", afirmou.

Ainda durante a solenidade, mas sem fazer referências diretas ao indulto, Bolsonaro afirmou que muitas vezes enfrenta decisões difíceis, mas que não deixará de tomá-las.

"Vocês devem saber também como as decisões muitas vezes são difíceis. Mas eu sei que pior que uma decisão mal tomada, é uma indecisão. Nós não deixaremos de, na hora certa, seja com o sacrifício do que for, tomar a frente e dar um rumo para o nosso Brasil".

Na sequência, voltou a falar em liberdade, sendo aplaudido pelos seus apoiadores: "Essa liberdade, você tem que conquistá-la, mantê-la dia após dia. Tem certas coisas que só se dá valor depois que se perde".

Andre Borges / AFP / 22.4.2022

Bolsonaro desce do avião presidencial para uma cerimônia militar no Rio, ontem

Bolsonaro esteve acompanhado do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), do deputado federal Hélio Lopes (PL-RJ) e do deputado federal João Roma (PL-BA), pré-candidato do campo bolsonarista ao governo da Bahia. Era previsto que ele participasse de uma motociata em Porto Seguro após a solenidade, mas o presidente seguiu para o aeroporto sem participar do ato com os apoiadores. O clima foi tenso entre eles e os indígenas que, com faixas e cartazes gritavam "Fora, Bolsonaro". Os manifestantes pediram respeito.

> **Deputados e senadores da oposição fazem uma ofensiva para derrubar o decreto**

Reação

Na última quarta-feira, o deputado federal Daniel Silveira foi condenado pela corte por 10 votos a 1. Os ministros também aprovaram cassar o mandato de deputado, suspender os direitos políticos de Silveira, que articula candidatura ao Senado, e aplicar multa de R$ 192 mil.

Deputados e senadores da oposição fazem uma ofensiva jurídica desde ontem para derrubar o decreto do presidente. Quatro ações diferentes foram protocoladas questionando o texto, uma da Rede Sustentabilidade, outra do PDT, uma do Cidadania e uma reclamação do senador Renan Calheiros (MDB). A ministra Rosa Weber foi sorteada relatora dos processos.

No Congresso, parlamentares elaboram projetos de decretos legislativos para sustar o indulto, alegando que a manobra é um desvio de finalidade. Até o ex-presidente Michel Temer (MDB) defendeu que Bolsonaro (PL) revogue o indulto. Em rede social, o presidenet respondeu: "Não".

Enquanto isso, no STF o clima é de cautela. Integrantes do tribunal avaliam que não é o momento de "manifestações individuais".

Rosa Weber será a relatora de ação contra indulto

DA REDAÇÃO

A ministra Rosa Weber será a relatora das ações impetradas por partidos e parlamentares pedindo a suspensão imediata do decreto presidencial publicado na quinta-feira. As peças também requerem que a corte declare a incompatibilidade do indulto individual a Silveira.

A Rede Sustentabilidade apresentou ao STF (Supremo Tribunal Federal) ontem uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) contra o perdão de pena concedido pelo presidente a Daniel Silveira, condenado pela corte a quase 9 anos de prisão.

O processo foi distribuído para a ministra Rosa Weber. Ela é responsável pela investigação que mira Bolsonaro por suspeita de prevaricação no caso da compra da vacina Covaxin. Geralmente, antes de qualquer decisão, os ministros colhem a opinião da Procuradoria-Geral da República.

A Rede afirma que há "claro desvio de finalidade" na concessão do perdão ao deputado. "Ao exercer sua misericórdia com um dos seus mais fervorosos apoiadores, certamente o presidente da República não está munido pela bússola do interesse público, mas do seu mais vil e torpe interesse egoístico", afirma a ação.

"Delinquência"

A legenda ainda argumenta que Bolsonaro passa a incentivar ataques às instituições, "na certeza de que o presidente da República concederá o indulto ou a graça a todos os envolvidos no cenário de delinquência criminosa".

Para o partido, se nada for feito, Bolsonaro terá maior chance de concretizar "sua antiga vontade" de se perpetuar no poder, "inobstante os meios para tanto e, literalmente, custe o que custar". O julgamento de Daniel Silveira é mais um caso que opõe o tribunal ao governo Bolsonaro.

Mais de 80 entidades assinam carta de repúdio

DA REDAÇÃO

Uma carta assinada por mais de 80 entidades afirma que o indulto que o presidente Jair Bolsonaro (PL) concedeu ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) afronta a democracia e o STF (Supremo Tribunal Federal). A nota é uma ação do "Pacto pela Democracia", coalização composta por mais de 200 organizações, movimentos e atores políticos, e foi divulgada ontem.

A carta foi assinada por entidades como Abong (Associação Brasileira de ONGs), Fundação Tide Setubal, ABI (Associação Brasileira de Imprensa), IDhES (Instituto de Direitos Humanos, Econômicos e Sociais), Instituto Update, Instituto Vladimir Herzog e WWF-Brasil. "A medida, inédita desde a promulgação da Carta Magna, aprofunda a crise institucional entre os Poderes da República continuamente promovida pelo governo de Jair Bolsonaro", afirma a nota.

O grupo diz que incentiva outros setores a agir para "impedir o avanço do preocupante e acelerado processo de erosão democrática e desmonte do Estado de Direito em curso no Brasil".

"A democracia brasileira resistirá às aventuras autoritárias perpetradas por aqueles e aquelas que, apesar de escolhidos dentro das regras do jogo democrático, desejam seu fim", afirma em nota.

Tensão com o STF

O instituto da graça é uma prerrogativa do presidente da República para extinguir a condenação de uma pessoa. Advogados dizem que é um direito do presidente garantido na Constituição, mas que isso cria uma tensão com o STF.

Especialistas consultados acreditam que o deputado não deve ser preso, mas perderá os direitos políticos.

Levi Vasconcelos

ANÁLISE POLÍTICA, FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

De Daniel a Porto Seguro, Bolsonaro imperou na mídia

Não chamam os fundadores do PT de *petista raiz*? Pois ontem em Porto Seguro também só tinha, diziam os próprios, *bolsonaristas raiz*. Eles aplaudiram o presidente na Terra Máter do Brasil, que por sua vez referendou o perdão ao deputado Daniel Silveira, condenado a 8 anos de cadeia pelo STF, além da perda do mandato, ao discursar nos 522 anos do Brasil.

— Ontem foi um dia importante para o nosso país. Não pela pessoa que estava em jogo [Silveira] ou por quem foi protagonista desse episódio, mas do simbolismo de que nós temos mais que o direito, nós temos a garantia da nossa liberdade.

O líder, *o Mito*, recebeu também afagos de Jânio Natal (PL), o prefeito:

— O melhor presente que o Brasil poderia receber seria a reeleição de Bolsonaro.

E João Roma, o candidato do time ao governo baiano, completou o coro.

— Bolsonaro tirou da forca um novo Tiradentes.

Em síntese, Bolsonaro sentiu-se em casa.

PESQUISAS — Em síntese, Porto Seguro, da forma como está configurada politicamente hoje, é um paraíso para bolsonaristas. Fora o protesto dos índios pataxós, mais cedo, que gritaram o "fora Bolsonaro", o resto foi só alegria.

Ao desembarcar foi logo carregado por um homem, o Kaike Pablo, segundo o próprio Bolsonaro, o mesmo que o carregou logo após ter sofrido a facada em Juiz de Fora, em 2018.

Isso aconteceu no mesmo dia de duas novas pesquisas sobre a disputa presidencial. Na da Exame/Genial deu Lula na liderança com 42%, Bolsonaro 33, Ciro Gomes 10 e João Doria 3. No mesmo instituto, Lula subiu 2 pontos, Bolsonaro 6, Ciro 1 e Dórea 2. A XP/Ipespe tem Lula com 45, Bolsonaro 31, Ciro 8 e Doria 3, números bastante aproximados, ressalte-se.

Pelo que vemos, o duelo será mesmo Lula x Bolsonaro. E será raivoso.

Se tínhamos o 'petista raiz', agora também o 'bolsonarista raiz' apareceu ontem na Terra Máter

Andre Borges / AFP

Bolsonaro em Porto Seguro: sentindo-se em casa na festa dos 522 anos do Brasil

Os hotéis se deram bem

O abril de 2022 foi todo sorridente para Porto Seguro, onde tudo gira em torno do turismo. A ocupação dos 75 mil leitos está em 95%, números similares aos do Réveillon.

O pessoal diz lá que o quase fim da pandemia coincidiu com a Semana Santa e o dia 21 de abril cair numa quinta (ano que vem será sexta). Mas admitem que Bolsonaro lá só ajudou.

Na invasão de fazendas, a rejeição ao PT é maior

Por que no extremo sul do Bahia Bolsonaro é mais forte? Lá, dizem os jornalistas do trecho, dois fatos são preponderantes para isso:

1 — A área não possui latifúndios, grandes fazendas, mas sofre com muitas invasões desfechadas pelo MST, que é apoiado pelo PT.

2 — A área também tem forte dependência do turismo e reagiu pesado aos lockdown decretados durante a pandemia, a posição que Bolsonaro sempre adotou.

Para além disso o agronegócio tem uma dívida impagável de R$ 6 bilhões, inclusos os R$ 2 bilhões do cacau, e o PT nunca deu trelas.

POLÍTICA COM VATAPÁ

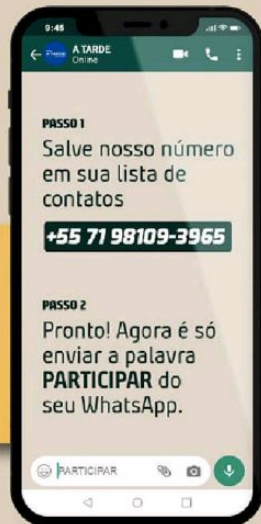
Tiradentes

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói nacional, mártir da independência, tem a data da sua morte, 21 de abril de 1792, lembrada com um feriado nacional, algo muito justo e merecido.

A coroa portuguesa não se limitou a tirar a vida de Tiradentes, teve a intenção literal e deliberada de espicaçar, tripudiar sobre o corpo, tais e quais os assassinos que apelam para a barbaridade.

Após o enforcamento, Tiradentes foi decapitado e esquertejado, pedaços do corpo colocados ao longo da estrada entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, onde ele sempre fazia as suas pregações rebeldes, e a cabeça salgada e pendurada num poste em Vila Rica de Ouro Preto. No terceiro dia, rebu geral. A cabeça sumiu. Foi roubada. E no lugar, um bilhete:

"Senhor Visconde. Por que temes em sepultar a cabeça do Tiradentes? Acaso pensas que dela pode brotar sementes?"

A cabeça nunca foi encontrada. Depois se disse que o ladrão dela foi Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, escultor famoso na época.

EM ARTIGO Éden Valadares defende continuidade, agora com Jerônimo, do que chamou de "nova cultura política"

Presidente estadual diz que PT deu início a "nova era" na Bahia

Camila Souza / GOVBA

Dirigente classificou gestão de Jaques Wagner como início de uma era de "justiça"

DA REDAÇÃO

A menos de seis meses das eleições, e com as principais pré-candidaturas ao governo do estado consolidadas, representantes das legendas com cabeça de chapa têm defendido publicamente seus projetos de governo.

Um deles foi o presidente do PT na Bahia, Éden Valadares, que publicou na noite de quinta-feira, um artigo no site do partido em que classifica a gestão estadual de Jaques Wagner, a partir de 2007, e a do seu sucessor, Rui Costa, a partir de 2015, como o início de uma era de liberdade, democracia e justiça social. "Em 500 anos de História, a maior novidade é essa nova cultura política – baseada no diálogo, respeito e tolerância – e a chegada dos trabalhadores ao poder. Nos libertamos das oligarquias, do mandonismo, e seguiremos em frente. Nenhum passo atrás", disse Valadares.

Para Valadares, Jerônimo tem os requisitos necessários para assumir o governo

Para o presidente do Partido dos Trabalhadores no estado, o pré-candidato a governador pela sua legenda, Jerônimo Rodrigues, tem os requisitos necessários para assumir o posto que hoje é do seu correligionário Rui Costa. "Com Jerônimo governador, um baiano comum, um homem do interior, afro-índio, que tem como memória pessoal a indignação dos oprimidos e ao mesmo tempo a resiliência daqueles que fazem da luta um instrumento de superação coletiva das dificuldades, seguiremos o caminho da dedicação, do trabalho, da firmeza, de fazer pelos mais pobres", apontou.

Como parte de um programa para discutir o projeto de governo por municípios baianos, Jerônimo Rodrigues viaja para Valença, hoje, e Serrinha, amanhã.

"É com esse compromisso que vamos nos apresentar como sujeitos política, cultural e socialmente ativos e conectados ao Brasil e ao mundo", disse o dirigente petista no estado.

CACHOEIRA

Prefeita do Republicanos anuncia apoio a Jerônimo

DA REDAÇÃO

A prefeita de Cachoeira, Eliana Gonzaga (Republicanos), anunciou apoio ao pré-candidato do PT ao governo do estado, Jerônimo Rodrigues, após se reunir com o governador Rui Costa (PT), na tarde de ontem, em Salvador.

Mesmo sendo filiada ao Republicanos, partido conservador, aliado ao presidente Jair Bolsonaro (PL), a prefeita fez elogios ao ex-secretário de Educação e frisou a história dos dois na agricultura familiar e disse esperar em breve o retorno de Jerônimo a Cachoeira.

"Estamos em parceria com o Governo do Estado. Jerônimo tem uma história de vida parecida com a minha, porque ele vem da agricultura familiar, eu também venho, e isso fortalece vínculos", disse a prefeita.

Eliana Gonzaga é filiada ao Republicanos, partido conservador aliado ao presidente Jair Bolsonaro

A prefeita frisou a história dela e de Jerônimo na agricultura familiar

A deputada estadual Fabíola Mansur (PSB) exaltou a parceria da prefeita com Jerônimo Rodrigues.

"É uma parceria que une duas pessoas populares, batalhadoras e simples, que são humildes e assumiram postos de gestão. Jerônimo, com sua brilhante atuação na Secretaria de Desenvolvimento Rural, que produziu o programa Bahia Produtiva, e a primeira mulher negra prefeita de Cachoeira", falou.

A prefeita também destacou demandas importantes da população da cidade que sairão do papel nos próximos meses, como a pavimentação dos trechos que ligam a BA-420 às comunidades do Alto do Camelo e Saco e da Murutuba, construção de encostas, equipamentos de saúde para o município, dentre outras.

PRÉ-CAMPANHA

Jerônimo cumpre agenda nas cidades de Valença e Serrinha

DA REDAÇÃO

Em um encontro com educadores, ontem, o pré-candidato do governo da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), fez duras críticas ao presidente Jair Bolsonaro (PL), que esteve em Porto Seguro, para participar de uma solenidade em celebração aos 522 anos do Descobrimento do Brasil.

"O presidente veio fazer piada com a gente. Veio brincar de moto. É um desrespeito, mais uma vez", disse o petista, durante agenda em Valença, no baixo-sul da Bahia. O postulante ao Palácio de Ondina destacou que o presidente poderia, na ocasião, anunciar a construção de casas nas regiões afetadas pelas chuvas que caíram em dezembro, mas veio com outros objetivos.

"Ele poderia hoje ter anunciado construção de casas, investimentos em universidades, mas preferiu realizar uma motociata", condenou Jerônimo.

Na agenda do pré-candidato ao governo houve também uma reunião com trabalhadoras rurais da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solida´ria de Valença (Coomafes) e com pescadores da Federação das Associações, Sindicatos e Colônias dos Pescadores e Agricultores do Estado da Bahia (Fapesca).

Em seguida, Jerônimo se reuniu com prefeitos, prefeitas, vereadores e lideranças das cidades que compõem o Território do Baixo Sul. "Precisamos fortalecer os movimentos de associações, nos reunir para discutir os pleitos das comunidades, da juventude, das mulheres, das pessoas com deficiência. É hora de repactuar e pensarmos o que o governador Rui Costa fez andar bem no Baixo Sul", afirmou Jerônimo.

No sul baiano, ontem, petista reuniu-se com educadores e trabalhadores rurais para debater ideias para o governo

E continuou: "E as ações que a gente precisa pensar para esse território, um território rico, com um povo trabalhador. São 15 municípios e quase 400 mil pessoas ou 3% da população baiana e temos que dizer o que a gente quer para o território", defendeu o petista.

Hoje, também em Valença, Jerônimo participa, 9h, da plenária territorial do Programa de Governo Participativo (PGP). Amanhã será a vez de, no Território do Sisal, em Serrinha, centro-norte da Bahia, discutir propostas e ideias para o programa de governo.

Carol Garcia / GOVBA / 15.3.2021

Pré-candidato ao governo faz andança pelo interior

IMOBILIÁRIO

imobiliario@grupoatarde.com.br

INTERNET Leia mais sobre o mercado imobiliário no Portal A TARDE
www.atarde.com.br/economia

Rafael Martins / Ag. A TARDE / 15.4.2021

Os desafios do setor imobiliário estarão no centro dos debates do 3º Saber

FÁBIO BITTENCOURT

EVENTO Em sua terceira edição, encontro é voltado para corretores de imóveis, trabalhadores de imobiliárias, e estudantes da área e ocorre totalmente online

Metaverso é um dos temas do 3º Saber Imobiliário

Os desafios do setor, bem como temas relevantes da atualidade estarão no centro dos debates na 3ª edição do Saber Imobiliário. Promovido pelo Sistema Cofeci-Creci, em parceria com o Sebrae, o evento, de abrangência nacional, acontece entre a próxima segunda e quinta-feira, de forma inteiramente online na internet.

O encontro é voltado para corretores de imóveis, trabalhadores em imobiliárias, e estudantes do curso de formação técnica ou de graduação na área. Gratuitas, as inscrições podem ser feitas através do site projetosaberimobiliario.com.br, ou por meio da "bio" no Instagram do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis na Bahia (@crecibahiaoficial).

Abrindo os trabalhos, no primeiro dia, o palestrante, autor e especialista em tecnologia, Arthur Igreja, vai apresentar a conferência "Revolução do Metaverso" –, um dos assuntos mais comentados sobre o universo digital no último ano.

"O Metaverso é um tema novo, novíssimo, porém, bastante em alta, o qual está todo mundo tentando entender, e a gente vai explorar o assunto. Conhecer um pouco mais da ferramenta, sem medo. Demistificar o conhecimento, e mostrar as oportunidades", conta.

Igreja explica que a tecnologia possui "características de rede social, porém mais imersiva". "É um ambiente virtual tridimensional, onde, ao invés de interagirmos com fotos ou vídeos, lidamos com uma realidade aumentada", diz.

Em outras palavras, uma espécie de "conexão da vida real com o mundo online".

"É muito importante que o Creci traga esse debate. Já tem muita gente comprando terreno no Metaverso, construindo, fazendo investimento. É possível que a pessoa deixe de investir no mundo físico e migre para o digital", fala o especialista.

Ele cita como tendência já do presente e uma aplicação que deve crescer em escala no futuro, por exemplo, a visitação a imóveis de forma virtual. "Cresceu muito com a pandemia, e deve aumentar ainda mais, com uma interação muito mais realista (por parte do usuário)".

E comenta o *case* da marca O Boticário, que, em 2021, comprou terreno e estabeleceu uma loja no Metaverso. Em um mês, o "local" recebeu sete milhões de "visitantes", gerando vendas e novos negócios reais.

"Empresas e pessoas estão se estabelecendo nesse ambiente. Isso aumenta o relacionamento, fideliza o consumidor por meio de uma experiência nova, transformadora. É uma tecnologia geradora de negócios. Dificilmente, uma loja física (de perfumes) receberia essa quantidade de clientes no mesmo período".

Ele destaca, contudo, que os ambientes são criados no Metaverso com a premissa de "gerar escassez". "Imagine um espaço urbano, mesmo que virtual, porém finito. Quem comprar, comprou. Quem chegar na frente vai encontrar melhores condições (negociais)".

Divulgação

Igreja vai fazer a conferência "Revolução do Metaverso"

Outras palestras

Presidente do Creci em São Paulo, José Augusto Viana Neto vai palestrar, no segundo dia do seminário, sobre o portal imobiliário da entidade (www.portalcreci.org.br). Segundo ele, a ideia é converter a plataforma oficial do Creci no principal portal do país. E também o "mais seguro".

Criada em 2003, ele conta que a ferramenta vem se aperfeiçoando com o objetivo de alcançar este patamar. Começou com três mil profissionais cadastrados, hoje conta com 14 mil, e mais de 500 mil imóveis.

"É um publicador de anúncios gratuito. Fizemos uma primeira versão, e a linguagem foi ficando antiga, mas fomos atualizando, e hoje está bem moderna, leve, amigável. Nosso principal diferencial é o foco na segurança do usuário. A internet tornou-se um campo minado quando o assunto é a pesquisa imobiliária".

"São muitos golpes, com muito estelionatário atuando. E nós queremos dar essa cara de ambiente seguro para o consumidor, que busca comprar, vender ou alugar um imóvel", afirma.

A garantia, ele conta, é que na plataforma do Creci somente corretores de imóveis e imobiliárias podem cadastrar ofertas. O cliente final também tem um campo para ele próprio publicar um anúncio, para daí receber em seguida o contato de um profissional da entidade para tratar da transação.

Ainda segundo o dirigente, para o crescimento da plataforma é preciso "publicidade". "Estamos criando uma campanha publicitária nacional com esta finalidade. Não objetivamos competir com os portais, eles têm muito mais recursos. Nós desenvolvemos a ferramenta com a nossa equipe de desenvolvedores. Porém, ultimamente, houve a interferência de alguns portais incentivando a compra direta de imóvel pelo cliente, sem a intermediação do corretor. Mas, quem anuncia lá são os próprios corretores".

O terceiro dia de programação será marcado pela palestra "Inteligência Financeira para Corretores Imobiliários", proferida pelo especialista Gustavo Cerbasi. E fechando o evento, na quinta, tem o economista Ricardo Amorim falando sobre "Tendência e Economia para o Setor Imobiliário".

Creci-SP / Divulgação

> **"A internet tornou-se um campo minado quando o assunto é a pesquisa imobiliária"**
>
> JOSÉ AUGUSTO NETO, do Creci-SP

CONFIRA AQUI A PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA, 25
Abrindo os trabalhos, no primeiro dia, o palestrante, autor e especialista em tecnologia, Arthur Igreja, vai apresentar a conferência "Revolução do Metaverso"

TERÇA, 26
No segundo dia do evento, o presidente do Creci em São Paulo, José Augusto Viana Neto, fala sobre o portal imobiliário oficial da entidade

QUARTA, 27
"Inteligência Financeira para Corretores Imobiliários" será o tema da conferência ministrada pelo escritor Gustavo Cerbasi

QUINTA, 28
Considerado o "guru" da economia brasileira, Ricardo Amorim traz os prognósticos para 2022 durante a aula "Tendência e Economia para o Setor Imobiliário"

PANDEMIA Seguindo a orientação oficial, os gestores estão liberando o uso do equipamento de proteção, mas mantêm medidas como o dispenser com álcool

Condomínios flexibilizam máscaras em áreas comuns

Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Germaine relata que aderiu às deliberações municipais e estaduais nos empreendimentos que administra

Raphael Muller / Ag. A TARDE

Silvana conta que 60% dos moradores não usam mais máscaras no Nova Cidade 2

LEILANE SUZARTE*

Semana passada, o prefeito Bruno Reis anunciou a liberação do uso de máscaras em locais fechados na capital baiana seguindo a decisão estadual. Com isso, os síndicos e administradores buscam adotar boas práticas no processo de flexibilização com o objetivo de garantir a saúde e segurança dos indivíduos.

Nas áreas comuns que são utilizadas por todos os moradores fica a critério dos condomínios orientar as pessoas em relação aos cuidados que devem ser adotados para proteção.

Germaine Araújo, administradora em um condomínio residencial com 300 unidades e quase 2.000 habitantes, que atua há 15 anos na área condominial, conta que aderiu às normas do estado nos prédios em que atua. "Nós seguimos as deliberações municipais e estaduais, conforme deliberado em assembleia. Usamos o comunicado no primeiro momento da liberação parcial do uso das máscaras, mas com a última atualização do decreto não foi mais necessário", diz.

Segundo ela, algumas ações foram implementadas depois da desobrigação do equipamento de proteção facial. "Como o uso da máscara nos ambientes comuns passou a ser facultativo, retiramos dos quadros de avisos os comunicados que tratavam sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras, mas mantivemos os dispensadores de álcool em gel, abastecidos nas áreas de circulação, inclusive halls dos elevadores nas garagens", explica Germaine.

De maneira semelhante, a administradora Silvana Mendes, que atua no conjunto habitacional da Nova Cidade 2, explica que boa parte dos residentes não faz mais uso das máscaras desde quando o item passou a ser opcional.

"No conjunto habitacional onde a área externa é muito usada pelos moradores por ter uma praça e um parquinho. Nesse acesso de moradores que é visível, a gente percebe que 60% dos moradores já aderiram o não uso das máscaras. As pessoas mais idosas, com problemas de saúde ou que perderam parentes ou amigos têm uma preocupação maior com o coronavírus e continuam usando as máscaras", informa Silvana.

Para Julio Cezar, que reside nesse conjunto habitacional, é um pouco precipitada a liberação do uso de máscaras em condomínios. Ele avalia que pode ser permitida num local vasto. "Em lugares abertos onde não tem a existência de muita gente e com um espaço amplo pode até se pensar em não usá-las", diz.

> **"Nas áreas fechadas, eu acho que convocar uma assembleia para que a utilização das máscaras fique por um pouco mais de tempo é válido"**
>
> KELSOR FERNANDES, do Secovi-BA

Em assembleia

Nesse sentido, o presidente do Sindicato de Habitação da Bahia (Secovi-BA), Kelsor Fernandes, relata que a utilização de máscaras nos condomínios pode ser deliberada em assembleia caso os condôminos julguem necessário.

"Nas áreas fechadas como elevadores, academia, salão de festas e salão de jogos, eu acho que convocar uma assembleia para que a utilização das máscaras fique por um pouco mais de tempo é válido", frisa Fernandes.

Ele ainda orienta que as pessoas tenham bom senso para proteger a si mesmas e aos outros. "Não custa nada se proteger um pouco e ter mais cautela. Afinal de contas a pandemia não acabou ainda", afirma o presidente do Secovi-BA.

Vale lembrar que o decreto também prevê que a vacinação deverá ser comprovada para a entrada em locais fechados, sem máscara. Sendo assim, Silvana conta os cuidados que foram realizados no espaço de festas em que ela administra.

"Nós temos um salão de festas onde o morador aluga. Ele paga uma taxa para esse uso onde a responsabilidade em cumprimento aos protocolos sanitários estabelecidos fica por conta do contratante. Além do mais, existe um aviso dentro do salão com as exigências necessárias para que os eventos continuem", destaca.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELÓ

ESPORTE CLUBE

esporte@grupoatarde.com.br

MAIS NOTÍCIAS Veja tudo que ocorre no esporte pelo mundo
atarde.com.br/esportes

Ailton Cruz/CSA

O volante tricolor Rezende (E) teve boa atuação até sentir dores e precisar ser substituído por Patrick de Lucca na segunda etapa

BAHIA Tricolor começa bem, abre o placar, mas reduz o ritmo e vê o CSA crescer na partida e empatar; Esquadrão perde os 100% de aproveitamento, mas segue invicto

Mais um na conta

Análise do jogo
Rafael Tiago Nunes
Jornalista e cronista esportivo
rafael.santos@grupoatarde.com.br

Os três pontos e a manutenção dos 100% de aproveitamento do Bahia não foram possíveis na noite de ontem, no estádio Rei Pelé, em Maceió, em partida válida pela terceira rodada da Série B do Campeonato Brasileiro, diante o CSA. Mas com o empate em 1 a 1 do Tricolor com time alagoano rendeu mais um pontinho na conta e agora a equipe de Guto Ferreira soma sete em três jogos, o suficiente para seguir invicto na competição e na parte de cima da tábua de classificação.

Com o gol do zagueiro Luiz Otávio, que abriu o placar para o Bahia, ontem, e o tento sofrido após cabeçada de Dalberto, deixam a nação tricolor empolgada e confiante de que o time pode ir longe nesta Segundona e conquistar o tão sonhado acesso. Até aqui, após três jogos, foram duas vitórias e um empate, com quatro gols marcados e apenas um sofrido.

O Tricolor teve um início forte, com intensidade, até marcar o gol. Depois disso, colocou o pé no freio e viu os donos da casa crescer no jogo e empatar. Como aspectos positivos ficam a entrega em campo dos pupilos de Guto e a consistência do goleiro Danilo Fernandes. A parte negativa fica pela fraca atuação do lateral Johathan, que substituiu Douglas Borel, e a falta de pontaria dos meias e atacantes. Com um pouco mais de capricho e precisão, a equipe poderia ter saído de campo com três pontos na mala.

As duas equipes tiveram gols bem anulados. O time baiano viu o árbitro anular o gol de Patrick de Lucca e o CSA passou pela mesma sensação ao ver o VAR anular a bola na rede de Bruno Mezenga.

O Esquadrão já volta a campo na próxima terça-feira, quando recebe o Sampaio Corrêa, às 21h30, na Arena Fonte Nova, pela quarta rodada. Para o duelo, Guto não poderá contar com o lateral direito André, expulso ontem. Além disso, Rezende, que saiu com dores, é dúvida. Por outro lado, Douglas Borel volta a ficar à disposição da equipe. No mesmo dia, o CSA visita o Brusque, às 20h30.

O Jogo

Embalado pela campanha perfeita, com duas vitórias em dois jogos na Série B e uma série invicta de seis partidas, incluindo Baiano, Nordeste e Copa do Brasil também, o Bahia entrou em campo confiante, indo pra cima do CSA. Parecia que estava na Fonte Nova, diante da sua torcida, mesmo o duelo sendo no Rei Pelé, em Maceió.

Com um trio de ataque leve, formado por Jacaré, Davó e Marco Antonio, os comandados de Guto Ferreira deram trabalho ao acuado Azulão. E o gol não demorou de sair. Logo aos 16 minutos, Matheus Bahia faz jogada pela esquerda. Marco Antonio bateu colocado e acertou a trave. Na volta, a bola bateu em Luiz Otávio e morreu no fundo da rede.

Mas quem esperava que o Tricolor seguisse insinuante, se enganou. O famoso Bahia de Guto fora de casa deu as caras. O time recuou e viu o CSA ir pra cima e gostar do jogo. Em poucos minutos, os alagoanos já estavam comandando o jogo.

Com o setor defensivo bastante modificado, com Didi no lugar de Ignácio, Jonathan e Matheus Bahia nas vaga de Borel e Luiz Henrique, respectivamente, além de Emerson Santos substituindo Patrick de Lucca, o Azulão não teve muita dificuldade para empurrar o Tricolor contra a parede.

Sem confiança e errando muito, Jonathan foi o alvo preferido dos atacante do CSA. E foi justamente pelo lado direito da defesa do Bahia que o time alagoano empatou a partida aos 43 minutos.

Osvaldo passou sem dificuldades por Joanthan, cruzou na medida para Dalberto que, sozinho, de cabeça, mandou a bola para o fundo da rede.

No segundo tempo o jogo seguiu disputado e o VAR entrou em ação. Chamou o árbitro Jeferson Ferreira e o gol de Bruno Mezenga, do CSA, foi anulado. Patrick também marcou, mas o bandeira viu impedimento do ataque tricolor. No apagar das luzes, o lateral André, do Bahia, foi expulso.

CSA/AL	BAHIA
1	1

Gols: Dalberto, aos 43 minutos do primeiro tempo (CSA); Luiz Otávio, aos 16 minutos do primeiro tempo (Bahia)

CSA	BAHIA
Marcelo Carné	Danilo
Cedric	Jonathan (André)
Wellington (Werley)	Luiz Otávio
Lucão	Didi
Ernandes	Matheus Bahia
Geovane (William)	Rezende (Patrick)
Gabriel	Emerson Santos (Lucas Falcão)
Lourenço	Daniel (Rildo)
Dalberto (Sassá)	Marco Antonio
Osvaldo (Lucas)	Jacaré (Djalma)
Bruno Mezenga	Davó
T: Mozart	T: Guto Ferreira

LOCAL: Estádio Rei Pelé, em Maceió (AL), às 19h **ÁRBITRO:** Jefferson Ferreira de Moraes **ASSISTENTES:** Cristhian Passos Sorence e Tiago Gomes da Silva (trio de Goiás) **CARTÕES AMARELOS:** Texto lista Bruno Mezenga e Gabriel (CSA); Rezende, Patrick e Marco Antonio (Bahia) **CARTÕES VERMELHOS:** André (Bahia) **PÚBLICO E RENDA:** Não divulgados.

7

jogos de invencibilidade tem o Bahia: cinco vitórias, sendo duas no Baianão, uma no Nordestão e duas na Série B; e dois empates, sendo um na Segundona e um na Copa do Brasil

PLACAR GIRAMUNDO

BRASILEIRO SÉRIE A

3ª RODADA / HOJE			
16h30	RB Bragantino	x	São Paulo
16h30	Athletico	x	Flamengo
19h	Fluminense	x	Internacional
19h	Palmeiras	x	Corinthians
21h	Atlético-MG	x	Coritiba
AMANHÃ			
16h	Santos	x	América-MG
18h	Juventude	x	Cuiabá
19h	Atlético-GO	x	Botafogo
SEGUNDA			
20h	Avaí	x	Goiás

Classificação

	EQUIPE	P	J	V	SG	GP
1º	Corinthians	6	2	2	5	6
2º	Atlético-MG	6	2	2	3	3
3º	Flamengo	5	3	1	2	4
4º	RB Bragantino	4	2	1	4	6
5º	Santos	4	2	1	1	2
6º	Fluminense	4	2	1	1	1
7º	São Paulo	3	2	1	2	5
8º	Coritiba	3	2	1	2	4
9º	América-MG	3	2	1	2	4
10º	Botafogo	3	2	1	0	4

BRASILEIRO SÉRIE B

3ª RODADA / ONTEM			
	CSA	1x1	Bahia
	Chapecoense	x	Vasco*
HOJE			
11h	Criciúma	x	Sport
16h	Ponte Preta	x	CRB
18h30	Sampaio Corrêa	x	Brusque
19h	Tombense	x	Cruzeiro
19h	Ituano	x	Vila Nova
AMANHÃ			
16h	Náutico	x	Operário-PR

Classificação

	EQUIPE	P	J	V	SG	GP
1º	Bahia	7	3	2	3	4
2º	Operário-PR	4	2	1	2	3
3º	Grêmio	4	3	1	1	3
4º	Londrina	4	3	1	1	3
5º	Chapecoense	4	2	1	1	2
6º	Sport	4	2	1	1	1
7º	Criciúma	3	1	1	1	1
8º	Brusque	3	2	1	0	1
9º	Cruzeiro	3	2	1	-1	1
10º	Vasco	2	2	0	0	2
11º	Tombense	2	2	0	0	2
12º	CSA	2	2	0	0	1
13º	Novorizontino	2	2	0	0	1
14º	Vila Nova	2	2	0	0	1
15º	Ituano	2	2	0	0	1
16º	CRB	1	1	0	0	1
17º	Sampaio Corrêa	1	2	0	-1	1
18º	Ponte Preta	1	2	0	-2	0
19º	Guarani	1	3	0	-3	1
20º	Náutico	0	2	0	-3	0

BRASILEIRO SÉRIE C

3ª RODADA / HOJE			
11h	Brasil-RS	x	Botafogo-SP
15h	Botafogo-PB	x	Confiança
17h	Atlético-CE	x	Ferroviário
19h	Remo	x	São José-RS
21h	ABC	x	Campinense
AMANHÃ			
11h	Volta Redonda	x	Altos
15h	Floresta	x	Figueirense
16h	Manaus	x	Aparecidense
18h	Ypiranga-RS	x	Vitória
SEGUNDA			
20h	Mirassol	x	Paysandu

Classificação

	EQUIPE	P	J	V	SG	GP
1º	Botafogo-SP	6	2	2	3	5
2º	Campinense	6	2	2	3	3
3º	Mirassol	6	2	2	2	3
4º	Floresta	6	2	2	2	2
5º	Paysandu	4	2	1	5	6
6º	Figueirense	4	2	1	3	5
7º	ABC	4	2	1	2	4
8º	Manaus	4	2	1	1	2
9º	São José-RS	3	2	1	1	4
10º	Aparecidense	3	2	1	1	2
11º	Botafogo-PB	3	2	1	0	3
12º	Remo	3	2	1	0	2
13º	Confiança	1	2	0	-1	0
14º	Volta Redonda	1	2	0	-2	2
15º	Brasil de Pelotas	1	2	0	-2	1
16º	Ypiranga-RS	1	2	0	-2	0
17	Vitória	0	2	0	-2	1
18º	Ferroviário	0	2	0	-3	2
19º	Altos	0	2	0	-5	2
20º	Atlético-CE	0	2	0	-6	0

BRASILEIRO SÉRIE D

2ª RODADA / GRUPO 4 / HOJE			
16h	CSE	x	Jacuipense
16h	Santa Cruz	x	ASA
AMANHÃ			
16h	Atlético-BA	x	Lagarto
16h	Sergipe	x	Juazeirense
GRUPO 6 / HOJE			
16h	URT	x	Nova Venécia
16h	Inter Limeira	x	Pouso Alegre
AMANHÃ			
16h	Bahia de Feira	x	Ferroviária
16h	Real Noroeste	x	Caldense

BRASILEIRO FEMININO

7ª RODADA / AMANHÃ			
15h	Palmeiras	x	Real Brasília
15h	Avaí/Kindermann	x	RB Bragantino
15h	Cresspom	x	Atlético-MG
15h	Esmac	x	São Paulo
16h	Internacional	x	Flamengo
18h	Ferroviária	x	Cruzeiro
SEGUNDA			
16h	São José-SP	x	Corinthians
20h	Santos	x	Grêmio

CAMPEONATO INGLÊS

34ª RODADA / HOJE			
8h30	Arsenal	x	Man. United
11h	Leicester	x	Aston Villa
11h	Man. City	x	Watford
11h	Norwich	x	Newcastle
13h30	Brentford	x	Tottenham
AMANHÃ			
10h	Brighton	x	Southampton
10h	Burnley	x	Wolverhampton
10h	Chelsea	x	West Ham
12h30	Liverpool	x	Everton
SEGUNDA			
16h	Crystal Palace	x	Leeds

Classificação

	EQUIPE	P	J	V	SG	GP
1º	Man. City	77	32	24	55	75
2º	Liverpool	76	32	23	61	83
3º	Chelsea	60	31	18	39	66
4º	Tottenham	57	32	18	18	56

CAMPEONATO ESPANHOL

JOGO ATRASADO 21ª RODADA / AMANHÃ			
16h	Barcelona	x	Rayo Vallecano

COPA DO REI

FINAL / HOJE			
17h	Betis	x	Valencia

CAMPEONATO ITALIANO

34ª RODADA / HOJE			
10h	Torino	x	Spezia
10h	Venezia	x	Atalanta
13h	Internazionale	x	Roma
15h45	Verona	x	Sampdoria
AMANHÃ			
7h30	Salernitana	x	Fiorentina
10h	Bologna	x	Udinese
10h	Empoli	x	Napoli
13h	Genoa	x	Cagliari
15h45	Lazio	x	Milan
SEGUNDA			
15h45	Sassuolo	x	Juventus

Classificação

	EQUIPE	P	J	V	SG	GP
1º	Milan	71	33	21	29	58
2º	Internazionale	69	32	20	43	68
3º	Napoli	67	33	20	32	59
4º	Juventus	63	33	18	21	50

CAMPEONATO FRANCÊS

34ª RODADA / HOJE			
12h	Lyon	x	Montpellier
14h	Saint-Etienne	x	Monaco
16h	PSG	x	Lens
AMANHÃ			
8h	Rennes	x	Lorient
10h	Clermont	x	Angers
10h	Metz	x	Brest
10h	Nantes	x	Bordeaux
10h	Nice	x	Troyes
12h05	Lille	x	Strasbourg
15h45	Reims	x	O. Marselha

CAMPEONATO ALEMÃO

31ª RODADA / ONTEM			
	Wolfsburg	5x0	Mainz
HOJE			
10h30	RB Leipzig	x	Union Berlim
10h30	E. Frankfurt	x	Hoffenheim
10h30	Freiburg	x	B. M'Gladbach
10h30	Colônia	x	A. Bielefeld
10h30	Greuther Furth	x	B. Leverkusen
13h30	Bayern	x	B. Dortmund
AMANHÃ			
10h30	Bochum	x	Augsburg
12h30	Hertha Berlim	x	Stuttgart

*Jogos encerrados após o fechamento desta edição

NA TELINHA

8h30 Campeonato Inglês: Arsenal x Man. United (Leicester x Aston Villa e Norwich x Newcastle [ESPN 3] às 11h; Brentford x Tottenham às 13h30) ESPN

11h Série B: Criciúma x Sport (Ponte Preta x CRB às 16h; Sampaio Corrêa x Brusque às 18h30) SporTV

11h30 F1: GP da Emilia-Romagna (sprint) Band e BandSports

12h Campeonato Francês: Lyon x Montpellier (St-Etienne x Monaco às 14h) ESPN 4

11h30 Campeonato Alemão: Bayern de Munique x Borussia Dortmund Band

15h NBA: Raptors x 76ers (Jazz x Mavericks às 17h30) SporTV 2

15h45 Campeonato Italiano: Verona x Sampdoria ESPN

16h30 Campeonato Brasileiro: Athletico/PR x Flamengo TV Bahia

17h Copa do Rei: Betis x Valencia (final) ESPN 4

17h Série C: Atlético/CE x Ferroviário Band

20h40 NBA: Nets x Celtics (Grizzlies x Timberwolves às 22h30) ESPN 2

21h Campeonato Brasileiro: Atlético/MG x Coritiba SporTV

21h30 Superliga de Vôlei Masculino: Cruzeiro x Minas (final) SporTV 2

FÓRMULA 1

Verstappen larga em 1º na sprint

FRANCE PRESSE

O holandês Max Verstappen, da Red Bull, conseguiu sua primeira pole position do ano no treino de classificação do Grande Prêmio da Emilia-Romagna de Fórmula 1, ontem, e largará na frente na corrida sprint de hoje, no circuito Enzo e Dino Ferrari, em Imola.

"Foi delicado, seco, teve chuva, muito escorregadio. Foi agitado, uma classificação longa, mas no final estou muito feliz por estar aqui", disse Verstappen depois do treino.

O monegasco Charles Leclerc, da Ferrari, completa a primeira fila. Mas nada está decidido para o grid de largada do GP de domingo, que será determinado pelos resultados da corrida sprint.

> "Foi agitado, uma classificação longa, mas no final estou muito feliz por estar aqui"
>
> MAX VERSTAPPEN, da Red Bull

O britânico Lando Norris (McLaren) e o dinamarquês Kevin Magnussen (Haas) formam a segunda fila, com o espanhol Fernando Alonso (Alpine) e o australiano Daniel Ricciardo (McLaren) na terceira.

Com treino debaixo de chuva, a última sessão (Q3) foi marcada pela ausência da Mercedes, algo que não acontecia desde 2012. George Russell foi apenas o 11º e Lewis Hamilton o 13º.

Assim como em 2021, a Fórmula 1 repete o formato com corrida sprint na véspera de um GP, mas introduzindo algumas novidades. Por exemplo, a pole oficial – a que conta para as estatísticas – é atribuída ao piloto mais rápido na classificação de sexta, e não ao vencedor da corrida curta de sábado.

Na corrida sprint, os oito primeiros somam pontos no Mundial de pilotos (de oito pontos para o primeiro a um ponto para o oitavo).

Além da Emilia Romagna, este formato também está previsto para o GP da Áustria (de 10 a 12 de julho) e para o GP do Brasil (de 11 a 13 de novembro).

Guglielmo Mangiapane / AFP

Holandês da Red Bull será o pole da corrida que definirá o grid

VITÓRIA Com uma campanha histórica em 2013 e queda à Série B em 2014, Ney Franco entra na mira do Leão

NOVO ALVO

RAFAEL TIAGO NUNES

Após a negativa de Rodrigo Chagas, o Vitória já tem um novo alvo para assumir o comando técnico do time no lugar do demitido Geninho. Todos os esforços da diretoria rubro-negra estão voltados para Ney Franco. O treinador, inclusive, falou sobre a negociação. "Estamos conversando. Só posso dizer isso. Não posso passar mais informações", contou comandante de 55 anos ao GE.

Ney Franco é mais um que já tem história no clube, o que confirma a intenção do presidente Fábio Mota em contratar alguém que entenda a pressão que é treinar o Leão. Ney passou pelo clube em outras duas oportunidades. Em 2013, quando fez a melhor campanha de um time baiano na Série A com pontos corridos, ocupando o quinto lugar ao final, e em 2014, quando acabou demitido ao não conseguir evitar o rebaixamento para a Série B do Brasileiro.

Na última temporada, Ney Franco treinou o CSA. Foram 12 jogos pelo clube alagoano, com cinco vitórias, dois empates e cinco derrotas. Em 2020, pelo Cruzeiro, foram sete partidas, com duas vitórias, um empate e quatro derrotas até ser demitido.

Além do treinador, o Vitória pode anunciar a qualquer momento a chegada de Rodrigo Pastana para assumir o cargo de diretor de futebol, vaga deixada por Alex Brasil.

Vale ressaltar que Pastana acumula problemas com atletas e treinadores ao longo de sua carreira no futebol.

Bruno Haddad / Cruzeiro / Divulgação

Ney Franco teve rápida passagem pelo Cruzeiro na temporada 2020

Além do treinador, o Vitória pode anunciar a qualquer momento a chegada de Rodrigo Pastana para assumir o cargo de diretor de futebol, vaga deixada por Alex Brasil

Um dos problemas do profissional envolve o camisa 10 do Vitória, o meia Jadson, durante uma negociação para contar com o atleta na equipe do Coritiba, clube que tinha o gestor como responsável pelas contratações à época.

Na ocasião, Pastana afirmou: "A informação que temos é que ele não vinha performando nos treinamentos, que ele vinha tendo lesões e não tinha o mesmo interesse de antes". O Corinthians, dono do passe do jogador, respondeu através de nota oficial. "O Corinthians não foi consultado por ninguém e não forneceu informações referentes ao atleta Jadson a nenhum outro clube, diferentemente do que foi dito de forma equivocada por Rodrigo Pastana".

Pastana teve problema de relacionamento com o meia-atacante Rhayner quando esteve no Bahia, em 2014, sendo relatado caso de possível agressão.

O certo é que o Vitória entrará em campo amanhã, às 16h, contra o Ypiranga-RS, pela Série C do Brasileiro. A equipe será comandada por Ricardo Amadeu, responsável pela base da equipe.

EC Vitória / Divulgação

Vitória treinou ontem em São Paulo, antes de ir a Erechim

Geninho desabafa

Após deixar o comando técnico do Vitória, depois de perder para o Fortaleza, Geninho falou sobre sua passagem no Rubro-Negro e se mostrou surpreso com a decisão.

"Não esperava que o jogo do Fortaleza fosse determinante. Eu acreditava que a partida em Erechim seria decisiva, pois eu vivo isso e sei que um terceiro resultado negativo, esse sim, poderia servir para interromper o trabalho", disse Geninho em entrevista à Rádio Sociedade.

SELEÇÃO

Brasil conquista Sul-America Sub-20 feminino e vai disputar o Mundial

AGÊNCIA BRASIL

O Brasil conquistou o Campeonato Sul-Americano Feminino Sub-20 depois de uma combinação de resultados. Após vencer o Uruguai por 1 a 0 no início da noite da última quinta-feira, a seleção brasileira chegaria ao título caso a Venezuela não vencesse a Colômbia em partida realizada mais tarde. E foi justamente isso que aconteceu: as colombianas triunfaram por 3 a 0.

Com este título, a equipe comandada pelo técnico Jonas Urias confirmou a vaga na Copa do Mundo Feminina Sub-20, que será disputada na Costa Rica em agosto.

A seleção brasileira fez uma campanha irretocável na competição, vencendo todas as partidas, nas quais marcou 21 gols e não sofreu nenhum.

"É uma sensação maravilhosa, é um momento único na vida de todos que fazem parte do trabalho. O 'Sempre Juntas' campeão representa muito, representa uma geração que teve o seu sonho interrompido pela pandemia, e representa pessoas que fizeram em algum momento parte de todo esse trabalho do grupo. Primeiro título com a seleção brasileira é simplesmente inesquecível, é fantástico e esse dia vai ficar marcado na memória de todos", declarou o treinador Jonas Urias, que ainda tem um desafio na competição. A equipe entra em campo para a última partida amanhã, contra a Venezuela, a partir das 20h30 (horário da Bahia).

Staff Images Woman / @conmebolbr

Meninas conquistaram título com uma rodada de antecipação

BRASIL X ARGENTINA SERÁ EM SETEMBRO

Jogo pendente das Eliminatórias da Copa por ter sido suspenso em 2021 por não cumprimento dos protocolos de saúde por jogadores da Argentina, o duelo entre Brasil x Argentina foi agendado pela Fifa para 22 de setembro, dois meses antes do início do Mundial. O local da partida não está definido

CURTAS

MUNDIAL DE SURFE

Medina volta ao Circuito em maio

Gabriel Medina está pronto para voltar a competir no Circuito Mundial de surfe. Depois de perder as cinco primeiras etapas para cuidar da saúde mental, o tricampeão mundial e atual vencedor do circuito afirmou em entrevista ao Esporte Espetacular – programa que vai ao ar amanhã na TV Bahia – que estará em ação na etapa de G-Land, na Indonésia, que tem janela prevista para abrir no dia 28 de maio. "Estou motivado, com a minha rotina de volta, de atleta, de acordar cedo, me alimentar bem. Voltou tudo ao normal", disse Medina, que falou também sobre seu estado mental: "Estou melhor. Fico feliz de estar me reencontrando. Aprendi bastante durante esse tempo em que eu me afastei das competições".

SUPERLIGA DE VÔLEI

Mineiros decidem masculino e feminino

Pela primeira vez na história das Superligas masculina e feminina de vôlei, os dois títulos da temporada serão disputados, simultaneamente, só por equipes mineiras. Ontem, após o fechamento desta edição, Dentil Praia Clube e Minas Tênis Clube fizeram o primeiro jogo da final das mulheres no ginásio Nilson Nelson, em Brasília. O Minas também marca presença na decisão dos homens, contra o Sada Cruzeiro, que começa hoje, às 21h30, no ginásio Divino Braga, em Betim (MG). As finais são disputadas em melhor de três jogos.

CHAMPIONS FEMININA

Barça vence jogo com público recorde

Sob os olhares de 91.648 torcedores no Camp Nou, o Barcelona se colocou a um passo da final da Liga dos Campeões feminina ao golear o Wolfsgurg por 5 a 1, ontem, no jogo de ida das semifinais. O público representa um recorde para um jogo de futebol feminino, que já tinha sido quebrado pela própria torcida do Barça há menos de um mês, com os 91.553 espectadores nas quartas de final, contra o Real Madrid. A marca anterior era de 90.185 pessoas, que assistiram à final da Copa do Mundo de 1999 entre Estados Unidos e China no estádio Rose Bowl, em Pasadena (Califórnia). Os gols da equipe catalã foram marcados por Putellas, Bonmatí, Hansen e Hermoso. O jogo de volta será no dia 30 de abril, na Alemanha, e o Barcelona poderá perder por até três gols de diferença. O outro finalista sairá do confronto entre Paris Saint-Germain e Lyon, que fazem o jogo de ida amanhã e se reencontram n no dia 30.

Lluis Gene / AFP

Camp Nou recebeu 91.648 torcedores em vitória do Barça

NATAÇÃO

Russo é suspenso por apoio à guerra

O nadador russo Evgeny Rylov, duas vezes campeão olímpico em Tóquio nos 100 m e 200 m costas, foi suspenso por nove meses pela Federação Internacional de Natação (Fina), por seu apoio à invasão russa à Ucrânia. A suspensão foi definida "depois de sua presença em um evento que aconteceu no estádio Lujnki, em Moscou, em 18 de março. A suspensão passa a ser válida em 20 de abril de 2022", anunciou a Fina em um comunicado. O ato foi para celebrar os oito anos da anexação da Crimeia, e vários esportistas russos de renome estiveram presentes.

MANCHESTER UNITED

Pogba não joga mais pelo clube

O meia francês Paul Pogba, do Manchester United, pode ter feito seu último jogo pelo clube na derrota por 4 a 0 contra o Liverpool, já que uma lesão na panturrilha deve tirá-lo do resto da temporada e seu contrato, que provavelmente não será renovado, termina no final de junho. Pogba, de 29 anos, está em sua segunda passagem pelo clube. Ele chegou a Old Trafford em 2009 vindo do Le Havre da França e em 2012 se transferiu para a Juventus, onde explodiu no cenário do futebol europeu antes de retornar ao United em 2016. Pelos Red Devils, o francês foi campeão da Copa da Liga Inglesa em 2017 e da Liga Europa no mesmo ano. Pogba foi vaiado no último sábado, quando substituído na vitória sobre o Norwich pelo Campeonato Inglês. Depois da goleada sofrida para o Liverpool, o Manchester United ocupa a sexta posição da liga.

Felipe Oliveira / Divulgação

HOJE E SÁBADO QUE VEM
Ana Mametto segue temporada do elogiado show *Saudação*, no Teatro Sesi. 20h, R$ 80 e R$ 40

Fael Brito / Divulgação

Rowena Ferri (em primeiro plano), seguida por outros personagens da peça, é a mítica mulher de roxo

ARTES CÊNICAS Peça que retrata famosas personalidades baianas dos três últimos séculos está em cartaz no Espaço Cultural Casa 14, Pelourinho

Resgate histórico

EUGÊNIO AFONSO

'Ali, sangrava, doendo lágrima a lágrima, debatendo-se entre a dor do ouro fundido atravessando a pele, a carne e o cálculo de um homem que, dizendo-se seu noivo, futuro marido e protetor, derretera as alianças de compromisso misturando-as à pólvora em nome de uma suspeita inafiançável'.

Esse trecho do conto *O ouro da ira*, da escritora baiana Clarissa Macedo, que consta do livro *Histórias e Histórias da Bahia*, é baseado na vida real de Júlia Fetal, figura jovem e simbólica de uma Bahia romântica, assassinada pelo noivo, o professor João Estanislau Lisboa, com uma bala de ouro confeccionada com as alianças do próprio noivado.

Ocorrido no século 19, esse famoso caso de feminicídio, conhecido como O Crime da Bala de Ouro, é uma das histórias que compõem o espetáculo de teatro *A Mulher de Roxo e Outras Histórias da Bahia*, em cartaz no Espaço Cultural Casa 14, no Pelourinho, aos sábados, até 14 de maio, sempre às 19h30.

Escrita e dirigida pelo professor, psicólogo e diretor de teatro Adson Brito do Velho, a peça coloca em cena personalidades baianas que marcaram época e se transformaram em verdadeiras lendas urbanas de Salvador, como a mulher de roxo, santa Dulce dos Pobres, Clarindo Silva (Cantina da Lua), Floripes (primeira travesti assumida da Bahia), João Estanislau e Amilton Santos, o tratorista que desobedeceu uma ordem judicial e se recusou a derrubar barracos no bairro periférico da Palestina em 2003.

"As pessoas têm se identificado muito com os personagens. A peça também está servindo como material de reflexão. As pessoas saem de lá, agradecem e dizem que vão pensar sobre a questão do desrespeito aos valores humanos, da violência contra a mulher", conta o diretor.

Ainda segundo Brito, a peça, além de informar, também quer emocionar as pessoas, sobretudo nesse momento tão peculiar que estamos atravessando. A ideia é rememorar importantes figuras da história da Bahia dos três últimos séculos, narrando passagens importantes da vida de cada uma delas.

"Infelizmente, a história da Bahia não consta da grade curricular dos ensinos médio e fundamental, está silenciada e foi retirada dos livros didáticos. Então, ficou essa lacuna em que os baianos não conhecem a história de sua cidade. A partir daí, eu faço um resgate desses personagens", relata Adson.

Fael Brito / Divulgação

Alexandro Beltrão é João Estanislau, que fez a bala de ouro das alianças

O Crime da Bala de Ouro é uma das histórias que compõem o espetáculo de teatro

Além de informar, a peça também quer emocionar as pessoas, sobretudo nesse momento que atravessamos

Machismo e revolta

Em 1h15 de espetáculo, os seis atores que compõem o elenco dão vida a todos os personagens: Alexandro Beltrão vive João Estanislau, Admilson Vieira interpreta Amilton e Clarindo, Sofia Bonfim faz santa Dulce, Rowena Ferri é responsável pela mulher de roxo, Regis Spiner dá vida a Floripes e Cláudia Rosa faz uma participação especial.

Para Beltrão, que também interpreta personagens secundários, como João Maurício, que foi curado a partir de um milagre de santa Dulce, e um oficial de justiça, na cena do tratorista, seu personagem principal traz à baila o tema do machismo patriarcal.

"A importância de João Estanislau está em mostrar a relação, muitas vezes doentia, nas relações afetivas, onde geralmente o homem quer tomar posse do corpo e da alma da mulher. A peça é um convite para que as pessoas tomem conhecimento também da nossa riqueza histórico-cultural tão pouco divulgada para a população", resume Beltrão.

O ator Admilson Vieira conta que para compor Clarindo e Amilton fez pesquisas profundas através de muita observação e leitura. "Ficava observando como eles falam, gesticulam, e na peça tento passar isso da forma mais parecida. Acredito que o objetivo do espetáculo é reavivar, rever essas figuras que ficaram muito conhecidas na Bahia e conhecer o legado que elas deixaram para a sociedade", comenta.

Além do elenco principal, outros profissionais também participam da encenação, já que diversas passagens da vida dos personagens são narradas por Carlos Pronzato (cineasta argentino), Aline Nepomuceno (atriz), Léo Kret do Brasil (dançarina trans), Liana Cardoso (apresentadora de rádio e TV) e Cláudio Sacramento (radialista).

A MULHER DE ROXO E OUTRAS HISTÓRIAS DA BAHIA / ESPAÇO CULTURAL CASA 14, RUA FREI VICENTE, 14, PELOURINHO / 23 E 30 DE ABRIL, 07 E 14 DE MAIO / 19H30 / 30,00 (INTEIRA) E 15,00 (MEIA) / VENDAS NO LOCAL NO DIA DA APRESENTAÇÃO, RESERVAS PELO (71) 98631 3242 OU SYMPLA

25july.ji@gmail.com

JULY

Com colaboração de Alexandra Isensee

"Se rodeie de pessoas que merecem estar na sua vida."

ANNA MARIA CHÁVEZ

Primavera

A jornalista mexicana Patricia Liogier de Sereys, do site Paris SVP (www.paris-silvousplait.com), festeja nova primavera na capital francesa segunda-feira, dia 25.

Alfazema

Nasceu na quarta-feira, no Hospital Aliança, o fofinho João Guilherme, filho de Maria Amélia Basanes e Bruno César Guedes, para alegria de seus irmãos Maria Eduarda e João Pedro.

Na quarta, dia 20, Luiza chegou linda e perfumada para aumentar a felicidade de Ju e Jô Tawil, e fazer companhia a Tom. Também muito felizes, Leonor e Aldo Andrade, e Katia e Tony Tawil, com a chegada da neta.

Vaivém

De Paris, a baiana Rozani Lemos seguiu para três semanas no Nepal, e está adorando!

Automobilística

A Terra Forte Toyota, concessionária do Grupo GNC, reuniu, na terça-feira, parceiros, clientes e imprensa para apresentar, na loja da Paralela, as novidades de programas oferecidos pela marca de veículos. O evento contou com um coquetel assinado por Vini Figueira e a presença do piloto de Stock Car Patrick Gonçalves.

Natalícias

Foi em grande estilo a festa de comemoração dos 70 anos do empresário Paulo Ribeiro, na última quarta-feira, dia 20! Moema Ribeiro, juntamente com seus filhos Aline e Diego, receberam dezenas de convidados na residência do casal em Alphaville! Os convidados foram embalados ao som da Orquestra Compassos, onde reinou a animação e o bom gosto! Entre os presente, Jaqueline e Jutahy Magalhães, Paulo e Lúcia evangelista, Luiz e Lúcia Avena, Jadelson e Tânia Andrade, José e Alessandra Matos, Ozana Barreto, Jorge Batista, dentre outros convidados que foram abraçar o aniversariante!

As amigas de Marita Novis se reuniram na quarta-feira, no Restaurante Veleiro, no Yacht, para um almoço em comemoração ao aniversário dela. A filha Patricia, além de Kátia Quastler, Yedda Pedreira, Dora Gordilho, Laura Tanure, Rita Magalhães, Simone Gusmão, Tânia Motta, Ethel Baratz e Lícia Tavares, entre outras tantas, transformaram o encontro numa tarde super agradável e alegre, bem do jeito que a aniversariante gosta.

Larissa Bicalho convidou um grupo de amigos para uma festa surpresa hoje, em sua residência, no Morada dos Cardeais, para comemorar o aniversário de sua amiga Flávia Avena.

Este ano, Denise Martinelli resolveu passar a data de seu aniversário junto à filha e os familiares, na Pousada Villa Maria, em Brotas, e dia 29 próximo vai receber em petit comité um pequeno grupo de amigos mais chegados para festejar em Salvador.

Sandra Maria Sampaio, a aniversariante do dia 25, vai receber o carinho de um grupo de amigas que está se reunindo para comemorar a data, e em seguida irá para São Paulo festejar no final de semana com os filhos, netos, genros e noras na Fazenda Boa Vista.

Fábio Peixoto

Elaine Assis (filha de Dinha), Wilton Oliveira e Juçara Santos (filha de Cira) em noite de homenagem

Patrícia: primavera em Paris

Fotos: Divulgação

Yeda Pedreira foi abraçar a amiga Marita

Roberto e Vinícius participam de congresso em SP

Dolores e Sônia são recepcionadas por amigos com delicioso churrasco

Larissa faz níver surpresa para Flávia Avena

Kin Kin

Moema e Paulo recebem amigos em grande estilo

Art Show

Ana Paula Rosa e Nayara Santana, idealizadoras do *I Congresso de Micropigmentação* em Salvador, o *PMU Art Show*, que aconteceu entre 17 e 19, estão felizes com o sucesso do evento. Na ocasião, houve apresentação das mais recentes e inovadoras técnicas utilizadas na micropigmentação capilar, de sobrancelhas, olhos, lábios e auréola dos seios. Elas já estão pensando no próximo evento.

Encontro

Dia agradável para Dolores Vieira e Sônia Delmondes na fazenda dos amigos Débora e José Carlos Peso Pinheiro, no Alto do Ipê, na BR- 324, onde foram recepcionadas pelos queridos anfitriões com um delicioso churrasco.

Congresso

Na retomada dos congressos presenciais, pai e filho, Roberto e Vinicius Aleluia, participam do *18° Congresso Brasileiro de Cirurgia do Joelho*, em São Paulo. Vinicius ministrará um aula sobre lesões do ligamento cruzado posterior.

Aniversários

Hoje (23): Annie-Josée Masséna Sidro, Agenor Gordilho Neto, Franklin Gomes, Lenisse Braga, Maria Victoria Dantas, Ana Maria Villa.

Amanhã (24): Maria Cristina da Motta Leal, Maria de Fátima Almeida, Valtério Pacheco, Priscila Borges, Denise Martinelli, Giuliana Carneiro, Mara Rocha, Adriana Oliveira Macedo Glatzle.

Segunda (25): Leonel Braynner, Eduardo Ribeiro Lima, Paulo Fábio Lebram, Sandra Maria Sampaio, Ana Virgínia Rossi Rey, Sílvio Pessoa, Carlos Vieira, Tiara Araújo Barreto, Patricia Liogier de Sereys.

ASTROLOGIA CLÁUDIA HOLLANDER

Envie o código do seu signo para 50010 e receba a previsão do Bemzen (www.bemzen.com) no seu celular. Apenas R$ 0,10+imp. por msg (1/dia). Serviço disponível para as operadoras Claro, Oi, TIM e Vivo

Expressão e talento AS MULHERES nascidas neste dia se dedicam ás artes ou aos negócios, constroem cuidadosamente sua clientela, que ano após ano comprará seus produtos. Tem facilidade para expressar-se na esfera social e profissional, percebendo as fraquezas dos outros e compreendendo o caráter e os motivos humanos. OS HOMENS nascidos neste dia buscam o melhor porto para ancorar seus talentos e não descansam enquanto não se estabelecem. Não gostam de uma vida isolada, precisam exercer seu poder dentro de uma esfera social. O sucesso financeiro e a segurança são de importância fundamental para eles.

ÁRIES 21/3 a 20/4
TRABALHO: não confie em pessoas que pouco conhece. AMOR: mantenha distância de intrigas. SAÚDE: evite consumir doces. **Cor:** violeta escuro. **[ATARIES]**

TOURO 21/4 a 20/5
TRABALHO: priorize suas metas e procure ser mais disciplinado. AMOR: fale sobre seus sentimentos a pessoa amada. SAÚDE: cuidado com acidentes domésticos. **Cor:** rosa choque. **[ATTOURO]**

GÊMEOS 21/5 a 20/6
TRABALHO: evite contar seus projetos para quem pouco conhece e não confia. AMOR: bom momento para fazer amizades. SAÚDE: evite excessos alimentares. **Cor:** creme. **[ATGEMEOS]**

CÂNCER 21/6 a 21/7
TRABALHO: imprevistos poderão levá-lo a refletir mais sobre seus atos no dia de hoje. AMOR: dedique mais tempo aos amigos. SAÚDE: trate problemas circulatórios. **Cor:**azul marinho. **[ATCANCER]**

LEÃO 22/7 a 22/8
TRABALHO: os astros estarão protegendo o setor financeiro, aproveite a boa sorte para jogos e apostas. AMOR: um novo romance poderá mexer com você. SAÚDE: boa. **Cor:** vermelho. **[ATLEAO]**

VIRGEM 23/8 a 22/9
TRABALHO: momento ideal para decisões importantes, acordos, assinatura de documentos ou assuntos de justiça. AMOR: dê mais atenção à sua vida pessoal. SAÚDE: boa. **Cor:** branco. **[ATVIRGEM]**

LIBRA 23/9 a 22/10
TRABALHO: dia indicado para assuntos pendentes ou pôr a casa em ordem. AMOR: controle seu ciúmes. SAÚDE: inclua alimentos mais saudáveis em sua dieta. **Cor:** cinza escuro. **[ATLIBRA]**

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11
TRABALHO: tenha cautela ao falar assuntos delicados ou fazer críticas para colegas. AMOR: trabalhe pela harmonia na vida afetiva. SAÚDE: trate dores nas pernas. **Cor:** verde. **[ATESCORP]**

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12
TRABALHO: bom momento para mostrar sua capacidade, pois poderá ser reconhecido. AMOR: demonstre mais interesse pelo seu romance. SAÚDE: dê mais atenção a sua saúde. **Cor:** creme. **[ATSAGI]**

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/1
TRABALHO: tenha mais cautela ao lidar com as finanças e evite gastos desnecessários. AMOR: preste mais atenção aos sentimentos da pessoa amada. SAÚDE: boa. **Cor:** marrom. **[ATCAPRI]**

AQUÁRIO 21/1 a 19/2
TRABALHO: problemas financeiros exigirão muita disciplina e controle dos gastos. AMOR: seja mais discreto ao falar de amor. SAÚDE: sem problemas. **Cor:** dourado. **[ATAQUA]**

PEIXES 20/2 a 20/3
TRABALHO: boas energias estão protegendo seu dia, aproveite e faça uma atividade que lhe traga prazer. AMOR: divirta-se mais. SAÚDE: inicie uma atividade física. **Cor:** amarelo. **[ATPEIXES]**

CRUZADAS

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Unidades do cromossomo (Biol.) / Condição básica do trabalho em equipe / "A (?)", sucesso do Cidade Negra / (?) Inox, peça de corrimãos de escadas / Emaranhado de fios, pelos ou linhas / Aquele que conta a história em um relato literário / "Internet", em IE / Ave de pernas e bico longos (bras.) / Valentes; intrépidos / Arte de Cézanne / Iguaria baiana com alho e camarão / Elemento essencial da frase (Gram.) / Mar do (?): o primeiro nome do Pacífico / Catinga (bras.) / Origem (abrev.) / Veia de membros inferiores / Escutada / (?) Marie Presley, cantora dos EUA / Rio que corta Portugal e Espanha / (?)-limão, planta usada em infusões / O peixe do sashimi (Cul. japonesa) / A maior cidade do Hemisfério Sul / Cobrar tributo por (produto ou serviço) / Certa praga agrícola / Traçado da régua / Cede; outorga / Agente policial (gíria) / Severo / Local do navio onde se põe a carranca / Findadas; encerradas / Comércio, em inglês / Conserva a temperatura de bebidas / Aspira fumo (bras.) / Reação (fig.) / Pede com insistência / Fala muito alto / "Te (?)", declaração do apaixonado / Descanse, em inglês / Batata-(?), tubérculo comestível / Moléstia / Construção do bairro residencial / Gogó da (?), antigo símbolo de Maceió / Ernesto Nazareth: compôs "Odeon" / Dia (?), marco da Segunda Guerra / Ana Néri, enfermeira / Afirma oficialmente / Mendigos; enfadonhos

BANCO 3/ebó — ema. 4/rest. 5/trade. 7/estrada.

SUDOKU

ROBERTO S. FERREIRA
palavrascruzadas.com.br

FÁCIL

5	7		6					
					2			9
		3					4	
	2							
				3		6		
8								
			1				8	
		6		5				
							2	4

PARA JOGAR Sudoku é um jogo de raciocínio e lógica. Cada jogo dura de 10 a 40 minutos, dependendo do nível de dificuldade e da experiência do jogador. O objetivo do jogo é completar todos os quadrados, utilizando números de 1 a 9. Para completá-los, siga a regra: Não pode haver números repetidos nas linhas horizontais e verticais, assim como nos quadrados grandes.

SOLUÇÕES

embasa GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi repleto de grandes desafios, principalmente em decorrência, mais uma vez, das dificuldades impostas pela crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19, que atravessou o seu momento mais crítico no primeiro semestre do ano. Ao longo da segunda metade de 2021, já foi possível verificar que o avanço substancial no processo de vacinação da população levou à diminuição do número de internações e óbitos e possibilitou a retomada de setores econômicos até então paralisados.

Já no final do ano foram as chuvas que trouxeram preocupações à Embasa, visto que a Bahia foi muito impactada por temporais atípicos durante o mês de dezembro, com tendência de continuidade no ano seguinte. Por conta disso, a empresa dedicou esforços de suas diversas equipes para atender as áreas afetadas, sendo, no todo, mais de 84 municípios baianos atendidos emergencialmente.

Mesmo diante das dificuldades, a Embasa se mostrou firme no cumprimento de sua missão institucional, conseguindo obter resultados relevantes, crescendo de forma positiva, equilibrada e sustentável.

Do ponto de vista social, em decorrência da Lei Estadual nº 14.390, de 14/12/2021, a Embasa foi instrumento do Estado da Bahia, principal acionista da empresa, para ampliação da população beneficiada com a tarifa social, para atender moradores, comerciantes e prestadores de serviços dos municípios baianos atingidos pelas chuvas em dezembro de 2021, em razão de ciclone extratropical.

As adversidades também motivaram a Embasa a se reinventar. Houve grandes conquistas com avanços que trouxeram mais comodidade à população atendida, com destaque para o processo de modernização realizado nos canais de relacionamento com o cliente. Além do teleatendimento, que continua sendo a principal alternativa dos clientes para obter informações e solicitar serviços, a Embasa intensificou neste ano sua nova estratégia de atendimento, a partir do aperfeiçoamento dos seus canais remotos (teleatendimento, Unidade de Resposta Audível - URA, *WhatsApp* e Agência Virtual), com serviços totalmente integrados, como, por exemplo, as negociações de débitos, que antes eram exclusivamente solicitados presencialmente pelos usuários.

O setor de saneamento está inaugurando uma nova era de desafios, muitos dos quais ainda desconhecidos. Para permanecer competitiva, a empresa terá que propor novas soluções, atuar em novas áreas e em novos territórios. A Embasa e seus colaboradores se sentem confiantes para enfrentar esse futuro próximo.

Este ano também foi marcado pelo trabalho de adequação dos estudos de viabilidade econômico-financeira e plano de captação da Embasa às diretrizes trazidas pelo Decreto Federal nº 10.710/2021, com a finalidade de comprovar a capacidade econômico-financeira para o alcance das metas de universalização, conforme as quais até o final de 2033, ao menos 90% da população deve ter acesso à coleta e ao tratamento de esgoto e, ao menos 99%, atendimento à água potável.

Com o limitado prazo para cumprir as etapas, até 31 de dezembro de 2021, o desafio foi atingido por boa parte das empresas estaduais, incluindo a Embasa. A empresa foi cirúrgica no processo de contratualização e também atendeu todos os critérios exigidos pelo regulamento. Isto porque se trata da terceira concessionária com maior número de concessões municipais do país, o que exigiu habilidades para fazer os ajustes legais necessários determinados pelo Decreto.

Por atuar em um ambiente extremamente volátil e complexo, a Embasa necessita tomar decisões cada vez mais rápidas e alinhadas ao planejamento. A empresa tem sido capaz de decisões rápidas, porém seguras e consistentes. A chave para o sucesso está na prudência e na segurança dos investimentos realizados.

Neste ano, a Embasa atingiu uma importante marca, uma vez que investiu o maior volume de recursos financeiros em valores históricos. Ao todo, foram mais de R$ 898 milhões na ampliação e melhoria da infraestrutura, o que possibilitou o incremento de mais de 103 mil ligações de água e 62 mil ligações de esgoto e a conclusão de diversas obras, no âmbito do Água para Todos estadual, importante programa que, neste ano, passou a ser coordenado pela empresa.

Mesmo diante dos reflexos da crise pandêmica, a Embasa fechou o ano com uma Margem EBITDA de 21%. O resultado financeiro líquido apresentou, em 2021, um crescimento de R$ 8,3 milhões (191%) em comparação ao ano anterior. Outra importante marca deste ano foi o crescimento significativo do resultado líquido da companhia, que passou de R$ 242,9 milhões, em 2020, para R$ 386,3 milhões em 2021, demonstrando uma variação de 59%.

A Embasa credita seu bom desempenho empresarial à competência técnica e ao elevado grau de comprometimento dos seus colaboradores e parceiros, conduta essencial para que os compromissos assumidos pela empresa perante a sociedade sejam alcançados.

A busca pela excelência, pela melhoria contínua, fortemente incorporada à cultura da empresa, mitiga os riscos, atenuando crises potenciais. A mudança de comportamento, em um processo de adaptação contínua para ajuste às alterações de cenário, estimula a incorporação de inovações nos processos, somando novas experiências na expertise adquirida ao longo dos seus mais de 50 anos.

Neste ano de 2021, a Embasa continuou trabalhando para fortalecer a área de governança corporativa. Assim, foram intensificados os controles internos e foi aprimorada a gestão de riscos. Tudo isso porque a empresa entende que integridade, transparência e responsabilidade são ferramentas fundamentais para se preparar, o máximo possível, para responder prontamente às ameaças e para que a empresa seja capaz de aproveitar integralmente as oportunidades. A Embasa está preparada para demonstrar sua capacidade de geração de valor à sociedade, aos acionistas e aos empregados, por meio de práticas eficazes, transparência e responsabilidade social e ambiental.

Para os próximos anos, a Embasa reafirma o desafio de alcançar as metas assumidas no Planejamento Estratégico 2021-2025 e aquelas definidas nos mais diversos contratos celebrados com os municípios onde atua. A empresa continuará a percorrer o caminho para ser uma das empresas mais confiáveis, econômica, ambiental e socialmente do setor de saneamento e referência na criação e compartilhamento de valor para toda a sociedade.

A Embasa expressa seus sinceros agradecimentos aos colaboradores e parceiros, aos Titulares, às Agências Reguladoras, ao Conselho Fiscal, bem como aos Acionistas que, em conjunto, contribuíram para a conquista dos resultados alcançados.

Diretoria Executiva

Conselho de Administração

1. CENÁRIO DO SETOR DE SANEAMENTO

O ano de 2021 foi marcado pela melhoria na crise sanitária, em função do avanço do processo de vacinação da população contra a Covid-19, e pela recuperação da atividade econômica na Bahia e no Brasil.

Diante dos efeitos negativos da pandemia na renda da população carente baiana, o Governo do Estado da Bahia manteve a política de subsídio nas contas de água e esgoto das famílias pobres inscritas na Categoria Social por mais 3 meses, como forma de mitigar a queda dos rendimentos destas famílias.

Por outra via, o aquecimento econômico pós-pandemia combinado com a incipiente e instável oferta de insumos e componentes culminaram na ascendência inflacionária que atingiu os custos de produção dos segmentos produtivos e os preços finais aos consumidores. O reflexo do escalada de preços também foi sentido no setor de saneamento, que é notável demandante de produtos químicos, energia, materiais, máquinas e equipamentos entre outros.

Nesse contexto, as empresas de saneamento estiveram focadas na restauração da saúde financeira e do reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do ano de 2021, não somente em razão do represamento tarifário de 2020, mas também da reposição das tarifas devido à elevação dos preços dos insumos, das restrições ao financiamento e do reposicionamento estratégico diante do novo marco regulatório.

Foi nessa linha estratégica que a Embasa buscou recompor sua capacidade de geração de caixa, uma vez que suas tarifas vigentes, até então, foram definidas no ano de 2019. Sendo assim, por meio de amplo diálogo com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA) desde o mês de abril, a empresa obteve autorização para reajustar suas tarifas no mês de novembro de 2021.

Não obstante, a Lei Federal nº 14.026/2020, que alterou profundamente a Lei Federal nº 11.445/2007, foi submetida a dois grandes debates e julgamentos importantes para as empresas do setor. No primeiro deles, o Congresso Nacional manteve os vetos impostos pelo Presidente da República à nova regulamentação aprovada em 2020, cujos fundamentos principais foram reduzir a autonomia municipal, proibir a cooperação federativa, por meio da gestão associada de serviços públicos entre os municípios e o Estado e ampliar significativamente a prestação dos serviços pelo setor privado, em detrimento da atuação das companhias estaduais através de contratos de programa. Em linha, o dispositivo também passou pelo crivo jurídico do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, após incisivos questionamentos por diversas associações, grupos políticos e entidades de classe. Indagada pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's 6.492, 6.356, 6.583 e 6.882), a corte em decisão majoritária optou por manter a decisão do Congresso Nacional, surpreendendo uma grande parcela dos juristas brasileiros, em razão de decisões anteriores do STF com relação ao exercício da titularidade, a gestão associada de serviços públicos, bem como ao regime jurídico-institucional das regiões metropolitanas.

Os primeiros resultados desta nova orientação, que já estava sendo praticada antes mesmo da aprovação da Lei 14.026/2020, foram percebidos nos Estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. As concessões das empresas estaduais do Rio de Janeiro e de Alagoas foram transferidas para o setor privado, ficando as companhias responsáveis apenas pela produção de água. Diferentemente, o Estado de Mato Grosso do Sul fez a concessão somente dos serviços de esgotamento sanitário, que de fato é o grande problema a ser enfrentado, mantendo a estatal responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água.

Além desse imbróglio legal, as empresas de saneamento também foram submetidas ao Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no *caput* do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007. Com o limitado prazo para cumprir as etapas, até 31 de dezembro de 2021, apesar de todas as restrições impostas pelo Decreto, o desafio foi atingido por boa parte das empresas estaduais, incluindo a Embasa, ficando apenas seis empresas sem apresentar os documentos exigidos.

A Embasa foi cirúrgica no processo de contratualização e também atendeu todos os critérios exigidos pelo regulamento. Isto porque se trata da terceira companhia com maior número de delegações municipais do País, o que exigiu competência, habilidade e agilidade do corpo técnico da empresa para fazer os ajustes legais necessários determinados pelo Decreto.

No quesito climatológico, algumas regiões tiveram sérios problemas hídricos, fator que foi determinante para aplicação das bandeiras tarifárias em 2021. Já a Bahia foi marcada por um bom período chuvoso e de cheias nos principais rios do Estado, o que reforçou a segurança hídrica nos municípios. No entanto, o excesso de chuvas no Sul e no Extremo Sul da Bahia gerou consideráveis prejuízos na região. Além da ajuda de voluntários do Brasil e do exterior, o Governo do Estado também foi incisivo para reduzir estes danos e adotou medidas emergenciais, dentre as quais podemos citar a ação da Embasa ao enquadrar todos os usuários dos municípios da região afetada na Categoria de Tarifa Social.

Houve relevantes avanços no ambiente regulatório, devido à mitigação da insegurança jurídica pelo cumprimento de etapas normativas importantes das empresas estaduais para acelerar o processo de universalização dos serviços.

2. PERFIL DA EMPRESA

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, pessoa jurídica de direito privado, na qual o Estado da Bahia é o acionista majoritário com 99,70% do capital total. A receita líquida operacional da empresa em 2021 foi de R$ 3,23 bilhões, excluindo as receitas de construção. O capital autorizado, conforme Estatuto Social, é de R$ 5,7 bilhões, representado por 800 milhões de ações nominativas, sendo 520 milhões de ações ordinárias e 280 milhões de ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas oferecem a seus titulares dividendos iniciais, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o lucro líquido do exercício.

2.1 Área de Atuação

A Embasa atende 87,77% dos municípios baianos com serviço de abastecimento de água (366 dos 417 municípios) e 26,86% com serviços de esgotamento sanitário (112 municípios), totalizando mais de 4.033.938 ligações existentes de água, sendo 1.496.784 com ligações de esgoto.

Esse resultado decorre da robusta estrutura da empresa, com sede na Capital, que conta, em todo o Estado, com 19 Unidades Regionais (URs): 6 na Superintendência de Serviços de Água e Esgotamento Sanitário (MS) e 13 no interior do Estado, sendo, 7 Unidades gerenciadas pela Superintendência de Operação Norte (IN) e 6 pela Superintendência de Operação Sul (IS). Essas URs administram 242 Escritórios Locais (ELs) pulverizados em solo baiano para atender aos municípios com concessão.

2.2 Governança Corporativa

A estrutura de tomada de decisão da Embasa, conforme definido em seu Estatuto Social, é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas - órgão máximo da empresa com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, bem como os seguintes órgãos estatutários:

• Conselho de Administração (CA) - órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da empresa;
• Conselho Fiscal (CF) - órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual;
• Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) - órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente;
• Comitê de Elegibilidade e Avaliação (CEA) – órgão que auxilia os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais, assim como auxilia o Conselho de Administração na verificação da conformidade do processo de indicação dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário;
• Diretoria Executiva (Direx) - órgão executivo de administração e representação, formado pela Presidência (DP), Diretoria Técnica e de Planejamento (DT), Diretoria Financeira e Comercial (DF), Diretoria de Gestão Corporativa (DG), Diretoria de Empreendimentos (DE), Diretoria de Operação da Região Metropolitana de Salvador - RMS (DM) e Diretoria de Operação do Interior (DI).

Figura 01 *Governança Corporativa*

2.2.1 ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

O Programa de *Compliance* possui 10 Pilares:
1. Compromisso da Alta Administração;
2. Avaliação de Riscos de Não *Compliance*;
3. Controles Internos;
4. Código de Conduta e Integridade, Políticas e Procedimentos;
5. Treinamento e Comunicação;
6. Confiabilidade dos Registros Contábeis;
7. Canais de Denúncias;
8. Investigações Internas;
9. *Due Diligence* de Terceiros e
10. Monitoramento e Auditoria.

Com o advento da Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016), o Código de Ética da Embasa passou a ser denominado Código de Conduta e Integridade e seu principal propósito é servir como instrumento norteador da conduta de todos os empregados e colaboradores da empresa.

Em 2021, destacamos o subprocesso de apurar denúncias, representado pelo Pilar Investigações Internas que devem ser conduzidas de forma impessoal e têm como foco a apuração da verdade dos fatos e a busca de evidências que confirmem ou descartem a veracidade da denúncia. Esses procedimentos foram afetados pela pandemia da Covid-19. Dessa forma, avançou-se para a utilização de *software* de videoconferência e consequentemente houve a criação de uma Norma para Utilização de Videoconferência em Processos e Procedimentos Disciplinares.

Além disso, houve a produção de duas videoaulas sobre:

- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que abordou o contexto da criação do dispositivo legal e seus principais aspectos, tais como conceitos-chave, princípios, âmbito de aplicação, direitos dos titulares dos dados, obrigações de conformidade, responsabilidades e papéis dos atores envolvidos, riscos empresariais e sanções;

Figura 02 *Participação por Diretoria (LGPD)*

- Programa de Compliance que tratou do contexto histórico de sua criação e detalhou a estrutura do programa nos 10 pilares citados anteriormente, que norteiam as ações de controle, envolvendo as unidades e gerências guardiãs de processos da empresa.

Figura 03 *Participação por Diretoria (Compliance)*

PRIVACIDADE DO CLIENTE

A adequação dos processos da Embasa aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, que entrou em vigor em 18/09/2020, é foco do Programa de *Compliance*. Em fevereiro de 2021, foi indicado o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, em conformidade com art.41 desta Lei.

Em março do mesmo ano, foi publicado o Programa de Governança em Proteção de Dados Pessoais e Privacidade, que demonstra o comprometimento da Embasa em adotar procedimentos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais. No ano, a empresa não recebeu queixas de violação da privacidade de clientes, assim como não registrou vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes.

Entre as ações realizadas em 2021, estão:

• Adequação do contrato de trabalho dos empregados da Embasa;
• Disponibilização na intranet de videoaula abordando o contexto da criação do dispositivo legal e seus principais aspectos;
• Assinatura de Termo de Conformidade com a LGPD com a Associação dos Técnicos de Nível Universitário da Embasa - ATUE;
• Elaboração de uma cartilha de bolso, entregue a todos os empregados da Embasa, criada a fim de que todos tenham conhecimento da Lei, saibam seus direitos e o que podem fazer para ajudar na proteção dos dados pessoais;
• Publicação da Política de Segurança da Informação e do Regulamento Interno de Segurança da Informação, revisados e adequados à LGPD;
• Treinamentos e conscientização sobre a LGPD, como a realização de um curso com a participação de 96 colaboradores e carga horária de 16 horas e um *workshop* para diretores e assessores.

Em relação ao fortalecimento da governança corporativa e disseminação da cultura da integridade e conformidade legal e normativa, ao longo do ano de 2021, foram desenvolvidas ações, entre elas:

• Alteração da Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal em virtude da inclusão do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE no rol dos órgãos sujeitos à critérios de escolha e indicação final de representantes dos referidos órgãos, em abril/2021;
• Criação do Regimento do Comitê de Auditoria Estatutário, em abril/2021;
• Atualização do Estatuto Social para alterações das responsabilidades do Conselho de Administração, acrescentando a atribuição pela indicação dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, e adequação ao § 4 do Art.9º da Lei 13.303/16 estabelecendo que a área de Compliance se reporte diretamente ao Conselho de Administração;
• Atualização da Política de Divulgação de Informações Relevantes.

2.2.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria da Embasa compõe a Rede de Ouvidorias do Estado da Bahia, recebendo manifestações através da Ouvidoria Geral do Estado da Bahia – OGE (26%) e da Ouvidoria da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA (74%).

Seu acionamento ocorre quando as reclamações não são resolvidas através dos canais convencionais de atendimento de 1ª instância, que são o teleatendimento (0800), Agência Virtual (site e aplicativo), *WhatsApp*, Lojas, Unidades Móveis e Postos no SAC.

Em 2021, a Ouvidoria recepcionou e deu tratamento a 10.860 demandas, dos públicos externo e interno, 11,24% menor que em 2020 (12.235).

Tabela 01 - Por órgão de entrada da manifestação

Órgão de Entrada	2019	2020	2021	VAR% (20/21)
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO / OGE	4.065	[illegible]	[illegible]	[illegible]
ÓRGÃO REGULADOR / AGERSA	10.180	[illegible]	7.992	[illegible]
OUTROS	75	51	7	-86,27%
Total	14.330	12.235	10.860	-11,24%

Gráfico 01 - Comportamento nos últimos 03 anos

A redução das reclamações e outras demandas na Ouvidoria desde 2020 é decorrente, principalmente, das melhorias nos processos operacionais da companhia e do maior índice pluviométrico nas áreas operadas pela empresa.

Outro ponto importante a salientar foi a concessão realizada pelo Governo do Estado, que isentou o pagamento de 3 (três) contas entre abril e julho de 2021 dos clientes beneficiários da Tarifa Social, com consumo de até 25m³, repetindo a concessão realizada também em 2020. Em cada ano foram mais de 200 mil imóveis beneficiados, com aproximadamente R$19 milhões em isenção.

Houve ainda a suspensão temporária dos cortes de água por débito durante o ano de 2020, com a retomada gradual, conforme deliberação do plano de retomada e utilização de inteligência artificial para definição das ferramentas de cobrança por perfil do usuário, assim como a disponibilização da Campanha de Recuperação de Créditos e Manutenção da Adimplência, que teve início em setembro de 2020, com término em dezembro de 2020.

Todavia, diante da grande adesão e dos excelentes resultados, foi prorrogado até 29 de janeiro de 2021, conseguindo, assim, contemplar 89 mil usuários, que negociaram, aproximadamente, R$ 95 milhões em débito, sendo mais de R$ 19 milhões pagos como entrada e R$ 54 milhões em benefícios.

Tabela 02 - Desdobramento por tipologia

	2019		2020		2021	
TOTAL	14.345		12.255		10.860	
Reclamação	13.255	92,40%	11.165	91,17%	10.218	94,09%
Denúncia	551	3,84%	560	4,57%	347	3,20%
Solicitação	475	3,31%	403	3,29%	237	2,18%
Informação	50	0,35%	101	0,82%	46	0,42%
Elogio	10	0,07%	9	0,07%	10	0,09%
Recurso	1	0,01%	8	0,07%	1	0,01%
Sugestão	3	0,02%	9	0,07%	1	0,01%

As reclamações representaram 94,09% dos registros em 2021, vindo em seguida as denúncias com 3,20%. Do total de reclamações, 123 (1,1%) são de desvios de conduta de empregados e terceiros contratados. Para os empregados, a empresa aplica o Regulamento Disciplinar Interno - RDI e apura as condutas através de comissões de sindicância. Tendo evidências e materialidade, as denúncias são redirecionadas para a Comissão de Apuração de Falta Disciplinar, que trata os casos mais relevantes, através de regramento aprovado.

embasa · GOVERNO DO ESTADO · SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

Tabela 03 - Principais assuntos - 2021

TOTAL	10.860	100%
FALTA DE ÁGUA	2.673	24,61%
COBRANÇA INDEVIDA DE VALORES NA CONTA DE ÁGUA	2.265	20,86%
OBSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO	678	6,24%
VAZAMENTOS DE ÁGUA	676	6,22%
DEMORA NA RELIGAÇÃO DA REDE DE ÁGUA	622	5,73%
ABASTECIMENTO INEFICIENTE DE ÁGUA	463	4,26%
ATRASO NA RELIGAÇÃO DA REDE DE ÁGUA	436	4,01%
COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO NA FATURA/ÁGUA	223	2,05%
DEMORA NA MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO	195	1,80%
DEMORA NA LIGAÇÃO DE ESGOTO	192	1,77%
DIFICULDADE NA LIGAÇÃO DA REDE DE ÁGUA	147	1,35%
OBRA INACABADA	138	1,27%
DEMORA NA TROCA DE HIDROMETRO DE LOCAL	95	0,87%
LIGAÇÃO CLANDESTINA DE ÁGUA	84	0,77%
VAZAMENTO DE ESGOTO	80	0,74%
CORTE INDEVIDO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA	77	0,71%
DEMORA NO REPARO/CONSERTO DE HIDRMETRO	77	0,71%
FALTA DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO/OBRA EMBASA	65	0,60%
DEMORA NA INTERRUPÇÃO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	63	0,58%
DEMORA NA INSTALAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DO HIDROMETRO	61	0,56%

Dos desdobramentos por assunto, a falta de água permanece como a reclamação mais recorrente (24,61%), vindo em seguida as queixas nos valores cobrados nas contas de água (20,86%).

Os assuntos são discutidos e tratados com a OGE e AGERSA, principalmente. São realizadas mediações em casos específicos, onde permanece o impasse e, na maioria das vezes, há uma solução satisfatória para todas as partes.

3. ESTRATÉGIA E DESEMPENHO EMPRESARIAL

Um novo ciclo do Planejamento Estratégico (2021-2025) foi lançado a partir da escuta das diversas partes interessadas, além da análise dos cenários interno e externo, considerando, principalmente, os desafios postos pelo Marco Regulatório do Saneamento.

Para atendimento das demandas oriundas deste novo planejamento os seguintes Programas Estratégicos foram criados:

- P01. ESTRATÉGIAS E PLANOS - Decodificação das estratégias da Embasa presentes no Planejamento Estratégico 2021-2025 e desafios econômicos, legais e regulatórios impostos pelo cenário, integrando elementos do sistema de avaliação de desempenho que engloba indicadores, metas e projeções econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo e fóruns de análise crítica.
- P02. GOVERNANÇA - Estruturação e qualificação dos artefatos de governança da Embasa em alinhamento com os requisitos de maior eficiência empresarial relacionadas a processos, organograma e estruturas de governança, Lei das Estatais (13.303/2018), boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e demais requisitos legais e regulatórios quanto a gestão de dados e informações empresariais.
- P03. PESSOAS E CULTURA - Diagnóstico e estruturação de artefatos culturais, bem como de práticas no âmbito do processo de gestão de pessoas, necessários à gestão da mudança e sustentabilidade dos objetivos estratégicos.
- P04. EFICIÊNCIA OPERACIONAL - Otimização, eficiência e eficácia dos processos finalísticos da Embasa, considerando questões relacionadas ao desempenho das equipes e contratos, otimização do custeio, eficiência energética, gestão dos ativos, perdas de água, segurança operacional e qualidade da água e dos efluentes.
- P05. ACELERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - Otimização, implementação e transformação dos processos que suportam, direta e indiretamente, a execução dos investimentos, visando principalmente a ampliação da capacidade e celeridade na execução de empreendimentos, em alinhamento com as metas gerenciais e regulatórias.
- P06. ALAVANCAGEM DOS INVESTIMENTOS - Prospecção e avaliação de opções para financiamento dos empreendimentos da empresa, envolvendo planejamento de estudos comparativos de viabilidades das modelagens existentes, a exemplo de parcerias público-privadas e locação de ativos.
- P07. CADEIA DE SUPRIMENTOS - Padronização e modernização de toda cadeia de suprimentos da Embasa (bens e serviços), desde a qualificação de fornecedores, passando pela especificação, precificação, planejamento, contratação, licitação, gestão de contratos e fornecedores, com o objetivo de garantir a qualidade na prestação dos serviços.
- P08. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Integração da tecnologia de informação e comunicação às estratégias empresariais, através de suporte para a digitalização, modernização, eficiência, automação e eficácia dos processos corporativos.
- P09. RELACIONAMENTO COM OS USUÁRIOS - Otimização, modernização e transformação de processos de relacionamento e satisfação dos usuários, alinhadas às necessidades e oportunidades de geração de receita para garantia e suporte da sustentabilidade e imagem da Embasa.
- P10. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: Estruturação, otimização e transformação dos processos de gestão socioambiental, a fim de promover a educação sanitária e ambiental dos usuários e da sociedade, contribuir para a proteção e recuperação dos mananciais e reduzir os impactos ambientais negativos, bem como potencializar os efeitos dos impactos ambientais positivos.
- P11. REGULAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO - Repactuação e assinatura de contratos com os titulares dos serviços (municípios, microrregiões e RMS), considerando os impactos e requisitos da Lei Federal nº 14.026/2020 e instrumentos correlatos (decretos e portarias).

Estes programas foram compostos de um portfólio de projetos elaborado para proporcionar à organização um salto de desempenho.

3.1 Cobertura do Atendimento

O ano de 2021 foi marcado pelo trabalho de adequação dos estudos de viabilidade econômico-financeira e plano de captação da Embasa às diretrizes trazidas pelo Decreto nº 10.710/21, com a finalidade de comprovar a capacidade econômico-financeira para o alcance das metas de universalização, conforme as quais até o final de 2033, ao menos 90% da população deve ter acesso à coleta e ao tratamento de esgoto e, ao menos 99%, atendimento à água potável.

De acordo com os dados de atendimento de água e esgotamento sanitário a serem publicados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do ano-base 2021, que podem sofrer revisão, os índices de atendimento da população urbana e rural dos municípios atendidos pela Embasa em 2021 são os seguintes: 78,93% da população possuem abastecimento de água e 37,33% é atendida com esgotamento sanitário. Quando analisado especificamente, o índice de atendimento urbano de água da Embasa é de 98,29% e o índice de atendimento urbano de esgoto é de 50,11%.

3.2. Parcerias com Organizações Internacionais

Cooperação Técnica (BR-T1390 - ATN/OC-17466-BR) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de apoio à preparação do programa de saneamento ambiental dos mananciais de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e à melhoria operacional da Embasa.

A cooperação foi assinada em 13 julho de 2020 e prazo final de desembolso para 23 de julho de 2022, via aditivo de prazo solicitado pela Embasa, com valor financiado pelo BID de USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares americanos) e contrapartida Embasa no valor de USD 50.000,00 (cinquenta mil dólares americanos).

Os projetos e status previstos nessa Cooperação Técnica são relatados a seguir:

- Consultoria para estudo de concepção e definição de critérios para alternativas técnicas apropriadas do serviço público de esgotamento sanitário individuais e/ou coletivas, em áreas de baixa densidade demográfica. A consultoria está desenvolvendo ações desde abril de 2021, com previsão de conclusão até março de 2022. O estudo está sendo realizado abrangendo todas Unidades Regionais (URs) da Embasa;
- Consultoria para elaboração de projetos padronizados de estruturas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), iniciado em novembro de 2021 com previsão de conclusão até junho de 2022;
- Projeto conceitual de ações integradas de saneamento básico em bacia de esgotamento sanitário de Salvador. Estão sendo realizadas tratativas para uma adequação deste produto, visando contratação de consultoria para a preparação de uma proposta de esquema institucional, para a execução do Programa de Investimentos em Esgotamento Sanitário da Embasa na RMS.

A cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e Agência Brasileira de Cooperação, no valor de R$ 19,3 milhões até 2024, registrou importantes avanços:

- Elaboração de projeto básico de ampliação do SES de Camaçari e Dias D'Ávila e de implantação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Norte, com uso e aproveitamento energético do biogás, executado pelo consórcio Brasil e Espanha TPF/INCIBRA/INNCIVE. Conclusão em outubro de 2021;
- Avaliação das potencialidades de reuso de efluente sanitário tratado no Estado da Bahia, executada pelo consórcio Worley do Brasil Engenharia Ltda e Worley Engenharia Ltda. Conclusão em fevereiro de 2021;
- Execução de estudo e avaliação de técnicas e tecnologias de melhoria da qualidade da água da Represa Joanes I, em execução pela empresa Água e Solo Estudos e Projetos Ltda;
- Estudo de avaliação das potencialidades de aproveitamento do lodo proveniente das ETEs no estado da Bahia, em execução pelo Consórcio INCIBRA/INNCIVE/NIPPON KOEI LAC;
- Elaboração do Plano de Gestão de Ativos Operacionais, conferindo o devido valor tangível e intangível às estruturas e aos serviços prestados pela Embasa para a melhoria da qualidade de vida da população, em execução pela empresa Arcadis Logos SA. Está prevista a implantação em sistema-piloto no município de Camaçari;
- Planejamento e implantação de rede de monitoramento hidrogeológico, levantamento de dados primários em campo e aperfeiçoamento de modelo hidrogeológico conceitual e numérico em área da borda Leste da bacia sedimentar do Recôncavo Norte (Sistema Aquífero Marizal São Sebastião), em execução pela empresa Water Services and Technologies Ltda. Trata-se da segunda fase do estudo sobre o reservatório subterrâneo que abastece grande parcela do nordeste do Estado, incluindo zonas rurais e o polo industrial de Camaçari.

A Embasa segue nas tratativas para a concretização da parceria com o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW Entwicklungsbank) para a ampliação do SES de Camaçari e Dias D'Ávila e para a implantação da ETE Norte. Em 2021, o processo de contratação da operação de crédito externo avançou, inclusive com a conclusão da elaboração do projeto básico do empreendimento, apresentação dos custos financeiros associados à implantação, envio de toda documentação solicitada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como visita da equipe do banco em dezembro/2021 (Missão KfW).

O processo segue o fluxo da operação até chegar ao Senado Federal, quando será obtida a autorização para a contratação. A parceria prevê recursos da ordem de 80 milhões de euros, sendo 20 milhões de euros recursos próprios da Embasa.

3.3 Satisfação dos Clientes

Gráfico 02 – Satisfação do Cliente Usuário – Atendimento Presencial

A satisfação do cliente usuário da Embasa é mensurada, desde 2019, através de dois indicadores que se referem à satisfação em relação ao atendimento prestado no *Call Center* e nos canais presenciais (lojas e postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC).

A metodologia aplicada é a *Customer Satisfaction Score* (CSAT), método mais utilizado nas pesquisas de satisfação, como modelo de referência que consiste em uma pergunta fechada, sempre medida em uma escala de 1 a 5, na qual o cliente será considerado satisfeito com o atendimento se atribuir notas 4 ou 5. O índice final de satisfação é obtido a partir da divisão das médias das notas pela nota 5.

Tabela 04 – Satisfação do Cliente Usuário – Atendimento Presencial

Satisfação do cliente usuário Atendimento presencial	2019	2020	2021
Meta	75,00%	80,00%	80,00%
Desempenho	80,45%	86,02%	86,45%

Em 2021, apesar da continuidade da pandemia, os postos da rede SAC e algumas lojas do interior do estado, permaneceram abertos para atender a população, cabendo à Embasa adequar seus pontos de atendimento presencial às regras de biossegurança dispostas nos ditames dos decretos estaduais e municipais, assim como nas instruções fornecidas pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

A adoção de medidas como, por exemplo, a redução do escopo dos serviços prestados, a necessidade de agendamento prévio e o estabelecimento do tempo de duração de cada atendimento, foram imprescindíveis para garantir a segurança dos usuários e dos representantes da Embasa.

Apesar das restrições advindas dos protocolos de segurança, o resultado do Indicador de Satisfação do Cliente Usuário – Atendimento Presencial – Loja, SAC's e Unidade Móvel encerrou o ano com 86,45%.

Gráfico 03 – Satisfação do Cliente Usuário – Atendimento Telefônico

Com relação ao Indicador de Satisfação do Cliente Usuário - Atendimento Telefônico, o resultado foi de 90,31%.

Tabela 05 - Satisfação do cliente usuário Atendimento telefônico

Satisfação do cliente usuário Atendimento telefônico	2019	2020	2021
Meta	83,00%	83,00%	84,00%
Desempenho	82,59%	83,20%	90,31%

Em 2021 foram registradas cerca de 1.737.101 solicitações de serviços pelo 0800 0555 195. Durante a pandemia o teleatendimento sagrou-se como a principal alternativa dos clientes, para obter informações e solicitar serviços da companhia. Diante deste novo cenário, a Embasa implantou uma nova estratégia de atendimento, aperfeiçoando os seus canais remotos (Teleatendimento, Unidade de Resposta Audível - URA, *WhatsApp* e Agência Virtual), com serviços totalmente integrados, como, por exemplo, as negociações de débitos, que antes eram exclusivamente solicitadas no presencial.

3.3.1 ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES E COMUNICAÇÃO DE PROBLEMAS

Gráfico 04 – Indicador de Reclamação e Comunicação de Problemas

O indicador de Reclamação e Comunicação de Problemas representa a relação do total de ocorrências/ insatisfações registradas pelo cliente para cada mil ligações ativas de água e/ou existentes de esgoto e possui apuração com o resultado global, assim como a estratificação por tipo de operação: água, esgoto e comercial, que são acompanhados diretamente pelas unidades responsáveis.

Em 2021, houve uma redução na meta, como forma de elevar o desafio das equipes envolvidas nos processos, induzindo a uma melhoria na eficiência dos processos, na apuração e no gerenciamento das reclamações registradas pelos clientes.

Tabela 06 – Índice de Reclamações e Comunicações de Problemas - IRCP

Índice de Reclamações e Comunicações de Problemas - IRCP	2019	2020	2021
Meta	257,23	221,54	178,41
Desempenho	236,94	184,34	173,59

**O Índice apresentado é o Geral, também sendo apurado por tipo de operação: água, esgoto e comercial.*

O desempenho positivo em 2021, de 4,82 pontos abaixo da meta, demonstra que houve avanços nos processos de execução, controle, fiscalização e acompanhamento dos serviços. Ressalta-se que, das 820.266 insatisfações, 35,02% são relacionadas a vazamento de água, 13,66% são referentes à manutenção de esgoto e 2,30% referentes à manutenção de hidrômetro.

3.3.2 ÍNDICE DE SERVIÇOS REALIZADOS NO PRAZO

Gráfico 05 – Indicador de Serviços Realizados no Prazo

O Indicador de Serviços Realizados no Prazo consiste na apuração do percentual dos serviços realizados no prazo dividido pelo total dos serviços realizados. As solicitações de serviços que compõem o indicador são oriundos exclusivamente do atendimento ao público (lojas, call center, agência virtual, *WhatsApp* e URA) excluindo as solicitações de serviços geradas via demanda interna e as que são de atendimento imediato, como: segunda via, certidões e informações, dentre outros.

Tabela 07 – Índice de Serviços Realizados no Prazo – SRP

Índice de Serviços Realizados no Prazo - SRP	2019	2020	2021
Meta	92,02%	92,09%	93,02%
Desempenho	90,05%	91,91%	93,69%

**O índice apresentado é o Geral, também sendo apurado por tipo de operação: água, esgoto e comercial.*

O resultado em 2021 foi 0,67% superior à meta, refletindo a evolução da gestão dos serviços de campo citada anteriormente, com o destaque positivo para os serviços comerciais e operacionais de esgoto.

Vale ressaltar que a Embasa vem gradativamente melhorando seu desempenho na prestação dos serviços e em virtude dessa melhoria encerrou o ano atingindo todas as metas de atendimento estabelecidas para as três operações: água, esgoto e comercial.

3.4 Gestão de Pessoas

3.4.1 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

As ações para fortalecer a cultura de saúde e segurança são realizadas via Programa de Prevenção a Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com base nas diretrizes da Política de Saúde e Segurança no Trabalho, documento que estabelece as responsabilidades, com foco na prevenção e atendimento aos requisitos legais, promovendo assim a melhoria contínua da gestão, com o desafio da implantação do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos a partir de 2022.

Diante do cenário de continuidade da pandemia, a Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho em parceria com o Comitê de Gestão contra a Covid-19 promoveu campanhas e ações internas de medidas de prevenção contra o coronavírus, destacando a reestruturação dos exames ocupacionais, propiciando a manutenção do monitoramento da saúde dos empregados mesmo diante desse desafio.

Os principais destaques do ano são a manutenção do índice de absenteísmo de natureza médica, com o resultado de 1,39%, abaixo da meta estipulada de 1,50%, em função da redução da quantidade de atestados médicos apresentados em relação ao número de horas reais trabalhadas atribuídas à pandemia, além de nenhum registro de óbito entre os empregados. Registramos a ocorrência de 01 óbito no período, ocorrido com prestador de serviço terceirizado.

Ampliamos em 29,82% (de 57 para 74), o quantitativo de instalações avaliadas trimestralmente, entre ETA's e ETE's, referentes ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho. Registramos avanço de 2% nos indicadores de saúde e segurança acompanhados conforme acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, mesmo após a ampliação. Para 2022 ampliaremos o monitoramento em 31,08% abrangendo 97 instalações.

3.4.2 CARREIRA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Apesar dos concursos realizados pela Embasa terem cessado em 2018, no ano de 2021, foram contratados 03 (três) empregados decorrentes de decisão judicial referente a concursos públicos já encerrados, dos quais 01 (um) profissional de nível superior e 02 (dois) de nível médio.

Os estudantes da educação profissionalizante, que atuam como jovens aprendizes (Programa Primeiro Emprego) são considerados trabalhadores efetivos com jornada parcial e período determinado de contrato (dois anos). Em 2021 foram contratados 268 jovens aprendizes, sendo 155 para Capital e 113 para o Interior e RMS. Além destes, também foram contratados 81 estagiários distribuídos em Unidades da Capital, Interior e RMS.

Carreira e Desempenho

O ano de 2021 foi marcado pela reformulação do modelo de avaliação de desempenho para aplicação em 2022. A avaliação que até então englobava dois aspectos, comportamental e responsabilidade, obteve a inclusão do aspecto de resultado. Neste primeiro momento os indicadores de resultado serão os organizacionais e comuns a todos os empregados (metas globais), para se estabelecer a cultura de avaliação por resultado, mas a pretensão é a inclusão também de indicadores setoriais para os ciclos futuros.

Com intuito de garantir a retenção, o compartilhamento e o reuso dos conhecimentos críticos da organização e de modo a assegurar a eficácia do planejamento financeiro da empresa, as fases de rescisão contratual dos empregados que aderiram ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) foram promovidas, conforme cronograma aprovado, observando-se os impactos com a desmobilização da força de trabalho nos níveis operacional, tático e estratégico.

3.4.3 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em mais um ano de desafios por conta da Covid-19, protocolos e medidas administrativas foram tomados para preservação da integridade dos empregados para retorno ao trabalho presencial a partir de agosto/2021.

O quadro de pessoal da empresa encerrou o ano de 2021 com 4.476 empregados próprios, sendo que destes 10,6% encontravam-se afastados - afastamento previdenciário, licença maternidade, contrato suspenso e à disposição de outros órgãos. Todos os empregados estão cobertos pelo Acordo Coletivo de Trabalho firmado com entidade sindical. Também realizamos a contratação de 268 jovens e 81 estagiários, lotados em vários áreas da empresa. Em cumprimento ao disposto no instrumento de negociação coletiva, quanto ao Programa de Aposentadoria Incentiva (PAI), a empresa realizou ampla divulgação das disposições transitórias relacionadas ao programa. Em 2021, houve 306 desligamentos de empregados efetivos, sendo 251 em decorrência da adesão ao PAI.

Tabela 08 - Efetivos

Nº de empregados com contrato de trabalho permanente	2019		2020		2021	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Salvador e Região Metropolitana	1.793	899	1.720	872	1.582	807
Região Norte	855	270	841	270	803	264
Região Sul	856	244	838	234	796	224
Total por gênero	3.504	1.413	3.399	1.376	3.181	1.295
	71,20%	28,80%	71,10%	28,90%	71,07%	28,93%
Total geral	4.917		4.775		4.476	

Tabela 09 - Jovens

Nº de empregados com contrato de trabalho temporário e jornada parcial (Programa Primeiro Emprego)	2019		2020		2021	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Salvador e Região Metropolitana	55	106	8	14	54	117
Região Norte	14	38	13	37	16	32
Região Sul	21	29	20	29	16	33
Total por gênero	90	173	41	80	86	182
	34,30%	65,70%	33,90%	66,10%	32,09%	67,91%
Total geral	263		121		268	

3.4.4 SERVIÇO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

Em 2021 a Embasa continuou o seu trabalho de assistência aos empregados com criatividade, inovação e resiliência. As ações integradas na promoção de saúde dos empregados, dentro do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT, aconteceram 100% de forma *online*, privilegiando o estímulo à mudança de atitudes, com ênfase ao bem-estar físico, nutricional, comportamental e psíquico da população de trabalhadores, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde e aumento da qualidade de vida.

O serviço social da Embasa manteve o constante acolhimento aos casos de adoecimento físico, psicológico e emocional dos trabalhadores, acompanhando os processos de afastamento previdenciário e exercendo função importantíssima na intermediação com o plano de saúde referente à testagem para a Covid-19.

3.5 Ações Socioambientais

A Embasa promove ações de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente no âmbito das suas atividades, alinhadas à sua Política de Sustentabilidade e ao cumprimento legal. Também contribui ativamente para o fortalecimento de políticas públicas ao integrar os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação do Estado, os Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, de âmbito federal. A Comissão Técnica de Garantia Ambiental é a instância de deliberação que subsidia a tomada de decisão da alta liderança acerca dos temas socioambientais importantes.

No primeiro semestre de 2021, tendo em vista que o cenário da pandemia ainda trazia recomendações de distanciamento social e, mesmo após o retorno das atividades presenciais, as reuniões e treinamentos presenciais ainda não eram indicados, não foi possível dar continuidade aos trabalhos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Além disso, em seguida, a consultoria solicitou a rescisão do contrato por conta de dificuldades com a continuidade da empresa, o que gerou a necessidade de nova reestruturação do planejamento dos trabalhos, visando sua continuidade, assim que possível. Caso o cenário permita, pretende-se, em 2022, dar início às atividades de implementação do SGA nos SAA e SES de Feira de Santana, SAA de Porto Seguro, SES de Guanambi, SES Vitória da Conquista e SES de Morro de São Paulo e dar continuidade nas ações para os sistemas onde já iniciamos a implantação do SGA em 2019 e 2020 (SAA e SES Lençóis, SES de Candeias, SAA de Barra do Pojuca, SAA de Entre Rios e SAA de Itacaré).

Iniciativas Sociais

A dimensão social da Política de Sustentabilidade reforça a atuação da Embasa para o relacionamento com a comunidade local assegurando a participação pública nas etapas de concepção, implantação, ampliação e operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Alinhada a essa dimensão, ainda sob os impactos da pandemia, as áreas sociais que atuam no relacionamento com comunidades, realizaram em 2021, de forma presencial e virtual, 12.499 atividades, envolvendo 135.414 participantes de diversos públicos, em 137 municípios da área de abrangência da Embasa.

Entre outras iniciativas socioambientais realizadas, destaca-se a execução de convênios de cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos relacionados ao manejo sustentável da bacia hidrográfica do Rio Joanes e do aquífero Marizal/ São Sebastião, bem como ação relativa às áreas de proteção de mananciais com influência na Região Metropolitana de Salvador.

Em 2021, a Embasa deu continuidade ao Projeto Guardiões das Águas dos Rios Joanes e Jacuípe com investimentos de mais de R$ 2,2 milhões. Foram alcançados resultados expressivos, como a recuperação de 111 hectares de áreas de preservação permanente – APP, 104 nascentes e 40 oficinas de educação ambiental, alcançando desse modo as metas previstas para esse projeto no âmbito do Acordo de Cooperação Financeira firmado com a Caixa Econômica Federal.

3.5.1. SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Embasa opera 132 barragens que compõem seus sistemas de abastecimento de água. Destas, 27 se enquadram na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), que está alinhado com a Lei Federal nº 12.334/2010, e apresentam baixo ou médio risco, conforme o mais recente Relatório Nacional de Segurança de Barragens publicado pela Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA).

Inspeções regulares são realizadas em todos os reservatórios e um relatório sobre as vistorias e o estado das estruturas enquadradas na PNSB é enviado anualmente para o Inema.

Entre 2020 e 2021, a Embasa investiu R$ 12,8 milhões em estudos, inspeções, manutenção e recuperação estrutural das barragens sob sua responsabilidade. Deste valor, cerca de R$ 9,2 milhões foram investidos na recuperação e em melhorias nas barragens de Santa Helena, Joanes I, Joanes II, Ipitanga I e Ipitanga II e R$ 3,6 milhões foram destinados à elaboração de estudos para a implantação dos Planos de Segurança de Barragens (PSB), a exemplo de Planos de Ações Emergenciais (PAE) e de Revisões Periódicas de Segurança de Barragens (RPSB).

Foram registrados avanços na elaboração dos Planos de Segurança de Barragens. Todos os PAEs em elaboração foram finalizados, os PSBs das barragens da Unidade Regional de Candeias já tinham sido finalizados em dezembro de 2020 e os PSBs das barragens de Cachoeira Grande, Brumado e Iguape foram finalizados em dezembro de 2021, encontrando-se em fase de validação. Os PSBs das barragens remanescentes enquadradas na legislação de segurança de barragens serão finalizados em 2022 a partir da conclusão das respectivas Revisões Periódicas, conforme cronograma acordado com o Inema.

À medida que os projetos de recuperação das barragens são emitidos, os investimentos planejados são executados. Entre os anos 2022 e 2024, está previsto o investimento de mais R$ 18 milhões na continuidade das obras de recuperação de barragens (dos quais 5,5 milhões nas barragens de Ipitanga I, Ipitanga II, Pituaçu e Joanes I), implantação de sistemas de alerta, elaboração de planos de segurança, além da implantação do monitoramento telemétrico dos níveis das barragens e de alguns afluentes.

A avaliação dos reservatórios de pequeno porte, ou seja, aqueles não enquadrados na PNSB, é realizada por meio de visitas dos técnicos da área responsável pela segurança das barragens da Embasa, conforme demanda da área operacional. No final do ano de 2021, por exemplo, foram inspecionadas as pequenas barragens dos municípios de Jussiape, Brejões e Cravolândia onde chuvas intensas provocaram danos às mesmas.

3.6 Inovação

No primeiro trimestre, foram iniciadas as atividades referente à pesquisa subsidiada ao SENAI – CIMATEC, pelo CNPq, que tem por objeto a identificação de SARS-CoV-2 em corpos d'água e esgoto como ferramenta para estimativa de contágio pela Covid-19 da população, com a expectativa de conclusão no final de 2022.

Iniciado em 2021, o segundo projeto é fruto da cooperação técnica entre a Embasa e o Instituto Euvaldo Lodi/SENAI – Regional Bahia, com a finalidade de conjugar esforços para promover cooperação técnica e financeira para execução do projeto de nova metodologia para inspeção de barragens.

Existem dois outros estudos em andamento, um para avaliação das potencialidades de aproveitamento do lodo proveniente das estações de tratamento de esgotamento sanitário no Estado da Bahia e outro para a elaboração do Plano de Gestão de Ativos Operacionais da Embasa.

Por meio da Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está sendo realizado o Estudo de Concepção e Definição de Critérios para Alternativas Tecnológicas Apropriadas do Serviço Público de Esgotamento Sanitário Individuais e/ou Coletivas, em Áreas de Baixa Densidade Demográfica.

No âmbito do Programa de Energias Renováveis da empresa, em 2021, a Embasa abriu e finalizou chamada pública para seleção de propostas/parceria para o desenvolvovimento de projeto de geração de energia renovável para atendimento de 40% de sua demanda. A chamada pública contou com a participação de alguns dos maiores "players" do mercado de energias renováveis do país. O programa de energias renováveis da Embasa prevê que, até 2026, 100% do consumo de energia elétrica da companhia seja a partir de fontes eólica e/ou solar. Em 2021, conforme programa de troca de motores elétricos de baixo rendimento, a Embasa investiu cerca de R$ 10 milhões na aquisição e susbtituição de 100 motores de baixo rendimento por motores classe IR3. A companhia ainda avançou na ampliação de sua participação no mercado de livre de energia (ACL), passando a operar com 53% de sua demanda a partir de contratos celebrados no ACL. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Embasa passou a integrar o ranking dos dez maiores consumidores livres de energia em número de cargas modeladas na CCEE. Ações de eficiência enegética, gestão de contratos e mercado livre garantiram para a Embasa em 2021 uma economia de R$ 55 milhões.

3.7 Gestão de Fornecedores

Dando continuidade à otimização da gestão das aquisições junto aos fornecedores da cadeia de suprimentos da Embasa, foi promovida a revisão do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), previsto para ser aprovado em 2022. Além disso, foi iniciada a análise dos seus anexos obrigatórios, quais sejam, o Manual de Contratação Direta, o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e o Manual de Processo Administrativo Sancionatório, a serem revisados e aprovados após a homologação da nova versão do RILC.

Em 2021, foi realizada a migração da etapa de planejamento da contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, para ambiente eletrônico, via utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), bem como foram elaborados documentos internos (Circulares) no intuito de disseminar boas práticas a serem adotadas pelas áreas demandantes e aprimorar a qualidade dos processos de licitação da Embasa.

Sobre a etapa de seleção de fornecedores, ainda em 2021, todas as licitações foram migradas para ambiente virtual, realizando as sessões e demais procedimentos atinentes à fase externa da licitação em salas virtuais com uso da ferramenta "Licitações-e", atendendo às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). Tal medida visou garantir maior transparência para os procedimentos licitatórios, bem como promover maior agilidade no processo de contratação, atendendo às premissas do Programa Estratégico da Cadeia de Suprimentos.

Na etapa de formalização de contratos, a companhia passou a executar 100% dessa atividade em ambiente eletrônico, com utilização da ferramenta SEI, promovendo melhoria no histórico e controle de informações relacionadas ao tema. Assim como nas etapas anteriores, essa medida promoveu maior agilidade e segurança na celebração dos termos contratuais, equiparando suas ações às praticadas em instâncias federais.

Ainda neste exercício, foram promovidas atualizações da tabela de preços da Embasa, elaborações e aprovações de novas composições de serviços e gestões do programa de orçamento para contratação de obras e serviços de engenharia (Alles 8). Nessa linha, foram realizados trabalhos para estabelecer diretrizes, aprimorar e padronizar os termos de referência, os manuais de contratações e de fiscalização dos contratos, como também foi executada a migração da emissão da Ordem de Serviço para o SEI. Além do mais, foi iniciada a preparação da contratação do Caderno de Encargos da Embasa.

No que diz respeito aos avanços da gestão, o ano de 2021 se destaca pela estruturação das novas ferramentas voltadas para o relacionamento e o desenvolvimento dessa parte interessada e que integram as ações do Programa Estratégico Cadeia de Suprimentos. Cabe ressaltar a estruturação do novo sistema de cadastro desses parceiros de negócios que proporcionará autonomia, maior agilidade e potencial de prospecção frente aos dados cadastrais atualizados e disponíveis em relatórios gerenciais, a avaliação de empresas contratadas para o fornecimento de bens, materiais e serviços que promoverá uma gestão baseada em acordos de níveis de serviços e a pré-qualificação de fornecedores que formará um portfólio de potenciais prestadores habilitados em critérios técnicos. Estas soluções serão implantas durante o ano de 2022 e integrarão o novo portal de fornecedores da Embasa que, além dessas ferramentas, também disponibilizará os normativos que regem a relação entre as partes, informações acerca das formas de contratações e inaugurará a nova forma como a empresa se relacionará com esses atores.

4. CONTRATUALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

4.1 Contratualização

A promulgação da Lei Federal 14.026/2020, que provocou mudanças na Lei 11.445/2007, iniciou o que o mercado intitulou de "Novo Marco Legal do Saneamento", e desde então obrigou as companhias de água e esgoto a aditar os contratos de prestação de serviços para que estes prevejam metas de universalização que resultem no atendimento de 99% da população com relação ao acesso a água potável, e 90% da população no que diz respeito aos serviços de esgotamento sanitário, até a data de 31 de dezembro de 2033. Os contratos em vigor que não prevejam as metas em questão deverão ser alterados até 31 de março de 2022, caso contrário, serão considerados precários.

Além das metas de universalização e das cláusulas essenciais aos contratos de concessão estabelecidas pelo artigo 23 da Lei de Concessões (Lei Federal nº 8.987/1995), o novo marco regulatório do saneamento básico prevê que os contratos que tenham por objeto a prestação de serviços de saneamento deverão conter expressamente, em outras cláusulas, sob pena de nulidade, cláusulas relativas a qualidade dos serviços prestados, metodologia de cálculo de eventual indenização por bens reversíveis e repartição de riscos entre as partes.

Devido às novas exigências legais acima citadas, durante o exercício de 2021, foi iniciado uma grande campanha de renegociação dos contratos ativos da companhia com fulcro em adaptá-los ao novo Marco Legal Do Saneamento. A partir de um grande esforço coletivo, que envolveu todas as diretorias da Embasa, a empresa repactuou 272 dos 304 contratos. Além disso, foram firmados 20 Termos de Anuência (documento em que o Município concorda previamente com os termos contratuais apresentados à Embasa), que permitem à companhia a negociar os aditivos até março de 2022, com mais 20 municípios.

Foi com esse conjunto de 292 aditivos que a Embasa apresentou o requerimento de comprovação da capacidade econômico-financeira junto à AGERSA e à ANA, com vistas a demonstrar a viabilidade do seu plano de negócios perante às demandas de investimentos necessários para efetivar a universalização dos serviços até o ano de 2033. O estudo apresentado foi realizado de forma extremamente técnica e segue à risca a metodologia imposta pela regulamentação federal, por meio do Decreto Federal nº 10.710/2021.

Como a Embasa atualmente opera sistemas em 366 municípios, será necessário avaliar outros institutos jurídicos para promover a regularização da prestação dos serviços nos demais 76 municípios que possuem uma relação contratual divergente à requerida pelo Novo Marco Legal. A instituição das 19 microrregiões de saneamento básico e da governança da Região Metropolitana de Salvador, antes mesmo da aprovação e sanção da Lei 14.026/2020, permitem novas formas de contratualização por meio outorgas ou delegações da prestação dos serviços pelas respectivas entidades de governança dessas regiões.

MICRORREGIÕES

A forma atual da prestação dos serviços da Embasa segue as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico (Lei nº 11.172/2008) e do Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007). Mas como a Lei Federal foi atualizada pela Lei Federal nº 14.026 em 2020 e, em oposição ao que determina a Constituição Federal, impede a cooperação federativa entre os Municípios e o Estado, por meio da gestão associada de serviços públicos. Assim portanto, ficará obrigatória, para os municípios que não aditivaram os seus contratos com a Embasa ou não possuírem contratos regulares até março de 2022, a realização de licitações para a delegação dos serviços. Diante estas restrições, a empresa está estudando outras alternativas para firmar novas formas de relações institucionais e contratuais junto às regiões metropolitanas e microrregiões.

Para tanto, o Governo do Estado está dando suporte na formalização, ativação e estruturação da governança das 19 Microrregiões de Saneamento Básico, criadas pela Lei Complementar Estadual nº 48/2019, bem como a reativação da já instituída Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, a regulamentação e instituição da Entidade Metropolitana de Feira de Santana. Em 2021, foram observados avanços importantes: como a ativação de 04 microrregiões de saneamento básico (Litoral Sul-Baixo Sul, Extremo Sul, Terra do Sol e Médio Sudoeste), que aprovaram no âmbito da sua governança os seus estatutos internos e seus planos regionais de saneamento básico. Tais conquistas já possibilitam a discussão da prestação regionalizada.

Em paralelo, a Embasa iniciou um grandioso trabalho de elaboração de estudos técnicas para apoiar e fomentar o planejamento regional nas vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário das outras 15 microrregiões do Estado da Bahia, que posteriormente poderão ser integrados aos futuros planos regionais de saneamento básico.

Para efeito de captação de recursos no âmbito federal, o Estado da Bahia, ao instituir essas estruturas de prestação regionalizada, por meio de Lei Complementar Estadual, já cumpriu a parcela mais importante das condições estabelecidas na Lei nº 14.026/2020 e no Decreto Federal nº 10.588/2020.

4.2 Regulação

A crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus também afetou o reajuste tarifário da Embasa no ano de 2021. O processo foi instaurado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa), em março de 2021, e apesar do envio de todas as informações solicitadas o reajuste não foi concedido na data base de junho.

Diante dessa situação, e uma vez que o processo de reajuste tarifário do ano anterior (2020) havia sido suspenso, a Embasa decidiu por pleitear junto à Agência os reajustes dos dois anos, 2020 e 2021, para que o equilíbrio financeiro da prestação dos serviços e a saúde financeira da empresa não fossem prejudicados. A Agersa analisou os apontamentos da empresa e autorizou em outubro de 2021 (Resolução Agersa nº 001/2021) aumento de 9,15% nas tarifas da companhia, exceto para a subcategoria residencial social, que não sofreu reajuste. A tabela tarifária reajustada passou a vigorar a partir de novembro de 2021.

No que diz respeito a sua função fiscalizadora, a Agersa retomou seus trabalhos de inspeção de forma direta. Em 2021, a agência averiguou a prestação dos serviços em 39 municípios, sendo em 28 deles do tipo programada e 11 extraordinárias. Em decorrência desse conjunto de diligências apenas uma notificação foi emitida pelo ente regulador.

A Embasa encaminhou em 2021, a todos os municípios com contrato de programa e seus entes reguladores, relatório de prestação de contas contendo os resultados referentes ao exercício do ano de 2020. O objetivo do documento é informar ao titular e regulador sobre a gestão da operação dos serviços, além de comunicar o que foi realizado e investido com base nos contratos firmados até então. Assim, a empresa tem buscado refinar o gerenciamento legal da prestação, dado que atende a obrigatoriedade junto ao poder concedente previsto na Lei Federal nº 8.987/1995 - que trata da concessão dos serviços públicos - bem como reforçar a harmonia e estabilidade contratual com os municípios.

5. INVESTIMENTOS

O instrumento corporativo utilizado para compilar as ações de investimentos, acompanhar e gerenciar a execução do orçamento de investimentos (CAPEX) é o Plano de Investimentos da Embasa (PIE), que conta com um sistema de gestão integrado garantindo a integridade dos dados. As ações do PIE refletem o Plano Plurianual do Governo do Estado da Bahia (PPA) e os Contratos de Programas celebrados com os municípios, que por sua vez demandam um intenso fluxo de investimentos até 2033 para universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O cenário desafiador propõe que a Embasa alcance um nível de excelência no encadeamento de ações ao longo do tempo, de modo que os investimentos concluídos possam gerar o retorno necessário para arcar com novas ações de implantação e ampliação de sistemas, iniciativas de combate a perdas, além da reposição e modernização da base de ativos para melhoria da qualidade dos serviços prestados.

O acompanhamento, cada vez mais criterioso, dos níveis de execução do PIE são feitos por meio dos indicadores de Cumprimento do Orçamento de Investimento - COI, que mensura o percentual de execução orçamentária dos investimentos; e Coeficiente de Aderência ao Planejamento de Investimentos - CAPI, que mensura o nível de aderência de execução ao escopo planejado. O orçamento previsto de investimento em 2021 foi de R$ 1,23 bilhão, tendo atingido 73% de execução orçamentária (COI), o maior percentual desde 2016, realizando o total de R$ 898,6 milhões, sendo 77% com recursos próprios.

A expressiva execução representou uma aceleração de 24% em relação ao exercício anterior. Além do aumento na quantidade de iniciativas para atender às demandas pactuadas com os municípios, a aceleração sinaliza que a Embasa vem solucionando as restrições que limitam sua capacidade de execução de investimentos. Mesmo em um cenário ainda adverso devido à pandemia, o foco em contratações semi-integradas, um novo modelo de gerenciamento de obras e tratativas antecipadas para resolução das ações de sustentação, permitiram uma execução mais célere dos empreendimentos.

O acompanhamento sistemático da execução financeira continua sendo realizado pela metodologia do Gerenciamento Matricial de Investimentos, com controle cruzado das unidades gestoras de cada ação e os denominados gestores de pacote, que planejam e controlam a execução de cada grupo de ações, o que permite identificar os gargalos na execução do PIE, de modo a criar soluções alternativas para aceleração da execução orçamentária.

6. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A atual coordenadora e principal executora das ações do Programa Água para Todos (PAT), do Governo do Estado da Bahia, a Embasa destinou 64,0% de seus investimentos em 2021, equivalentes a R$ 575 milhões, para ações voltadas à universalização do acesso à água tratada e à melhoria na prestação dos serviços, aliados ao uso sustentável dos recursos hídricos. Foram executadas mais de 103 mil novas ligações este ano.

No que diz respeito à disponibilização de água à população, nota-se uma discreta melhora operacional, já que houve redução nas intermitências (interrupções da distribuição de água), tanto em quantidade de economias afetadas quanto ao tempo em que o serviço ficou interrompido. Disponibilizamos à população em torno de 16,43 m³/mensais por economia.

A redução do nível de perdas de água na distribuição é um dos maiores desafios operacionais da Embasa e as ações relacionadas a esse tema têm como foco a redução das perdas reais (vazamentos e extravazamentos) e, principalmente, as perdas aparentes (submedição e consumos não autorizados), o que tem apresentado resultados efetivos no controle do nível de perdas, frente à tendência natural de agravamento da situação. Em se tratando dos Índices de Perdas na Distribuição – (IPD), observou-se o resultado de 44,74% em 2021 o que representa a manutenção em relação ao exercício anterior.

Quanto aos aquíferos subterrâneos, destacamos a segunda fase do estudo hidrogeológico da borda leste da bacia do Recôncavo, elaborado em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que avançou durante 2021. Foram realizados serviços de planejamento e implantação de rede de monitoramento hidrogeológico e levantamento de dados primários em campo, visando aperfeiçoar o modelo hidrogeológico conceitual e numérico em área da borda leste da bacia sedimentar do Recôncavo Norte (Sistema Aquífero Marizal São Sebastião).

Dentre as ações para manutenção da qualidade da água tratada e melhoria operacional, destacam-se o Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Embasa e o Inema, no qual a empresa assumiu a manutenção das seguintes unidades de monitoramento remoto implantadas nas represas que abastecem a região metropolitana de Salvador: Joanes I e II, Ipitanga I e II, Santa Helena e Pedra do Cavalo. Ao todo, são oito estações que monitoram em tempo real os parâmetros de temperatura, pH, turbidez, condutividade, oxigênio dissolvido, nitrato, cianobactérias, clorofila e profundidade. Com esta ação, as unidades de monitoramento fornecem dados diretamente para o sistema da Embasa e para o Inema, proporcionando o acompanhamento da qualidade da água e dos parâmetros mencionados a cada 30 minutos, o suporte à operação e o direcionamento das ações de remediação e tratamento da água, caso necessário.

Com o intuito de ampliar o arcabouço legal de proteção aos mananciais metropolitanos, em 2021 a Embasa realizou um estudo visando aprofundar o entendimento sobre o art. 94 da Lei Estadual nº 10.431/2006 (Política Estadual de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade), que institui as Áreas de Proteção de Mananciais – APM com influência na RMS. Dessa forma, a empresa contribui com o processo de regulamentação desse dispositivo, atuando de forma colaborativa com os órgãos dos sistemas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos.

Na busca pela excelência, a Embasa vem aumentando o monitoramento da qualidade da água disponibilizada à população, considerando as exigências previstas nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para operação dos sistemas da empresa e as diretrizes previstas na Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde – alterada pelas Portarias nº 888/2021 e nº 2472/2021. Em 2021, a Embasa executou uma série de ações estratégicas, com destaque para os investimentos na ordem de R$ 5,1 milhões em tecnologia analítica de ponta.

6.1 Indicadores de Desempenho

Gráfico 08 - Acréscimo de Ligações de Água (ALA)

Este indicador revela todo o esforço da Embasa para, mesmo em tempos de pandemia, atender cada vez mais a população baiana rumo a universalização do acesso à água tratada.

Em 2021, a meta foi superada em 15,21%, representando 13.689 ligações. Esse resultado superou o ano de 2020 em 5.809 ligações.

Em Salvador e na RMS, foram 6.809 novas ligações além do previsto, crescimento resultante da capacidade de atender a demanda reprimida oriunda do crescimento vegetativo da região.

No interior do estado, a meta foi superada em 6.880 ligações. O aumento do ALA decorreu da construção de empreendimentos residenciais, a exemplo de Luiz Eduardo Magalhães (UNB), Projetos Minha Casa Minha Vida em Paulo Afonso (UNP) e ainda do recebimento de um novo sistema para toda a população de Riacho de Santana, na Unidade de Caetité (USC), com 4.500 ligações.

Outro ponto importante foram as ações de combate às perdas, que trouxeram bons resultado para a empresa, a exemplo da Unidade Regional de Feira de Santana (UNF), que recuperou cerca de 3.000 ligações clandestinas.

Gráfico 07 - Meta de Acréscimo de Ligação de Água por Superintendência

Meta Total = 90.000

embasa GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

Gráfico 08 - Resultado de Acréscimo de Ligação de Água por Superintendência

Resultado Total = 103.689
Dados do sistema COPAE/Embasa 2021

Tabela 10 – Acréscimos de Ligação de Água - ALA

Acréscimos de Ligação de Água (ALA)	2019	2020	2021
Meta	81.324	111.202	90.000
Desempenho	93.829	97.880	103.689

Tabela 11 – Número de Sistemas de Abastecimento de Água Operados

Nº de Sistemas de Abastecimento de Água Operados	2019	2020	2021
Locais	279	275	276
Integrados*	174	179	179
Total	**453**	**454**	**455**

** Sistemas integrados são aqueles que atendem a diversas localidades. O número de sistemas varia de um ano para outro por motivos de desativação, de entrada em operação de novos sistemas ou da transformação de sistemas locais em integrados.*

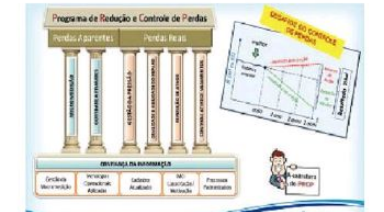
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)

O índice de Perdas na Distribuição (IPD) é uma relação entre o volume total perdido e o volume produzido, em percentual, e aponta o nível de eficiência do sistema nos seus aspectos operacionais (perdas reais, em função de vazamentos) e comerciais (perdas aparentes, como consumos não autorizados e submedição) e por ser de fácil entendimento, torna-se em um dos principais indicadores divulgados pelas prestadoras dos serviços de abastecimento de água. O cálculo de um dos componentes do indicador foi reformulado em 2018, por isso a meta estabelecida para 2019 apresenta um valor superior ao proposto para o exercício anterior. Nos anos anteriores o índice de perdas vinha aumentando à medida que o volume produzido aumentava, pois não foi acompanhado de um incremento proporcional do volume consumido contabilizado.

Essa tendência é revertida em 2020 quando o índice permanece estável e em 2021 se observa uma redução, mesmo tendo sido ampliado significativamente o volume produzido para atender ao maior número de consumidores e, consequentemente, o maior consumo, contribuindo para a continuidade do abastecimento.

Tabela 12 – Índice de Perdas na Distribuição (IPD)

Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	2019	2020	2021
Meta	45,8%	44,1%	44,97%
Desempenho	46,5%	46,6%	44,74%

A atuação no combate às perdas é pautada no Programa Corporativo de Redução e Controle de Perdas - PRCP que visa melhorar o desempenho por meio da gestão eficiente da micromedição, no combate às fraudes, na gestão da pressão na rede de distribuição, na garantia da qualidade e no ganho de agilidade no reparo dos quebramentos de redes e ramais, no controle ativo de vazamentos e na reposição de ativos, por sua vez alicerçadas na confiança da informação e adoção das melhores práticas e no uso de inovações, conforme ilustrado a seguir.

O combate às perdas ocorre também por meio de ações de rotina e, entre estas, destaca-se o esforço para atualização do parque de hidrômetros, que tem implantado ou substituído em torno de 660 mil hidrômetros anualmente e gerado um impacto significativo na redução da submedição, com o incremento de 22 milhões de metros cúbicos no volume autorizado convertido em receita no ano de 2021, em relação ao ano anterior.

Na figura a seguir são apresentadas um resumo das ações de rotina implementadas em 2021.

6.2 Investimentos em Serviços de Abastecimento de Água

Em 2021, a Embasa aplicou 64% do CAPEX em iniciativas de Investimentos em serviços de abastecimento de água que visam garantir que a estrutura instalada (estações elevatórias, adutoras, estações de tratamento de água, reservatórios e redes distribuidoras) tenha condições de suprir à demanda por água nas regiões atendidas.

Tabela 13 – Aplicação do CAPEX – Iniciativas em Serviços de Abastecimento de Água

2019¹	2020¹	2021
R$ 346 milhões (52% do total investido no ano)	R$ 444 milhões (61% do total investido no ano)	R$ 575 milhões (64% do total investido no ano)

Tabela 14 – Destaques Investimentos Serviços de Abastecimento de Água 2021

Destaques dos investimentos em serviços de abastecimento de água concluídos em 2021	Investimento²	População beneficiada
Ampliação do SIAA Amélia Rodrigues (1ª etapa)	R$ 56,29 milhões	92,44 mil
Ampliação do SIAA Machadinho Sul (Camaçari)	R$ 25,51 milhões	93,56 mil
Ampliação SIAA Recôncavo (1ª etapa)	R$ 18,63 milhões	277,88 mil
Ampliação do SIAA Salvador – R7 Cabula	R$ 13,24 milhões	325,52 mil
Ampliação SIAA Feira de Santana - Setor Leste	R$ 30,17 milhões	69,45 mil
Integração SIAA Maragogipe - SIA Muritiba	R$ 4,8 milhões	26,3 mil
Ampliação e melhorias SAA Luís Eduardo Magalhães	R$ 4,66 milhões	164,57 mil

[1] Os valores apresentados para os anos de 2019 e 2020 foram atualizados pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de dezembro de 2020 em decorrência da Agersa, através de resolução publicada em dezembro de 2019, ter definido o IGP-M como indexador da base de ativos.
[2] Os valores informados para os investimentos abarcam a totalidade dos recursos envolvidos em cada empreendimento englobando todos os contratos celebrados ao longo da execução até a conclusão, incluindo valores repassados pelos órgãos financiadores, as parcelas de contrapartida e recursos próprios da Embasa.

6.3 Programa Água para Todos (PAT)

Neste ano, por meio da Portaria do Colegiado Institucional nº 001, a Embasa passou a coordenar o Programa Água para Todos (PAT) estadual.

As ações do programa do Governo Estadual, executadas por meio da Embasa desde janeiro de 2007 até dezembro de 2021, contemplaram 791 obras de abastecimento de água, perfuração de 705 poços, elaboração de 259 projetos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de 06 ações de desenvolvimento institucional. Em 2021, foram concluídas 67 ações pela Embasa na área de abastecimento de água, com investimentos no montante de R$ 172,3 milhões ao longo dos contratos.

O PAT tem o objetivo de ampliar o acesso de abastecimento de água para população baiana, promovendo a melhoria da saúde pública por meio de um conjunto de ações de saneamento básico, de apoio a projetos socioeconômicos e de geração de trabalho e renda.

6.4 Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (Funcep)

Desde 2014, a Embasa mantém parceria com o Funcep para ampliar a rede de abastecimento de água na zona rural, tendo sido investido até dezembro de 2021 mais de R$ 83,4 milhões, oriundos de ambas as organizações, que beneficiaram mais de 113 mil habitantes em 304 localidades, com a implantação de 2,1 mil quilômetros de rede/adução e execução de 31,5 mil ligações, além da realização de ações socioambientais junto às comunidades de obras paralisadas, objetivando sua retomada.

Em 2021, ocorreu também a atualização do plano de trabalho do termo de cooperação firmado em 2017, que teve sua meta revisada e a vigência estendida para julho de 2022.

7. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

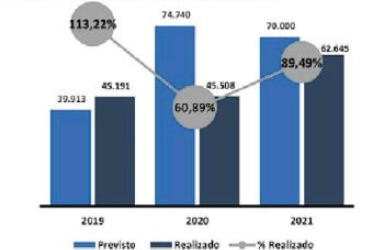
Em 2021, a Superintendência de Operação Norte - IN destinou 18,03% dos investimentos (aproximadamente R$ 34 milhões) para ampliar a cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário, modernizar/manter ativos e melhorar processos visando a satisfação dos clientes e preservação do meio ambiente.

Para o ano de 2022, estão previstos aproximadamente R$ 28 milhões para este fim. Importantes projetos estão em andamento. São projetos relacionados a ampliação de sistemas já existentes (adensamento), e envolvem os SES dos municípios de Barreiras, Conde, Glória, Itaberaba, Luís Eduardo Magalhães, Miguel Calmon, Santa Brígida, Santo Estêvão e Tucano.

Na Superintendência de Operação Sul – IS, destacam-se os investimentos em obras de adensamento para ampliação da cobertura de rede coletora de esgoto, algumas obras foram concluídas ainda em 2021 e outras seguem em fase final de conclusão, a exemplo do 3º adensamento no SES de Teixeira de Freitas e adensamento de Jaguaquara. No ano 2021, foi investido um total de R$ 11,56 milhões nesse tipo de obra. As principais obras concluídas em 2021 foram os adensamentos de Itabatã (R$ 1,89 milhões), Cruz das Almas (R$ 1,34 milhões), Pontal, em Ilhéus (R$ 1,08 milhões) e Caravelas (R$ 690,57 mil), obra para desativar a ETE do Residencial Jardim Embira e interligar ao SES de Cruz das Almas (R$ 901,47 mil), substituição das placas e colocação de manta PEAD na ETE Camacan (R$ 191,49 mil). Em 2021, tiveram início as obras de melhorias na ETE de Santa Cruz Cabrália (R$ 1,74 milhão), substituição dos interceptores das Av. Manga de Elza e Lomanto Junior, em Jequié (R$ 3,41 milhões) e adensamento Centro Norte, em Ilhéus (R$ 864,08 mil).

Os dois principais indicadores organizacionais acompanhados são "Acréscimo de Ligações de Esgoto" e "Índice de Qualidade de Esgoto", sendo que este último demonstra a eficiência do tratamento dos efluentes coletados, conforme o projeto dos sistemas e o cumprimento de normas e legislações vigentes.

7.1 Indicadores de Desempenho

Gráfico 09 - Acréscimo de Ligações de Esgoto (ALE)

Apesar do resultado de 10,51% abaixo da meta prevista para 2021, de forma análoga ao acréscimo de ligações de água, as ligações de esgoto cresceram 37,96% em relação ao executado no ano anterior, evidenciando também todo o esforço da empresa neste quesito primordial ao saneamento no Estado.

As Superintendências Norte, Sul e Metropolitana apresentaram resultados próximos, superando os anos anteriores, todavia, observa-se na IN um resultado 29,46% abaixo da meta proposta. Com isso, mesmo a IS e a MS tendo resultados superiores ao esperado, não foi possível atingir a meta estabelecida.

7.2 Investimentos em Serviços de Esgotamento Sanitário¹

A Embasa aplicou 33% do CAPEX em iniciativas de Investimentos em Serviços de Esgotamento Sanitário, o que permitiu aumentar a capacidade das unidades de tratamento de esgoto e disposição final, assim como estender redes coletoras em localidades não atendidas, de modo a beneficiar a parcela da população que não tinha acesso ao serviço.

Tabela 15 – Aplicação do CAPEX – Iniciativas em Serviços de Esgotamento Sanitário

2019¹	2020¹	2021
R$ 282 milhões (42% do total investido no ano)	R$ 246 milhões (34% do total investido no ano)	R$ 296 milhões (33% do total investido no ano)

Tabela 16 – Destaques Investimentos Esgotamento Sanitário - 2021

Destaques dos investimentos em esgotamento sanitário concluídos em 2021	Investimento²	População beneficiada
Ampliação do SES de Santo Amaro – 1ª etapa	R$ 7,9 milhões	22,40 mil
Ampliação de rede coletora com ramais e construção de reservatórios de emergência SES Luís Eduardo Magalhães	R$ 7,2 milhões	10,5 mil
Adensamento de bacias com execução de ramais prediais na Unidade de Candeias (São Francisco do Conde, Madre de Deus e Candeias)	R$ 4,6 milhões	11,7 mil
Melhorias na estação de tratamento do SES Jequié	R$ 3,6 milhões	136 mil
Adensamento de bacias com execução de ramais prediais nos SES Ibotirama, Caravelas e Cruz das Almas	R$ 3,9 milhões	29,7 mil

[1] Os valores apresentados para os anos de 2019 e 2020 foram atualizados pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de dezembro de 2020 em decorrência da Agersa, através de resolução publicada em dezembro de 2019, ter definido o IGP-M como indexador da base de ativos.
[2] Os valores informados para os investimentos abarcam a totalidade dos recursos envolvidos em cada empreendimento englobando todos os contratos celebrados ao longo da execução até a conclusão, incluindo valores repassados pelos órgãos financiadores, as parcelas de contrapartida e recursos próprios da Embasa.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 Desempenho Econômico

Este subitem apresenta uma análise da situação econômico-financeira da Embasa por meio de indicadores de desempenho econômico, financeiro, comercial, de rentabilidade e endividamento, presentes nas Demonstrações Financeiras, assim como gera base analítica entre as estratégias organizacionais e os resultados alcançados.

As análises apresentadas a seguir, excetuando aquelas relativas ao resultado do exercício, desconsideram os efeitos da receita e dos custos de construção, concentrando-se exclusivamente nas receitas e nos gastos oriundos da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

8.1.1 RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

A receita e os custos de construção, introduzidos nas Demonstrações Financeiras da Embasa desde 2009, conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), têm impacto líquido nulo.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. Considerando o inexpressivo valor das margens reconhecidas, ponderou-se o custo/benefício envolvido nesse reconhecimento, ou seja, a necessidade de controles sistêmicos por obras e por município (custo) e a margem adicional (benefícios), optando-se por considerar margem zero.

Tabela 17 - Receita e Custos de Construção (em milhões)

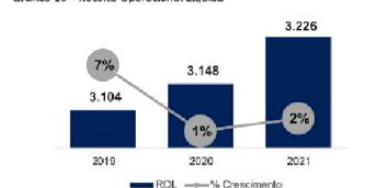
	2019	2020	2021
Receita de Construção	476	545	857
Custos de Construção	476	545	857

8.1.2 RECEITA OPERACIONAL DE SERVIÇOS

No ano de 2021, a Embasa obteve uma Receita Operacional Bruta – ROB de R$ 3,6 bilhões, sendo R$ 2,6 bilhões (72,4%) oriundos da prestação dos serviços de abastecimento de água, R$ 935,0 milhões (26,3%) dos serviços de esgotamento sanitário e R$ 45,4 milhões (1,3%) referentes a serviços acessórios, tais como ligações e religações, elaboração de projetos, serviços de laboratório entre outros.

A Receita Operacional Líquida – ROL alcançou R$ 3,23 bilhões (R$ 3,15 bilhões no ano anterior). O crescimento de 2,5%, abaixo da média anual, ainda é decorrente dos efeitos da crise pandêmica.

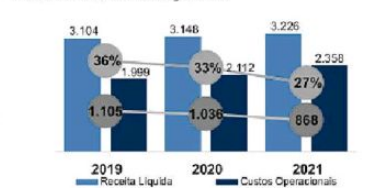
Os principais fatores que influenciaram o crescimento da ROL foram o reajuste tarifário de 9,15% concedido pela AGERSA em 29/10/2021 e o aumento de 3,7% do volume faturado, impulsionado, sobretudo, pelo crescimento das categorias residencial (3,7%) e comercial (4,7%).

Gráfico 10 – Receita Operacional Líquida

Nos últimos três anos, o crescimento médio do ROL foi de 3,3%. Um dos principais motivos da desaceleração da ROL nos últimos anos é a frustração das 3 parcelas de incremento real na tarifa, equivalentes a 3,29% que deveriam ser concedidas nos anos 2018, 2019 e 2020.

8.1.3 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados representam os gastos realizados pelas diretorias operacionais para prestação dos serviços. Esses gastos apresentaram um aumento de R$ 246,1 milhões (11,7% em relação ao ano anterior), devido, principalmente, ao crescimento dos gastos de Pessoal vinculados à operação (R$ 88,6 milhões), Serviços de Terceiros (R$ 85,4 milhões) e Energia (R$ 51,5 milhões). Os gastos de Pessoal aumentaram em função do acordo coletivo de 2020 ter sido pago em fevereiro/2021 de modo retroativo. Os custos com serviços de terceiros foram impulsionados pelos serviços de operação e manutenção de sistemas que cresceram R$ 47,6 milhões no total. Os gastos de energia cresceram R$ 51,5 milhões devido ao reajuste médio de 8,98% nas tarifas da Coelba, 4,7% de aumento no mercado livre, assim como reajuste de 127% aplicado sobre a bandeira tarifária.

O Lucro Bruto representa o excedente do ROL após a dedução dos custos operacionais de serviços. Neste ano, o resultado de R$ 868,1 milhões, foi menor em 16,2% devido a desaceleração da ROL e aumento dos custos operacionais. No mesmo sentido, a margem bruta, relação entre o lucro bruto e a receita operacional líquida, apresentou um resultado de 27% em 2021 (33% em 2020), abaixo da média do setor (45,6%).

Gráfico 11 – Lucro Bruto e Margem Bruta

8.1.4 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas de natureza administrativa, gastos de áreas de suporte ao negócio, apresentaram montante de R$ 475,0 milhões (R$ 424,8 milhões em 2020) representando um aumento de 11,8% no período. Nota-se que neste ano, as despesas administrativas representaram 14,7% da ROL, resultado acima do ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para esta elevação foram: a) aumento em R$ 55,3 milhões dos gastos com provisão para perdas de depósitos Judiciais; b) aumento de R$ 18,1 milhões em despesas com pessoal das áreas corporativas, em função do acordo coletivo de 2020 ter sido pago em fevereiro/2021 de modo retroativo.

Vale ressaltar a redução de R$ 52,5 milhões provocada principalmente pelo recuo das despesas com Processo Trabalhista, reflexo das mudanças na legislação trabalhista.

Gráfico 12 - Evolução das Despesas Administrativas

8.1.5 DESPESAS COMERCIAIS

Em 2021, as despesas comerciais alcançaram um montante de R$ 169,2 milhões, valor que representa uma redução de R$ 115,5 milhões (40,6%) em relação ano anterior. Neste ano, as despesas comerciais representaram 4,8% da ROL, melhor resultado dos últimos anos. Essas despesas são representadas, sobretudo, pelas provisões de perdas por inadimplência que reduziram significativamente em função da implantação de uma nova metodologia de avaliação de crédito. Esta metodologia utiliza o sistema de *Business intelligence* (QlikSense) integrado ao sistema comercial da Embasa que permite maior precisão na avaliação da evasão que passou a ser realizada de modo específico para cada categoria de débito. Aliada a redução das Perdas por inadimplência, houve aumento da recuperação de créditos comerciais no montante de R$ 38 milhões.

Gráfico 13 - Evolução das Despesas Comerciais

8.1.6 EBITDA E MARGEM EBITDA

Par proporcionar uma visão da eficiência operacional, permitindo análises comparativas com outras empresas correlatas, assim como refletir a capacidade da empresa de gerar caixa, a Margem Ebitda é um indicador de grande importância para a gestão estratégica da companhia.

Em que pese o fato do Ebitda e Margem Ebitda permanecerem no mesmo patamar em relação a 2020, cabe mencionar que este resultado foi reflexo de variações de gastos relevantes da companhia. Nota-se aumento de R$ 109,2 milhões no total de gastos com remuneração e benefícios aos colaboradores em função do pagamento retroativo do acordo coletivo 2020, também um aumento de R$ 95,9 milhões dos gastos de serviços, impulsionados principalmente pelos serviços de manutenção em R$ 25,1 milhões e operação de sistemas em R$ 22,5 milhões e, por fim, o aumento de R$ 51,5 milhões de energia elétrica. Em paralelo, destaca-se a redução das perdas por inadimplência em 2021 e recuperação de perdas de anos anteriores que contribuíram com R$ 118,0 milhões, assim como a redução de R$ 52,5 milhões gerada pela queda das despesas com Processo Trabalhista, motivada pelas últimas alterações na legislação trabalhista.

Deste modo, apesar de apresentar resultado abaixo da média das empresas de saneamento* (28,5%), o Ebitda e a Margem Ebitda mantiveram-se estáveis nos últimos anos, superando o declínio ocorrido em 2019, mesmo diante dos reflexos da crise pandêmica, sobretudo na Receita Operacional Líquida.

Gráfico 14 - Evolução da Ebitda e Margem Ebitda

As empresas consideradas para apuração do resultado médio da Margem Ebitda foram CEDAE, CORSAN, SABESP, SANASA, CASAN, CAGECE, SANEPAR, SANEAGO, COPASA e SANEATINS.

8.1.7 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido, valor das receitas financeiras descontadas das despesas financeiras, apresentou em 2021 um crescimento de 8,3 milhões (191%) em comparação ao ano anterior.

As receitas financeiras apresentaram um crescimento de R$ 30,6 milhões, variação positiva de 35%. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram: a) Aumento dos Rendimentos em aplicações financeiras em R$ 11,5 milhões (70,8%) decorrente do crescimento da Taxa SELIC ao longo do ano 2021; b) Aumento das receitas com Juros e acréscimos por impontualidade em R$ 11,3 milhões (60,8%) e com variações monetárias comerciais de R$ 8,4 milhões (111,9%) em função do aperfeiçoamento das ações de cobrança e retomada de corte de ligações inadimplentes que havia sido suspensa em 2020.

As despesas financeiras aumentaram em R$ 22,3 milhões (26,8%) em relação ao ano anterior. Tendo como principal motivo o ajuste de reconhecimento de juros referente a dívida da Parceria Público Privado com variação de R$ 47,7 milhões (219,6%). Por outro lado, as variações cambiais passivas apresentaram recuo de R$ 29,6 milhões (91,8%), devido à quitação do contrato de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em março de 2021.

8.1.8 RESULTADO LÍQUIDO

Este ano foi marcado por um crescimento significativo do resultado líquido da companhia que passou de R$ 242,9 milhões em 2020 para R$ 386,3 milhões em 2021, demonstrando uma variação de 59%. Dentre as variações observadas que impulsionaram o crescimento do resultado, vale destacar como mais relevantes: a) Reversão do Imposto de renda no montante de R$178,0 milhões; b) redução de R$ 118,3 milhões nas despesas comerciais; c) crescimento da Receita Operacional líquida de R$ 78,6 milhões; d) Aumento de R$ 8,3 milhões do Resultado Financeiro Líquido.

A margem líquida, relação entre o resultado líquido e a ROL, foi de 13,4%, acima da média de 9,8% do setor de saneamento.

Gráfico 15 - Evolução do Resultado Líquido e Margem Líquida

8.1.9 RENTABILIDADE DOS ATIVOS

A Rentabilidade dos ativos em 2021 demonstra que a companhia foi capaz de gerar um resultado líquido de 4% em relação ao valor total de seus ativos, acima da média das principais empresas de saneamento (3,8%). Cabe ressaltar a contribuição da reversão do imposto de renda no valor de R$ 178,0 milhões provocada pela ação de imunidade tributária.

Gráfico 16 - Evolução da Rentabilidade do Ativo

Quanto a capacidade dos ativos em gerar Receita Operacional, observa-se através do indicador Giro do Ativo que a ROL equivale a 37% do valor total dos ativos, alinhado à média das principais empresas de saneamento (37%). O resultado alcançado pode ser explicado pelo crescimento do ativo neste ano em 4,7% enquanto as receitas cresceram apenas 2,5%. Importante mencionar que apesar do reajuste tarifário de 9,15% concedido pela Agersa em 2021, ainda há uma frustração de três parcelas de incremento real de 3,29% que deveria ter sido concedido a partir de 2018.

Gráfico 17 - Evolução do Giro do Ativo

8.1.10 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

A estrutura de capital da Embasa demonstra que seus ativos (R$ 8,6 bilhões) estão sendo, em sua maioria (76,6%), financiados pelo capital próprio. A alavancagem financeira da companhia de apenas 23,4% demonstra oportunidade de captação de recurso a fim de viabilizar os desafios de investimentos para universalização.

A dívida bruta, representada por empréstimos e financiamentos, vem caindo ao longo dos anos em função da ausência de novos recursos captados no mercado financeiro. A dívida líquida também tem apresentado esse comportamento, contudo, uma vez que sua apuração é influenciada pelo saldo de caixa, em 2021 seu resultado, apresentou um crescimento de 1%, em função da aceleração dos desembolsos para investimentos e inflação no período.

O montante da dívida líquida corresponde a aproximadamente 4% da geração de caixa operacional (Ebitda) do exercício demonstrando alto potencial de alavancagem da empresa. A companhia demonstra condições favoráveis para manter o adimplemento do serviço da dívida, considerando que geração de caixa operacional (Ebitda) equivale a aproximadamente cinco vezes o valor do serviço da dívida em 2021. Quanto às condições de pagamento das outras dívidas onerosas, tais como dívidas previdenciárias, parcelamento de tributos, fornecedores em atraso e parcelamento de energia, a companhia também demonstra situação favorável, uma vez que representa uma parcela cada vez menos representativa em relação ao Ebitda anual.

Tabela 18 – Indicadores de endividamento

Indicadores de endividamento	2019	2020	2021
Passivo total / Ativo total (%)	27,07	26,62	23,40
Dívida líquida (R$ milhões)	218	26	26
Dívida Líquida/ Ebitda (< =3) *	0,40	0,04	0,04
Ebitda/ Serviço da Dívida (>= 1,5) *	2,78	3,94	4,89
Outras Dívidas Onerosas/ Ebitda (<= 1) *	0,05	0,02	0,03

(*)Indicadores que representam os covenants (condicionantes) de contratos de financiamento com o BNDES. As metas estabelecidas nestes contratos de financiamento estão descritas na tabela acima e foram atendidas para o exercício de 2021.

8.1.11 CAPACIDADE DE PAGAMENTO

A companhia demonstra condições de honrar suas obrigações projetadas para curto e longo prazo. Notadamente, o baixo endividamento nos últimos anos tem favorecido os indicadores de liquidez, posicionando a companhia em um nível de capacidade de pagamento superior à média das empresas de saneamento. A companhia não tem captado novos recursos relevantes no mercado financeiro e, com a quitação de empréstimos e financiamentos representativos, a exemplo daquele captado junto ao BID, o endividamento torna-se cada vez menor.

No que tange a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, o resultado em 2021 de 1,73 demonstra um excedente financeiro de aproximadamente 82%, enquanto o setor alcança uma média de 1,41.

Gráfico 18 – Evolução da Liquidez Corrente

Quanto à capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, houve uma alteração no nível de liquidez em 2018 em função da reclassificação contábil dos valores a receber com a eventual rescisão de contratos com os municípios. Enquanto antes era registrado como valores a receber em longo prazo, atualmente, são mantidos no Ativo Intangível. Apesar disso, em 2021 o resultado da liquidez geral de 1,12 demonstra equilíbrio financeiro, inclusive acima da média do setor (0,74).

Gráfico 19 – Evolução da Liquidez Geral

8.1.12 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA (EM R$ MIL)

A Demonstração do Valor Adicionado detalha a formação da riqueza gerada pela companhia e sua respectiva distribuição. Em 2021, nota-se que o valor adicionado foi de R$ 1,6 bilhão (R$ 1,4 bilhão em 2020) apresentando crescimento de 5,9% em relação ano anterior. A distribuição demonstra que os gastos de pessoal foram os maiores contemplados no valor de R$ 744,6 milhões (47,1%), em seguida destaca-se a remuneração do capital próprio de R$ 386,3 milhões (24,5%), os impostos, taxas e contribuições com o total de R$ 313,0 milhões (19,8%), e por fim, R$ 135,8 milhões (8,6%) distribuídos para remuneração do capital de terceiros.

Tabela 19 – Distribuição do Valor Adicionado

	2019	2020	2021
Receitas	**3.785.442**	**3.978.648**	**4.475.150**
Água, esgoto e serviços	3.418.254	3.468.704	3.557.962
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(108.604)	(34.977)	59.811
Outras receitas (construção)	475.792	544.921	857.377
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.145.451)**	**(2.143.031)**	**(2.538.925)**
Materiais consumidos	(186.588)	(177.304)	(200.119)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(1.733.981)	(1.708.372)	(2.142.029)
Perda/recuperação de valores ativos	(224.881)	(257.355)	(196.776)
Valor adicionado bruto	**1.639.992**	**1.835.617**	**1.936.225**
Depreciação e amortização	(395.513)	(431.080)	(475.309)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.244.479**	**1.404.537**	**1.460.916**
Valor adicionado recebido em transferência	128.164	87.714	118.657
Receitas financeiras	127.285	87.289	118.019
Aluguéis	878	425	638
Valor adicionado total a distribuir	**1.372.643**	**1.492.251**	**1.579.573**
Pessoal	**632.789**	**655.994**	**744.589**
Remuneração direta	386.941	388.928	428.388
Benefícios	208.604	225.630	259.474
Fundo de Garancia por Tempo de Serviço	37.244	41.436	56.728
Impostos, taxas e contribuições	**434.296**	**481.353**	**312.966**
Federais	432.404	450.515	306.730
Estaduais	69	29.160	3.911
Municipais	1.823	1.678	2.325
Remuneração de capitais de terceiros	**119.677**	**111.976**	**135.751**
Juros	89.344	82.936	105.212
Aluguéis	30.332	29.040	30.539
Remuneração de capitais próprios	**185.881**	**242.928**	**386.267**
Lucro líquido do exercício	185.881	242.928	386.267

8.1.13 EFICIÊNCIA DA COBRANÇA GLOBAL

Gráfico 20 – Indicador de Eficiência da Cobrança Global

Esse indicador evidencia a performance da arrecadação frente ao faturamento. Em 2021, o indicador superou a meta, mesmo não sendo atingidas as metas isoladas de faturamento e arrecadação. Isso significa que a empresa arrecadou mais em termos percentuais, mesmo diante da conjuntura econômica adversa, evidenciando uma melhoria no processo de cobrança e assertividade do faturamento emitido.

Em fevereiro de 2021, foi iniciada a implantação do Projeto Centralização da Cobrança nos escritórios piloto. A iniciativa utiliza inteligência artificial para segmentar os usuários por risco de inadimplência, de acordo com o comportamento histórico de pagamento, direcionando ações mais assertivas por perfil de cliente. Essas ações são fundamentais para que a Embasa aperfeiçoe o seu processo de cobrança, reduza os seus custos e melhore a eficiência empresarial. O projeto está em fase de expansão, com 36 (trinta e seis) Escritórios Locais centralizados e perspectiva de centralizar toda a cobrança da empresa até o primeiro semestre de 2023.

Ainda em 2021, houve um aumento das ações de cobrança administrativa. Foram enviados mais de 6,1 milhões de SMS para usuários inadimplentes e cerca de 1 milhão de usuários foram negativados, com resultados significativos, refletindo na melhoria da arrecadação do ano.

O pagamento por cartões de crédito se consolidou, tornando-se mais uma opção digital de pagamentos e parcelamentos de débitos. Foram realizados 40.687 pagamentos, representando mais de R$ 9,87 milhões de arrecadação.

Para os débitos de órgãos públicos, a aplicação da Política de Cobrança, os protestos e a judicialização dos débitos de prefeituras foram instrumentos importantes para o aumento da arrecadação desta carteira.

Em 2021, teve início a Campanha de Negociação de Débitos de Órgãos Públicos, com vantagens como: taxas reduzidas, isenção de juros e multas. Neste ano, foram 28 negociações e um débito total de R$ 21,35 milhões.

Tabela 20 – Eficiência da Cobrança Global

Eficiência da Cobrança Global	2019	2020	2021
Meta	93,50%	93,75%	92,50%
Desempenho	92,24%	91,10%	93,61%

**Mede a eficácia do processo de arrecadação total, composto pela arrecadação do faturamento do ano e de anos anteriores.*

8.2 Desempenho Financeiro

8.2.1 ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE CAIXA

Os resultados nos últimos três anos demonstram contínua evolução na saúde financeira da Embasa. Em 2021, apesar do impacto sofrido em 2020 por conta da pandemia, o indicador permaneceu em sua tendência de crescimento, impulsionado, principalmente, por duas evoluções de entendimento no campo jurídico: o reconhecimento da imunidade tributária da Embasa e a sua inclusão na sistemática de pagamento por precatórios.

Tais inovações em 2021 tiveram como consequências relevantes a eliminação dos recolhimentos desembolsos de impostos sobre patrimônio e renda da Embasa, além da redução drástica de bloqueios judiciais em conta corrente e de pagamentos processuais no segundo semestre. Dessa forma, houve uma redução da execução prevista para questões judiciais em R$ 73 milhões (66,2% do previsto) ao passo em que foram resgatados R$ 47 milhões em bloqueios judiciais cíveis e trabalhistas (337% do previsto), por conta da ação de precatórios, fazendo com que o resultado operacional da companhia ficasse em R$ 653 milhões.

Gráfico 21 - Evolução do IEC nos últimos 03 anos

8.2.2 INGRESSOS

A partir de uma análise dos últimos três anos, percebe-se um crescimento constante na receita da empresa, mesmo com atraso na autorização dos reajustes tarifários referentes aos anos de 2020 e 2021.

A evolução dos ingressos de recursos operacionais anualmente gira entre 5,6 e 9,3%. Porém, com a deflagração da pandemia, a evolução de 2019 para 2020 foi praticamente nula e já em 2021, é possível notar o restabelecimento da evolução histórica, ficando em 7,2%.

Em uma relação paralela, para o biênio 2020/21, a evolução dos desembolsos operacionais seguiu o mesmo comportamento que a evolução dos ingressos operacionais, chegando a ser negativa em 1% em 2020 e retomando seu ritmo de saída em 2021, quando evolução foi de 7,9%.

Fazendo-se um cotejo entre os desembolsos e os ingressos operacionais, nota-se uma relação contínua no decorrer dos anos em que as saídas operacionais representam, aproximadamente, 80% de todo o ingresso operacional.

Gráfico 22 - Evolução dos Ingressos e Desembolsos Operacionais dos últimos 03 anos (em milhões)

8.2.3 SAÍDAS

A partir de uma análise do gráfico, percebe-se que mais de R$ 9,88 milhões foram desembolsados do caixa da empresa durante os anos de 2019 a 2021.

No ano de 2020, o patamar de desembolsos permaneceu quase que inalterado, evoluindo 1,7%. Em 2021, os desembolsos voltaram a subir, alcançando uma evolução de 10,3%.

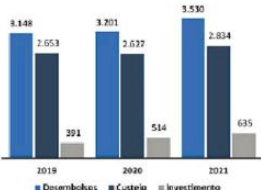
Dos desembolsos totais da empresa, os referentes ao custeio representaram entre 80 e 84% nesse triênio, ao passo que os desembolsos afetos ao investimento representaram entre 12 e 18%.

embasa GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

Interessante ressaltar que, durante a pandemia, enquanto os desembolsos com custeio retrocederam em 1%, os desembolsos com investimento aumentaram 31,5% em relação ao ano anterior.

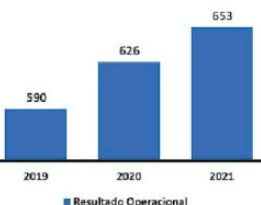
Gráfico 23 - Evolução das Saídas (Desembolsos, Custeio e Investimento) dos últimos 03 anos (em milhões)

8.2.4 RESULTADO OPERACIONAL

Nos últimos 3 anos, a empresa vem sempre incrementando o seu resultado operacional, performando em 10,7% nesse período.

Em 2019 a empresa alcançou ótimo resultado operacional, evoluindo 19% em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R$ 590 milhões.

Entretanto, com o advento da pandemia, a evolução do resultado voltou a patamares mais tímidos, alcançando 6,1 e 4,3% nos anos de 2020 e 2021. Muito disso deve-se ao fato de não ter sido autorizado pelo órgão regulador o reajuste tarifário desses anos tempestivamente (somente em 11/2021), impactando na arrecadação da empresa nesse período.

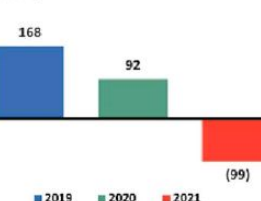
Gráfico 24 - Evolução do Resultado Operacional nos últimos 03 anos (em milhões)

590
626
653
2019
2020
2021
Resultado Operacional

8.2.5 GERAÇÃO DE CAIXA

No período entre 2019 e 2021, a Embasa gerou R$ 161 milhões de caixa, tendo o seu expoente no ano de 2019, em que, praticamente, dobrou o a geração de caixa do ano anterior.

Em 2020, devido à aceleração dos investimentos da companhia, a geração de caixa regrediu em 45%, resultando em um montante de R$ 92 milhões.

Apesar do resultado positivo do fluxo operacional de 2021 em R$ 653 milhões, naquele ano houve consumo de caixa no total de R$ 99 milhões. A principal causa para este consumo foi o elevado gasto com investimento, 23,5% maior que o ano anterior. Dessa forma, apesar da geração de caixa injetada pelo fluxo operacional, o elevado desembolso com investimento fez com que houvesse consumo desse caixa pela empresa no referido período.

Gráfico 25 - Evolução da Geração de Caixa da Embasa nos últimos 03 anos (em milhões)

8.2.6 ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE CAIXA COM INVESTIMENTOS – IECI

O Índice de Eficiência de Caixa com Investimentos - IECI foi impactado, em 2021, fortemente pelo aumento expressivo nos desembolsos com investimentos, frente aos cinco anos anteriores. Aliado a esse incremento, a alta inflação do ano fez com que os materiais e serviços para investimento, assim como os serviços de construção civil, sofressem dilatado aumento de valor, impactando a geração de caixa da empresa.

Dessa forma, em que pese o fato de ter havido expressivo resultado operacional positivo, esses fatos contribuíram, de forma decisiva, para o consumo global do caixa da empresa no ano de 2021.

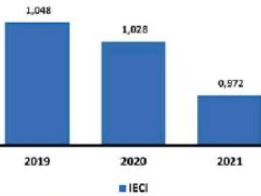
Gráfico 26 - Evolução do IECI nos últimos 03 anos

8.2.7 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA DO GOVERNO

Tabela 21 – Assistência Financeira Recebida do Governo - Fonte

Fonte	2019	2020	2021
Orçamento Geral da União (OGU)			
Caixa/Ministério das Cidades	35.351.199,15	32.591.945,26	64.384.632,30
Funasa/Ministério da Saúde	7.711.976,60	2.736.681,22	-194.014,30
Codevasf/Ministério da Integração Nacional	3.625.477,17	3.234.790,09	1.171.257,58
ANA/PRODES (ETE Barreiras)	5.245.432,78	4.529.857,57	-
Subtotal >>>	51.934.085,70	43.093.274,14	65.361.875,58
Benefícios Fiscais (IRPJ)			
Redução de 75% do IRPJ	65.625.467,19	90.209.752,18	71.173.230,81
Redução por Reinvestimento de 30% do IRPJ	-	3.776.088,11	5.488.927,07
Subtotal>>>	65.625.467,19	93.985.840,29	76.662.157,88
Governo do Estado da Bahia			
Contrapartida PAC	2.714.599,25	1.278.430,26	-
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcep)	1.463.200,00	-	-
Outros convênios	3.095.392,64	72.921,09	-
Subtotal >>>	7.273.191,89	1.351.351,35	-
TOTAL	124.832.744,78	138.430.465,78	142.024.033,46

Percebemos um crescimento nas liberações de recursos recebidos do Governo Federal (OGU) em 2021, por meio de termos de compromisso, para investimento na ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2.

Em relação aos valores de FUNASA referente ao ano de 2021, o mesmo apresenta-se negativo porque, apesar de ter ocorrido recebimento de recursos no exercício de 2021, também ocorreram devoluções de empreendimentos que já se apresentavam encerrados em exercícios anteriores.

Importante sinalizar que o benefício fiscal de Isenção de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), obtidos pela Embasa por meio de laudo constitutivo emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em março de 2015, válido até dezembro de 2024, não será mais objeto de uso, daí a expressiva redução dos valores apurados no ano de 2021 em comparação ao ano anterior. Com o advento da imunidade tributária conseguida pela Embasa em agosto de 2021, o benefício deixou de existir, pois não haverá apuração de impostos por parte da companhia.

Tabela 22 - Balanço Social – Modelo Ibase (em R$ mil)[1]

1 - Base de Cálculo	2020			2021		
Receita líquida (RL)	3.692.640			4.083.731		
Resultado operacional (RO)	242.928			386.287		
Folha de pagamento bruta (FPB)	553.473			639.858		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**Valor**	**Valor**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	44.070	47.875	47.875	47.875	7,96%	1,19%
Encargos sociais compulsórios	154.531	191.576	191.576	191.576	27,92%	4,18%
Previdência privada	23.535	25.846	25.846	25.846	4,25%	0,64%
Saúde	70.638	73.053	73.053	73.053	12,76%	1,91%
Segurança e saúde no trabalho	2.858	3.247	3.247	3.247	0,52%	0,08%
Educação	453	707	707	707	0,08%	0,01%
Cultura	1	0	0	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	883	1.812	1.812	1.812	0,16%	0,02%
Assistência social	21.143	21.681	21.681	21.681	3,82%	0,57%
Participação nos lucros ou resultados	42.721	40.491	40.491	40.491	7,72%	1,16%
Outros	1.629	1.759	1.759	1.759	0,29%	0,04%
Eventos técnicos e sociais internos	240	828	828	828	0,04%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	365.371	408.855	408.855	408.855	65,31%	10,21%
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**Valor**	**Valor**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	33	10	10	10	0,01%	0,00%
Cultura	80	0	0	0	0,03%	0,00%
Saúde e saneamento	0	266	266	266	0,00%	0,00%
Esporte	107	70	70	70	0,04%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Outros	4.127	5.958	5.958	5.958	1,70%	0,11%
Eventos técnicos sociais externos	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	4.347	6.304	6.304	6.304	1,79%	0,12%
Tributos (excluídos encargos sociais)	511.652	478.441	478.441	478.441	210,62%	13,86%
Total - Indicadores sociais externos	515.999	484.745	484.745	484.745	212,41%	13,97%
4 - Indicadores Ambientais	**Valor**	**Valor**	**Valor**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	540	8.303	8.303	8.303	0,22%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.622	7.835	7.835	7.835	2,73%	0,18%
Total dos investimentos em meio ambiente	7.162	16.138	16.138	16.138	2,95%	0,19%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2020**			**2021**		
Número de empregados (as) ao final do período	4.775			4.476		
Número de admissões durante o período	1			3		
Número de estagiários (as)	21			52		
Número de empregados (as) acima de 45 anos	2.242			1.984		
Número de mulheres que trabalham na empresa	1.376			1.295		
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	28,98%			30,18%		
Número de negros (as) que trabalham na empresa[2]	3.393			3.170		
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros (as)[3]	67,99%			68,48%		
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	70			71		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2020**			**2021**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,01			16,85		
Número total de acidentes de trabalho	29			29		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) não se envolve	( ) não se envolve	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) não são considerados	( ) não são considerados	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) não se envolve	( ) não se envolve	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em R$ mil):	Em 2020: 1.492.251			Em 2021: 1.579.573		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,26% governo 43,96% colaboradores(as) ___% acionistas[4] 7,50 % terceiros 16,28% retido			20,11% governo 47,14% colaboradores(as) ___% acionistas 5,30 % terceiros 27,45 % retido		
7 - Outras Informações						

[1]Os dados apresentados incluem as receitas de construção.
[2]Inclui pardos.
[3]Inclui pardos.
[4]O valor distribuído a acionistas é destinado apenas aos acionistas minoritários e corresponde a 0,01%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	211.301	360.956
Aplicações financeiras	9	222.216	267.479
Recursos vinculados	10	87.227	92.183
Contas a receber de clientes	11	489.532	392.401
Estoques		22.886	19.461
Impostos a recuperar		8.693	5.743
Outras contas a receber		61.642	57.845
		1.103.497	**1.096.068**
Não circulante			
Contas a receber de clientes	11	133.426	107.246
Depósitos judiciais	18.c	868.274	961.617
Impostos a recuperar		21.122	-
Outras contas a receber		71.718	70.602
Ativo fiscal diferido	28.b	55.483	126.323
Investimentos		108	108
Ativos de contrato	14	1.736.523	1.239.465
Imobilizado	12	85.949	98.410
Intangível	13	4.553.792	4.667.426
		7.529.395	**7.269.197**
Total do ativo		**8.632.892**	**8.365.265**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Circulante			
Fornecedores	15	186.129	120.942
Empréstimos e financiamentos	16	60.774	99.920
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17.a	67.915	56.701
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.b	-	3.804
Salários e férias a pagar		61.083	54.162
Provisão para perdas em processos judiciais	18	137.678	126.889
Provisão para participação de empregados	31.e	40.781	38.841
Convênios a comprovar	19	11.571	11.178
Passivo financeiro a pagar PPP	20	21.366	8.905
Outras contas a pagar	21	48.056	57.070
		637.353	**578.412**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	398.957	454.552
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17.a	667.330	559.584
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.b	-	354.625
Provisão para perdas em processos judiciais	18	167.957	160.635
Passivo financeiro a pagar PPP	20	55.083	26.494
Reinvestimento SUDENE	29	7.288	3.777
Convênios a comprovar	19	84.721	88.829
Outras contas a pagar		1.202	-
		1.383.038	**1.648.496**
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	4.846.642	4.676.293
Reservas de capital	24.b	71.078	107.057
Reservas de lucros	24.c	1.456.485	1.112.878
Ações em tesouraria		(1.111)	(1.111)
Reserva de reavaliação	24.d	239.533	245.360
Lucros Acumulados		-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	24.e	(126)	(2.121)
		6.612.501	**6.138.357**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.632.892**	**8.365.265**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional		3.226.354	3.147.719
Receita de construção	25	857.377	544.921
Receita operacional líquida	25	**4.083.731**	**3.692.640**
Serviços prestados	26	(2.358.274)	(2.112.135)
Custo de construção	26	(857.377)	(544.921)
Custo dos serviços prestados	26	**(3.215.651)**	**(2.657.056)**
Lucro bruto		**868.080**	**1.035.584**
Despesas gerais e administrativas	26	(474.992)	(424.834)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	26	59.811	(19.371)
Despesas comerciais	26	(229.009)	(265.326)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(13.166)	(71.081)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		210.724	254.972
Receitas financeiras	28	117.851	87.290
Despesas financeiras	28	(105.212)	(82.936)
Receitas financeiras, líquidas	28	12.639	4.354
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		223.363	259.326
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	29	259.450	(180.712)
(-) Incentivo Fiscal Sudene	29	72.230	93.986
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	(168.776)	70.328
		162.904	**(16.398)**
Lucro líquido do exercício		386.267	242.928
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)		0,56477	0,35554

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

embasa | GOVERNO DO ESTADO | SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		388.267	242.928
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado	24.e	1.995	2.861
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		**388.262**	**245.789**
Resultado abrangente total		**388.262**	**245.789**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	**4.475.150**	**3.978.648**
Água, esgoto e serviços	3.557.962	3.468.704
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	59.811	(34.977)
Outras receitas	857.377	544.921
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.538.924)**	**(2.143.031)**
Materiais consumidos	(200.119)	(177.304)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(2.142.029)	(1.708.372)
Perda/recuperação de valores ativos	(196.776)	(257.355)
Valor adicionado bruto	**1.936.226**	**1.835.617**
Depreciação e amortização	(475.309)	(431.080)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.460.917**	**1.404.537**
Valor adicionado recebido em transferência	**118.656**	**87.714**
Receitas financeiras	118.019	87.289
Aluguéis	637	425
Valor adicionado total a distribuir	**1.579.573**	**1.492.251**
Distribuição do valor adicionado	**1.579.573**	**1.492.251**
Pessoal	**744.590**	**655.994**
Remuneração direta	428.388	388.928
Benefícios	259.474	225.630
FGTS	56.728	41.436
Impostos, taxas e contribuições	**312.965**	**481.353**
Federais	306.729	450.515
Estaduais	3.911	29.180
Municipais	2.325	1.678
Remuneração de capitais de terceiros	**135.751**	**111.976**
Juros	105.212	82.936
Aluguéis	30.539	29.040
Remuneração de capitais próprios	**386.267**	**242.928**
Lucro líquido do exercício	386.267	242.928

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**386.267**	**242.928**
Ajustes para:		
Amortização	464.595	418.799
Depreciação	10.714	12.281
Variações monetárias e cambiais e juros de ativos e passivos	7.521	11.166
Rendimento de aplicações financeiras	(2.101)	(2.182)
Resultado da baixa de ativo imobilizado	13.741	60.883
Provisão para perdas em processos judiciais, líquido	18.111	24.791
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes, líquido	(59.811)	19.371
Provisão para participação de empregados - PPR	42.719	44.236
Perdas em processos judiciais	75.894	27.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	(136.904)	(70.328)
Incentivo fiscal IRPJ	(72.230)	(93.986)
	748.616	**695.343**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	15.571	(15.117)
Estoques	(3.425)	(1.175)
Impostos a recuperar	(28.190)	(36.314)
Outras contas a receber	(3.796)	8.491
Depósitos judiciais	24.479	(116.407)
Despesas Antecipadas	(1.116)	(68.174)
Fornecedores	891	(25.156)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	114.369	259.448
Precatórios a pagar	1.643	-
Salários e férias a pagar	6.921	(8.674)
Provisão para contingências	-	(126.889)
Passivo financeiro a pagar - PPP	(26.382)	(35.729)
Participação de empregados	(40.779)	(43.033)
Convênios a comprovar	680	753
Outras contas a pagar	(29.215)	133.350
Caixa gerado nas atividades operacionais	**780.264**	**612.717**
Juros pagos	(39.573)	(29.121)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**740.691**	**583.596**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos vinculados e aplicações financeiras	(47.680)	84.702
Adições ao ativo imobilizado	(15.013)	(21.181)
Venda de ativo imobilizado	-	-
Adições ao ativo de contrato	(786.095)	(483.459)
Adições ao ativo intangível	(46.929)	(61.461)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(896.617)**	**(481.399)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.112	7.367
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(62.500)	(60.787)
Recursos/subvenções para obras	65.686	34.966
Acionistas - Auxílio para obras recebido	-	2.373
Dividendos pagos aos minoritários	(27)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) / atividades de financiamento	**6.271**	**(16.081)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(149.655)	86.116
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	360.956	274.840
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**211.301**	**360.956**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(EM MILHARES DE REAIS)

			Reservas de capital		Reservas de lucro								
	Nota Explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Auxílio para obras	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva especial para dividendos obrigatórios	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2019		**4.548.243**	**74.467**	**22.246**	**370.945**	**44.026**	**466.185**	**-**	**(1.111)**	**313.844**	**740**	**-**	**5.839.585**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	242.928	242.928
Outros resultado abrangentes:													
Perdas atuariais com plano de pensão	24.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.861)	-	(2.861)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.861)	242.928	240.067
Contribuição e distribuições para os acionistas													
Aumento de capital com:													
Adiantamento para futuro aumento de capital	24b.2	58.503	(58.503)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	24	69.547	-	-	(69.547)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização com reserva de dividendos	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidos (transferência para convênios)		-	-	(7.638)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.638)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24b.2	-	74.112	2.373	-	-	-	-	-	-	-	-	76.485
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	90.209	-	-	-	-	-	-	(90.209)	-
Incentivo Reinvestimento Sudene transferido para PNC					6.028							(3.777)	2.251
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos		-	-	-		-	-	-	-	(68.484)	-	68.484	-
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	10.872	-	-	-	-	-	(10.872)	-
Constituição de reserva para investimentos		-	-	-	-	-	194.161	-	-	-	-	(194.161)	-
Dividendos propostos aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.292)	(12.292)
Constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios	24.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**4.676.293**	**90.076**	**16.981**	**397.635**	**54.898**	**660.346**	**-**	**(1.111)**	**245.360**	**(2.121)**	**-**	**6.128.357**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	386.267	386.267
Outros resultado abrangentes:													
Perdas atuariais com plano de pensão	24.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.995		1.995
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.995	386.267	388.262
Contribuição e distribuições para os acionistas													
Aumento de capital com:													
Adiantamento para futuro aumento de capital	24b.2	74.112	(74.112)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	24	96.237	-	-	(96.237)	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidos (ajustes convênios)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24b.2	-	38.133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.133
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	68.717	-	-	-	-	-	-	(68.717)	-
Incentivo Reinvestimento Sudene movimentação PNC					-							(3.513)	(3.513)
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.827) -	-	79.293	73.466
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	23.278	-	-	-	-	-	(23.278)	-
Constituição de reserva para investimentos		-	-	-	-	-	347.848	-	-	-	-	(347.848)	-
Dividendos Estatutário propostos aos acionistas	24.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.204)	(22.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.846.642**	**54.097**	**16.981**	**370.115**	**78.176**	**1.008.194**	**-**	**(1.111)**	**239.533**	**(126)**	**-**	**6.612.501**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA (ou "Companhia"), sociedade de economia mista com sede em Salvador, Bahia, constituída pela Lei Estadual nº 2.929/71, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS, empresa Estatal não dependente, tem como objeto social, por outorga do Estado e delegação dos seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativos a novas instalações, ampliação de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário no Estado da Bahia. A Companhia opera os sistemas de abastecimento de água em 366 municípios, e está em fase inicial (pré-operacional) de mais um sistema municipal de água, totalizando sua presença em 367 municípios. Opera os sistemas de esgotamento sanitário em 112 municípios.

Em 31.12.2021 a Embasa tinha 304 contratos regulares em vigor e no ciclo de 2021, por força do novo marco legal do saneamento, a EMBASA passou por um amplo processo de avaliação econômico-financeira para comprovar sua capacidade de atender as metas de universalização previstos nos seus contratos. O processo de certificação foi realizado pela firma de auditoria Ernest Young (EY) e seguiu metodologia definida por meio do Decreto federal nº 10.710, de 31 de maio de 2021 que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445/2007. Após o escrutínio da Agência Reguladora (AGERSA), teve seu requerimento devidamente aprovado em março de 2022. Assim demonstrou que atende aos índices referenciais mínimos, que o valor presente líquido do fluxo de caixa global dos contratos regulares é superior a zero e que o plano de captação de recursos da Companhia está compatível com seus estudos de viabilidade, conforme disposto no referido decreto.

Município	Status	% Receita Bruta 2021
Feira de Santana	Vigente	5,54%
Camacari	Vigente	3,97%
Vitoria da Conquista	Vigente	3,75%
Candeias	Vigente	2,93%
Lauro de Freitas	Vigente	2,22%
Barreiras	Vigente	1,95%
Ilheus	Vigente	1,82%
Jequie	Vigente	1,76%
Porto Seguro	Vencido	1,31%
Luis Eduardo Magalhaes	Vigente	1,11%
Teixeira de Freitas	Vigente	1,10%
Guanambi	Vigente	1,09%
Simoes Filho	Vencido	1,08%
Paulo Afonso	Vigente	1,01%
A vencer 1 - 15 Anos		6,66%
A vencer 16 - 30 anos		22,91%
Vencidas		5,13%
Subtotal		65,34%
Salvador (a)		34,66%
Total		100,00%

(a) Prestação de serviços com fundamento no Termo de Acordo firmado entre Município de Salvador e Governo do Estado da Bahia, de 26/05/1925, que teve como finalidade transferir ao Estado a execução, regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto do Município da capital baiana, ratificado em 05/06/1929 por outro Termo de Acordo que conferia mandato pleno ou autorização para contratar, executar ou fazer executar quaisquer obras relativas aos serviços de água e esgoto, por prazo indeterminado. Instrumento válido à luz das regras jurídicas então vigente, que foi recepcionado pela ordem jurídica atual como delegação direta. Essa relação jurídica foi ainda confirmado através diversos atos, a exemplo de: 27/12/2006 – Contratação de PPP, para operar no Município de Salvador; 15/05/2008 – Subscrição de TC junto ao Ministério das Cidades: 22/12/2009 – Celebração do Convênio de Cooperação Interfederativa onde autoriza, entre outras providências, a gestão associada de serviços: 31/05/2011 - Lei Municipal nº 7.981/2011, que aprova o Plano Municipal De Saneamento Básico, autoriza celebração de contrato de programa, institui o FMSB, entre outras providências. 01/06/2011 - Publicação do plano municipal de saneamento básico, compreendendo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos de Lei municipal nº 7.981/2011;

Impactos da pandemia da COVID-19 no equilíbrio econômico-financeiro da Embasa a curto e médio prazo

Em 2021, com a continuidade das medidas restritivas adotadas pelos governos federal, estadual e municipal em decorrência da pandemia COVID-19, a Embasa, cujos serviços são essenciais à saúde da população baiana, praticou ações com o intuito de minimizar os impactos sociais na economia e na saúde pública do estado.

Através da Lei Estadual nº 14.309 de 24 de março de 2021, o Governo do Estado, em parceria com a Embasa, isentou o pagamento de 3 (três) contas entre abril e julho de 2021 dos clientes beneficiários da Tarifa Social, com consumo de até 25m³, repetindo a concessão realizada também em 2020. Foram 230.387 clientes beneficiados, totalizando R$ 18.886 milhões em isenções. No município de Salvador, foram 22.269 clientes, com uma isenção total de R$ 2.422 milhões em contas. A isenção desses valores foram compensados com Dividendos a que o Estado teria direito.

Diante da situação econômica e a importância da água ao enfrentamento da pandemia foi disponibilizada a Campanha de Recuperação de Créditos e Manutenção da Adimplência, que teve início em setembro de 2020, com previsão de término em dezembro de 2020. Todavia, diante da grande adesão e das excelentes resultados, foi prorrogada até 29 de janeiro de 2021, conseguindo, assim, contemplar 89 mil usuários, que negociaram, aproximadamente, R$ 95 milhões em débito, sendo mais de R$ 19 milhões pagos como entrada e R$ 54 milhões em benefícios.

Em processo de contratualização com os municípios, a Embasa iniciou, em 2021, a Campanha de Negociação para Órgãos Públicos, oferecendo facilidades como a isenção de juros, multa e redução da taxa de parcelamento. Até dezembro de 2021 foram negociados mais R$ 86,25 milhões. Cabe destacar que 28 municípios aderiram a campanha, totalizando R$21,35 milhões negociados, sendo R$ 1,54 milhões já recebidos como entrada. Além disso, foi possível viabilizar a negociação dos débitos da Secretaria Estadual de Saúde - SESAB, cuja dívida era de R$ 64,9 milhões.

Em fevereiro de 2021, foi iniciada a implantação do projeto Centralização da Cobrança nos escritórios pilotos. A iniciativa utiliza Inteligência Artificial para segmentar os usuários por risco de inadimplência, de acordo com o comportamento histórico de pagamento, direcionando ações mais assertivas por perfil de cliente. Essas ações são fundamentais para que a empresa aperfeiçoe o seu processo de cobrança, reduza os seus custos e melhore a eficiência empresarial. O projeto está em fase de expansão com 36 Escritórios Locais centralizados. A perspectiva é de que toda a cobrança da Embasa esteja centralizada até janeiro de 2023.

Mais de 4,3 milhões de SMS foram enviados aos usuários da Embasa neste ano, com alerta de contas em atraso, evitando a suspensão do abastecimento e garantindo a continuidade dos serviços. Essa ação resultou num total arrecadado superior a R$ 97 milhões, com média de retorno de R$ 375 para cada R$ 1 gasto na ferramenta.

O pagamento de contas com Cartão de Crédito, disponibilizado em Junho de 2020, teve ainda mais destaque em 2021, com a adesão de mais de 42 mil usuários. Até 31/12/2021, 77.659 contas foram pagas nesta modalidade, representando um montante superior a R$ 9,72 milhões.

Direcionado para a população de regiões do estado, comprovadamente, com menor renda, de acordo com os dados do IBGE, a Negociação Flexível promove uma significativa redução do valor do débito, sendo o valor da entrada e as parcelas definidas de acordo com a capacidade de pagamento das famílias, permitindo, assim, a manutenção do serviço de água e esgoto e o pagamento dos débitos. Em 2021, foram realizadas 5.104 negociações flexíveis, totalizando R$13,2 milhões em débito.

No dia 15 de julho de 2021 a Embasa iniciou o atendimento através do WhatsApp Business API Embasa, através do número (71) 99717-0999. Com essa nova ferramenta de atendimento, o usuário ganha ainda mais comodidade, agilidade e autonomia para solicitar informações e serviços. Desde que foi colocada à disposição, essa ferramenta registrou mais de 370 mil atendimentos. Ao final do atendimento, é aplicada pesquisa para medir o nível de satisfação do usuário na própria ferramenta. O resultado apurado indicou que 88,22% dos clientes estão satisfeitos. Os serviços disponíveis são: consultar débitos, emitir segunda via de conta, solicitar o código de barras, pagar com cartão de crédito, comunicar vazamento de água e de esgoto, informar falta de água e pedir revisão de conta. O usuário consegue, também, consultar o andamento das solicitações feitas anteriormente no aplicativo ou nos outros canais de atendimento.

A central de atendimento telefônico foi consagrada como a principal alternativa dos clientes para obter informações e solicitar serviços da Embasa, inclusive realização de negociações de débitos – serviço antes exclusivamente presencial e que foi adequado para o atendimento telefônico. Em 2021, o canal registrou cerca de 1.737.101 Solicitações de Serviços, tendo o Indicador Satisfação do Cliente Usuário - Atendimento Telefônico superado a meta de 84,00%, alcançando 90,31%.

A partir de outubro de 2021, foi disponibilizada, no teleatendimento, a Unidade de Resposta Automática (URA). Essa nova funcionalidade é um atendimento eletrônico via robô que, além de reduzir o Tempo Médio de Atendimento (TMA), aumenta a capacidade de recepção das chamadas, com redução das filas, tornando o teleatendimento mais rápido. Em apenas 03 meses, a ferramenta registrou aproximadamente 6 mil atendimentos. Através da URA o usuário pode: comunicar vazamento de água e esgoto, registrar uma denúncia, comunicar falta de água e consultar o andamento de Solicitação de Serviço anteriormente registrada. No momento do atendimento, o cliente será informado de possíveis débitos da matrícula e poderá solicitar a 2ª via da conta ou o código de barras para efetuar o pagamento. Tudo isso de forma automática, sem precisar falar com o atendente.

Houve também um significativo investimento no desenvolvimento da Agência Virtual (AV), que pode ser acessada através do site da companhia ou aplicativo, sendo ampliada a quantidade de serviços disponibilizados nessa plataforma de atendimento, bem como a integração ao SCI de alguns serviços. Em razão disso, foram registrados 507.993 atendimentos, 43% maior que o volume de 2020. Através da Agência os usuários passam realizar, automaticamente, consulta de débito, simulação e realização de parcelamentos, dentre outros serviços. Também é possível, para os clientes que residem no interior do estado, agendar o atendimento presencial nas lojas e postos de atendimento.

Assim, a Embasa segue prestando os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado da Bahia, buscando a excelência no relacionamento com seus clientes, mostrando-se sensível às adversidades impostas pelo cenário de Pandemia e atuando com o objetivo de minimizar os impactos dessa situação na qualidade de vida da população, sem perder de vista a manutenção da solidez econômico-financeira da Companhia.

Considerando-se que tais medidas, alinhadas à potencial redução de renda da população, apontavam para impactos significativos nas projeções de geração de receita, diversas ações de relacionamento com o usuário e redução de despesas foram adotadas, tais como:

- Canais de atendimento e relacionamento foram integrados, além de otimizações na agência virtual e aplicativo da EMBASA;
- Implantação do cartão de crédito como modalidade de recebimento das faturas de água/ esgoto dos clientes da Embasa;
- Adequação de processos e ações visando a redução de despesas e custos, sempre preservando a continuidade dos processos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Suspensão do depósito judicial de IRPJ com base na decisão da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF1, em 16 de dezembro de 2019 e conforme deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, iniciado em 2020 e que continuou em 2021;

Assim, entendemos que, não obstante as adversidades que o cenário atual impõe à Embasa, as medidas ora expostas estão mantendo a solidez econômico-financeira da Companhia garantindo a liquidez frente às suas obrigações.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC , em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidos pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB).

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Diretoria Executiva tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Diretoria Executiva não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 13 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria Executiva na sua gestão.

3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos
A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas
As informações sobre incertezas relacionadas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - Reconhecimento e mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- **Nota explicativa 13** Intangível (expectativa de vida útil remanescente e valor recuperável dos ativos atrelados à concessão);
- **Nota explicativa 18** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiras e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.
- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A administração não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

5 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por aplicações financeiras que são reconhecidas pelo valor justo através do resultado.

6 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente com aquelas apresentadas no exercício anterior, exceto quando indicado de outra forma.

Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias, arrecadação, depósitos vinculados à obras e por aplicações financeiras de liquidez imediata com expectativa de utilização por parte da Companhia no decurso de seis meses e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Contas a receber de cliente
São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registrados como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receitas financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados, corrigidos no momento da negociação considerando todo período de recebimento das parcelas. A taxa de juros aplicada é de 0,55% a.m conforme 002/2017 da Agersa. Esses valores são segregados em circulante e não circulante conforme o vencimento das parcelas e são apresentados descontados a valor presente contra juros a incorrer, sendo utilizada a mesma taxa de 0,55% a.m.

Estoques
São demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio ponderado de aquisição classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado pelo custo histórico, que não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidas de provisões para perdas, quando aplicável.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Outras contas a receber
São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) Custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos Subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Construções	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	4 a 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras (receitas) despesas operacionais líquidas, na demonstração do resultado.

Intangível

(i)Reconhecimento e mensuração
Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão.

Doações em bens recebidos de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, pois os mesmos são controlados pelo poder concedente.

(ii)Contratos de concessão de serviços
O direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecido como ativo intangível, em linha com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os bens afetos aos contratos de concessão com o poder concedente são registrados no ativo intangível, os quais representam o valor residual da receita de construção, condição para operacionalização desses contratos e possibilitando a cobrança das tarifas pela utilização dos serviços ao público.

Para os estoques aplicados no processo de construção de ativos, o custo de aplicação desses itens é reconhecido como "Contratos de construção" (Ativo de contrato) do período (mês) em que a respectiva baixa é reconhecida.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, nos casos em que há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o cenário de continuidade da prestação de serviços, durante a negociação de renovações.

(iii)Licença de software
São registradas com base nos custos incorridos para sua aquisição e colocação em condições de utilização e são amortizados linearmente pelo prazo da vida útil estimada de utilização.

(iv)Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v)Amortização
Itens do ativo intangível são amortizados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são amortizados.

Itens do ativo intangível são amortizados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Construções	16 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 10 anos
Veículos	1 a 4 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras (receitas) despesas operacionais líquidas, na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)
As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto individualmente quanto coletivamente. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por grupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Sendo assim, as faixas de inadimplência estão segregados em clientes particulares e públicos. Para os clientes particulares foi feito um estudo no qual identifica grupos de clientes caracterizados por situações (problemas) que tornam os débitos desses clientes de difícil recuperação e os demais clientes, que não se enquadram nesses grupos, foram analisados e estratificados por faixas de débitos, por período, para as quais foram atribuídos os respectivos percentuais de perdas relativas a esses débitos.

Ao avaliar a perda de crédito esperada de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais, são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução no valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistas anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Arrendamentos
O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, estabelecendo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (inferior a US$ 5 mil).

Os arrendamentos de curto prazo ou baixo valor estão apresentados na NE 26.

Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP, convênios a comprovar e outras contas a pagar.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(ii) Desreconhecimento
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Fornecedores
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Salários e Encargos sociais
Os salários, incluindo férias a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes
Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Em 28/08/2021 foi emitida a Certidão de trânsito em julgado relativa ao processo nº 0035161-46.2013.4.01.3300, referente ao reconhecimento de Imunidade recíproca para o imposto de renda, conforme previsto no artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal, consequentemente a apuração do IRPJ e o reconhecimento do IR diferido só foram realizados até a competência de julho/2021. E os saldos provisionados até julho/2021 foram baixados contra o resultado do período.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Com o advento do trânsito em julgado da ação relativa ao reconhecimento de Imunidade recíproca para o IRPJ, conforme previsto no artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal, a despesa de imposto de renda corrente foi reconhecida até a competência de julho/2021. E os saldos provisionados até julho/2021 foram baixados contra o resultado do período.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidos, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Com o advento do trânsito em julgado da ação relativa ao reconhecimento de Imunidade recíproca para o IRPJ, conforme previsto no artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal, a despesa/receita de imposto de renda diferido foi reconhecida até a competência de julho/2021. E os saldos provisionados até julho/2021 foram baixados contra o resultado do período.

(iii) Incentivo Fiscal Sudene redução de 75% do Imposto de Renda Devido
A Companhia goza de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda devido, inclusive seu adicional, concedido pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste através do Laudo Constitutivo nº 0008/2015 pelo prazo de 10 anos. Para a obtenção desse incentivo previsto na legislação tributária, a Embasa apresentou um projeto de Modernização Total do seu parque operacional. O incentivo consiste em investir todo o recurso que deixou de ser pago a título de imposto de renda em modernização dos equipamentos operacionais, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

O valor do incentivo é reconhecido no resultado do exercício como receita de subvenção de investimento e deve ser constituída a Reserva de Lucro de Incentivos Fiscais no encerramento do exercício, devendo ser capitalizada na realização da primeira assembleia geral de acionistas que aprove as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Para o ano de 2021 o incentivo foi reconhecido até a competência de julho/2021, devido ao reconhecimento do direito a imunidade recíproca para o imposto de renda, conforme trânsito em julgado do processo nº 0035161-46.2013.4.01.3300.

(iv) Incentivo Fiscal Sudene redução por reinvestimento do Imposto de Renda Devido
A partir do ano de 2016 a Companhia passou a optar por reinvestir 30% do valor remanescente do imposto de renda devido após a dedução do incentivo de redução de 75%. Esse incentivo é facultado as empresas que tem projetos de modernização ou complementação de equipamentos aprovados pela Sudene. Para tanto a Embasa deposita em conta específica do BNB Banco do Nordeste o valor do incentivo acrescido de uma parcela de 50% de capital próprio (contrapartida). Esses recursos são liberados pelo BNB para que a Companhia invista no seu parque operacional, após a aprovação do pleito pela Sudene.

Os valores de reinvestimento são reconhecidos no resultado e só devem ser capitalizados após liberação dos recursos aplicados através de parecer da Sudene aprovando o projeto de investimento apresentado pela Companhia para aplicação desses recursos em máquinas e equipamentos operacionais.

Para o ano de 2021 o incentivo foi reconhecido até a competência de julho/2021, devido ao reconhecimento do direito à imunidade recíproca para o imposto de renda, conforme trânsito em julgado do processo nº 0035161-46.2013.4.01.3300.

Capital social

(i) Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais
Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia.

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)
Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iv) Distribuição de Dividendos
A distribuição de dividendos da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, tendo por base o estatuto social da Companhia e a legislação societária brasileira, exceto quando fica evidenciado a ausência de recursos disponíveis à época para a sua distribuição aprovada pelo Conselho Fiscal, onde no lugar de sua distribuição é constituída reserva especial para este fim no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos ficam ali retidos até que a Companhia restabeleça condição para que estes sejam distribuídos aos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária.

Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(i) Provisão para perdas em processos judiciais
Quando aplicável, são registrados e atualizados até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas em processos judiciais estão descritas na nota explicativa nº 18.

Receita operacional

(ii) Prestação de serviços de saneamento e esgotamento sanitário
A receita relativa a prestação de serviço de água e esgoto é faturada mensalmente para todos os usuários de acordo com o calendário de leitura de medição, que representa o seu consumo ou prestação do serviço. As receitas de água e esgoto são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e são apresentadas líquidas de imposto, taxas, abatimentos e descontos.

A receita não faturada, que representa receita incorrida, cujo serviço foi prestado, porém ainda não faturado até o final de cada período, corresponde ao valor estimado de consumo entre a data da leitura e o término do mês em que o serviço foi prestado.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a qual determina um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. Assim, a Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

(iii) Receita de Construção
A receita de construção é reconhecida com uma margem em relação aos custos de construção, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com cliente), ou seja, a medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos.

Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem rendimentos, juros, variações cambiais, atualizações monetárias, resultado de aplicações financeiras, depósitos judiciais, acordos e parcelamentos com clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações cambiais, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Transações em moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo
Obrigações de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal, conforme o serviço correspondente prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Obrigações de aposentadoria
Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão com a FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da Embasa, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

• **Plano de Benefício Definido:** Plano que complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à previdência oficial.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registradas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

• **Plano de Contribuição Definida:** Tem como característica a paridade nas contribuições entre patrocinadora e empregados. Teve parte de sua cobertura lastreada em contrato firmado entre a Companhia e a FABASA estando o mesmo integralmente quitado, essas contribuições são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

(iii) Participação de empregados no resultado
A apuração do Programa de Participação nos Resultados (PPR) é realizada com base em um conjunto de indicadores a partir de 4 dimensões:

1. Dimensão empresarial contendo 3 indicadores: Margem Ebitda (MEbtida), Acréscimo de ligações de água (ALA) e Acréscimo de Ligação de Esgoto (ALE);

2. Dimensão Operacional contendo 5 indicadores: Arrecadação (ARR), Cumprimento do Orçamento de Custeio (COC), Índice de Água Não Faturada (ANF), Índice de Conformidade da Água (IQA) e Satisfação dos Clientes Usuários (SCU);

3. Dimensão financeira contendo 1 indicador: Resultado Operacional de Caixa Ajustado (ROCA);

4. Dimensão Individual contendo 1 indicador: Fator de Frequência (1 - Índice de Absenteísmo).

Quanto à dimensão financeira, que condiciona o pagamento à disponibilidade de Caixa, tem-se que o valor destinado ao PPR será o equivalente a um percentual do Resultado Operacional de Caixa Ajustado - ROCA, do ano base de 2021, definido como o caixa líquido oriundo das atividades operacionais, conforme demonstrativo do Fluxo de Caixa - Método Indireto, da Companhia, auditado e publicado, com os seguintes ajustes:
1. Acréscimo do valor da PPR pago em 2021; e
2. Subtração do valor dos pagamentos dos empréstimos e financiamentos, no ano base de 2022, exceto aqueles vinculados ao pagamento das amortizações de empréstimos para capital de giro.

Os valores intermediários serão obtidos por interpolação linear.

Apresentação de informações por segmento
Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautados, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto para todos os municípios no Estado da Bahia com os quais a

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

Companhia mantém contrato. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Essa informação por segmento poderá ser alterada em função da regionalização dos contratos conforme discutido na nota explicativa 35.

Demonstração do valor adicionado
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período e foi elaborada de forma voluntária as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas, construção de ativos e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais e de construção, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros); pelas retenções (depreciação e amortização); e a riqueza recebida em transferência, representada pelas receitas financeiras e aluguéis. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

6.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem consideradas para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

6.2 Reclassificação das demonstrações contábeis de 2020

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados	Reclassificações	Saldos reclassificados
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas	70.602	(70.602)	-
Outras contas a receber	-	70.602	70.602
Passivo circulante			
Provisão para perdas em processos judiciais	-	126.889	126.889
Outras contas a pagar	183.959	(126.889)	57.070

7 GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco de contratos de Concessão/programa

Risco de crédito
Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente, além de sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada que corresponde a um grande número de clientes, isto minimiza o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota a prática de constituição de provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para estimar a provisão para clientes públicos, a Companhia apurou os percentuais de evasão das receitas de cada responsável, para os clientes particulares houve a extração por problemas (ações judiciais, fixo de esgoto, terreno, imóveis em ruína e abandonado, entre outras) bem como por situação de atraso que não se enquadram nos problemas citados, neste último caso foram analisados os percentuais de evasão. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de mercado
É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como: taxas de juros, descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as prefeituras municipais possam ensejar em perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA.

Revisões tarifárias
Em 2017 a Embasa elaborou estudo para identificar a necessidade de correção de distorções existentes que impactavam de forma recorrente o equilíbrio econômico-financeiro da EMBASA. E conforme determina a Lei Federal n. 11.445/2007 e a Resolução AGERSA n.º 002/2013, foi solicitada à Agência Reguladora Estadual revisão extraordinária de tarifas respaldada no respectivo estudo, que contemplou uma análise criteriosa quanto à cobrança do consumo mínimo, a progressividade tarifária e a focalização dos subsídios cruzados envolvidos.Nesse contexto, foram identificadas as seguintes ameaças ao equilíbrio econômico-financeiro da Companhia:
i) À inadequada estrutura da tabela tarifária ao cenário atual, dadas as alterações nos padrões de vida das famílias e dos avanços tecnológicos recorrentes;
ii) A redução significativa do consumo médio por economia residencial, sendo que este vem se concentrando na faixa de consumo mínimo (10 m³), impactando diretamente o subsídio cruzado que se apoia no consumo excedente;
iii) A baixa sensibilidade dos reajustes tarifários nas receitas da EMBASA, uma vez que a movimentação do consumo médio residencial para baixo acaba se refletindo negativamente no caixa da Companhia.
O objetivo deste ajuste tarifário – iniciado em 2017 - teve como foco garantir a continuidade dos investimentos já previstos para atender à excepcionalidade da situação de grave seca e escassez de recursos hídricos no Estado. Também foi autorizada a Reestruturação da Tabela Tarifária da Embasa, aprovando a proposta de: redução do volume mínimo de consumo de 10 m³ para 6 m³, criação de uma nova faixa de consumo excedente de 7-10 m³ para todas as subcategorias, manutenção de subsídio para a Tarifa Social e ampliação dos critérios de seu enquadramento.
Dessa forma, após análise e diálogo a AGERSA, por meio da resolução nº 001/2017, de 28 de abril de 2017, homologou a revisão tarifária extraordinária da Embasa, autorizando um incremento tarifário de 12,76% a ser concedido em quatro parcelas. A primeira parcela no valor de 2,89% em 2017 e três parcelas de 3,29% nos anos 2018,2019 e 2020.
As parcelas distribuídas de forma escalonada foram de fato concedidas da seguinte forma:
Ano 2017 - IRT/ 2017 + 2,89%, que representou 5,91% de IRT +2,89%, totalizando 8,80% de reajuste para 2017;
Ano de 2018 - IRT/2018 +3,29%; o IRT foi de 4,09% e a parcela real de 3,29% não foi autorizada pela AGERSA, totalizando um reajuste de 4,09% para 2018;
Ano de 2019 - IRT/2019 +3,29%; o IRT foi de 4,70% e a parcela real de 3,29% mais uma vez não foi autorizada pela AGERSA, totalizando um reajuste de 4,70% para 2019;
Ano de 2020 – em razão da crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus as tratativas sobre o reajuste de tarifas da EMBASA foram suspensas pela AGERSA, através da Resolução 001/2020.
Em 2021, a pandemia também afetou o reajuste tarifário da Embasa. Isto porque o processo foi instaurado pela AGERSA em março de 2021, e apesar do envio de todas as informações solicitadas, o reajuste não foi concedido na data base de junho.
Diante dessa situação, e uma vez que o processo de reajuste tarifário do ano anterior (2020) havia sido suspenso, a Embasa decidiu por pleitear junto à agência os reajustes dos dois anos, 2020 e 2021, para que o equilíbrio financeiro da prestação dos serviços e a saúde financeira da empresa não fossem prejudicados. A Agersa analisou os apontamentos da empresa e autorizou em outubro de 2021 (Resolução Agersa nº 001/2021) aumento de 9,15% nas tarifas da companhia, exceto para a subcategoria residencial social, que não sofreu reajuste. A tabela tarifária reajustada passou a vigorar a partir de novembro de 2021.
De modo geral, os avanços nas etapas do processo da primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) da companhia não se concretizaram em 2021, devido ao foco dos agentes estar centrado na comprovação da capacidade econômico-financeira da Embasa, conforme exigido pelo Decreto 10.710/2021.
Sendo assim, espera-se que as fases do processo da revisão sejam cumpridas, uma vez que a agência reguladora já estabeleceu as normativas necessárias de definição das metodologias a serem adotadas para a Base de Ativos Regulatórios (BAR) e para a Contabilidade Regulatória. Esta revisão é essencial para corrigir possíveis distorções de mercado, incluindo aqueles que ainda não foram concedidos, e estabelecer o nível tarifário ótimo, permitindo assim a estabilidade econômica e financeira de médio prazo da EMBASA, para que as metas de universalização, exigidas por lei, sejam atingidas.

Risco de taxas de juros
Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação acima do CDI em certificado de depósito bancário (CDB) e fundos renda fixa. Por outro lado, parte dos seus passivos possuem taxas de juros prefixadas na contratação, não sofrendo, portanto, oscilações decorrentes de mudanças de políticas públicas ou variações de mercado. Quando taxa pós fixada, a mesma é baseada na variação da TJLP mais spread bancário.

Análise de sensibilidade
Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou diversos cenários para as taxas de juros sobre as quais a Companhia está exposta. A administração considerou cenários com variação de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Indicadores	Exposição	Cenário I	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativo	**495.245**	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa				
SELIC	207.680	10,75%	8,06%	5,38%
Impacto	-	22.326	16.744	11.163
CDI	22.721	10,65%	7,99%	5,33%
Impacto	-	2.420	1.815	1.210
Recursos Vinculados e aplicações financeiras				
SELIC	252.200	10,75%	8,06%	5,38%
Impacto	-	27.112	20.334	13.556
POUPANÇA	12.644	1,62%	1,22%	0,81%
Impacto	-	205	154	103

Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável)	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Passivo	**458.038**	-	-	-
Empréstimos e financiamentos				
TR	358.634	0,00%	0,00%	0,00%
Impacto	-	-	-	-
IPCA	-	4,52%	5,65%	6,78%
Impacto	-	-	-	-
TJLP	99.404	6,08%	7,60%	9,12%
Impacto	-	6.044	7.555	9.066
CDI	-	10,65%	7,99%	5,33%
Impacto	-	-	-	-

Fonte dos Índices: CDI e IPCA (Relatório Focus – BACEN de 31 de Dezembro de 2021); TR, TJLP (Cotação em 31 de Dezembro de 2021); Poupança (Rendimentos nos últimos 12 meses em 31 de Dezembro de 2021).

Se o cenário possível vier a se confirmar, resultará num impacto positivo de R$ 26.471 no resultado da Companhia. Se o cenário remoto se confirmar, o impacto positivo esperado é de R$ 10.940 no resultado da Companhia. Os cenários utilizados para esta comparação foram obtidos do Relatório de Mercado - Focus, por meio do website do Banco Central do Brasil.

Risco de liquidez
Baseia-se nas dificuldades que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que têm vencimento de menos de 1 ano e das garantias concedidas aos empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na nota explicativa nº 16. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a 1 ano.

A tabela a seguir demonstra os fluxos financeiros de saída de caixa, considerando as projeções futuras de juros, encargos e liberações, quando aplicável:

	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Emprést.e Financiamentos Internos	107.342	120.681	129.675	126.093	585.907	1.069.698
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Empreiteiras e Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Outras Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-
Parceria Público Privada - PPP (i)	96.975	101.768	105.193	108.350	74.228	486.514

(i) Valor efetivamente pago à PPP, considerando 56 contraprestações mensais (incluindo o valor referente à operação do emissário submarino).

Estimativa do Valor Justo
A administração não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores pelo valor contábil, menos a perda, estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento das contas.

As aplicações financeiras estão valorizadas ao seu valor justo. A classificação na hierarquia destas aplicações financeiras é o nível 2, onde os inputs, são considerados observáveis, direto ou indiretamente.

7.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição Financeira Líquida	31/12/2021	31/12/2020
Total dos Empréstimos e financiamentos	459.731	554.472
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(211.301)	360.956
(-) Aplicações Financeiras (a)	(222.216)	167.479
(=) Dívida líquida	26.214	26.037
(+) Total do Patrimônio Líquido	6.657.088	6.138.357
(=) Total do Capital	6.683.302	6.164.394
Índice de Alavancagem Financeira	**0,39%**	**0,42%**

(a) Aplicações Financeiras de liquidez imediata conforme nota 9.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Disponibilidades (a)	3.621	4.492
Aplicações financeiras (b)	207.680	356.464
	211.301	**360.956**

(a) As disponibilidades estão compostas por caixa e contas correntes bancárias.
(b) Representada por aplicações financeiras, mantidas em bancos de primeira linha como Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil, com taxas de juros que acompanham direto ou indiretamente a variação da taxa de juros do CDI, numa média de 98% do índice, com liquidez diária, conforme a seguir demonstrada:

	2021	Taxa média (%) a.a.	2020	Taxa média (%) a.a
Fundos de investimento (i)	207.680	4,38	356.464	2,47
Certif. de depósito bancário - CDB	-	-	-	-
	207.680		**356.464**	

Saldo referente a Fundos de investimentos que possuem operações remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estas operações estão classificadas em equivalente de caixa pois atendem ao critério estabelecido no CPC 03 (R2), pois são aplicações com vencimentos inferiores a três meses, de alta liquidez e com insignificante risco de mudança de valor, sem carência ou penalidades nos resgates.

Em que pesem o reconhecimento da imunidade tributária e a inclusão da Embasa na sistemática de pagamentos judicial por precatório terem conferido uma saúde no caixa operacional disponível da empresa, observou-se, em 2021, um consumo de caixa que tem como relevante causa o aumento expressivo nos desembolsos com investimentos. Aliado a esse incremento, a alta inflação do ano fez com que os materiais e serviços para investimento, assim como os serviços de construção civil, sofressem dilatado aumento de valor, impactando negativamente a geração de caixa da empresa.

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota explicativa nº 7.

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações financeiras junto a fundos de investimentos não exclusivos atrelados à remuneração com base na variação do Certificado de depósito interbancário (CDI), investimentos em LTF, entre outros, no montante de R$ 222.216 (R$ 167.479 em 2020), com rendimento médio de 4,54% a.a (2,45% em 2020) que apesar de estarem disponíveis para utilização da Companhia, não devem ser alcançados até o fim do próximo exercício social, tendo em vista que os desembolsos com investimentos devem ser acobertados pela geração de caixa operacional mais a disponível existente.

10 RECURSOS VINCULADOS

	2021	2020
Bancos contas vinculadas (a)	21.877	9.851
Aplicações financeiras vinculadas (b)	65.350	82.332
	87.227	**92.183**

(a) Referem-se substancialmente a contas vinculadas às obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, compostas por valores oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, na forma de contratos de repasse destinados a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
(b) Representados, basicamente, por aplicações em Fundos de Investimentos não exclusivos e vinculados a projetos/convênios, emitidos pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil e Bradesco, com taxas de juros que acompanham direto ou indiretamente a variação da taxa de juros do CDI, com liquidez diária, conforme a seguir demonstrado, até 31 de dezembro de 2021 os rendimentos foram de R$ 2.101 (R$ 2.568 em 31 de dezembro de 2020):

Agente financeiro	Tipo de Aplicação	2021	Taxa média (%) a.a.	2020	Taxa média (%) a.a.
Bradesco	(i)	141	2,11	137	2,11
CEF	(i)	5.845	1,91	7.075	1,91
CEF	(ii)	200	1,99	1.118	1,99
Banco do Brasil	(i)	28.277	2,48	27.381	2,48
Banco do Brasil	(ii)	12.444	1,99	19.001	1,99
BNB	(i)	18.443	1,36	27.620	1,36
		65.350	-	**82.332**	-

(i) Fundo de investimento com carteira composta por, no mínimo 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido, isolada ou cumulativamente, em títulos de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil ou em títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, bem como mantém, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da carteira em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI.
(ii) Poupança.

As aplicações financeiras são recursos provenientes de liberações de empréstimos relacionados a financiamentos de obras para melhoria da infraestrutura de saneamento do Estado da Bahia, liberações de convênios, líquido dos pagamentos aos fornecedores no exercício. Com isso, os recursos provenientes do benefício da SUDENE ficam aplicados e aparecem no grupo de recursos vinculados.

A Companhia utiliza as aplicações financeiras para manutenção do valor do dinheiro no tempo ou então por obrigação contratual de alguns dos convênios celebrados com outras entidades de direito público ou privado. Dessa forma, os investimentos são em carteiras consideradas como de, no mínimo, baixo risco, de acordo com a classificação da ANBIMA.

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 7.

11 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021	2020
Valores faturados	520.535	492.018
Valores faturados Partes relacionadas	110.500	121.697
Parcelamentos / financiamentos (a)		
Clientes particulares	189.818	138.339
Entidades públicas	160.458	163.467
(-) AVP	(63.728)	(61.425)
Sub-total	917.583	852.096
Valores a faturar (b)	164.742	166.814
	1.082.325	1.018.910
(-)Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(459.367)	(519.263)
	622.958	**499.647**
Circulante	**489.532**	**392.401**
Não circulante	**133.426**	**107.246**

(a) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso .Os parcelamentos para clientes particulares são realizados a uma taxa de 0,55% ao mês e para públicos 0,375%.
(b) Saldo decorrente de produtos e serviços consumidos até 31 de dezembro de 2021 e ainda não faturados.

Existem títulos a receber da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Ver nota explicativa nº 16.

Os parcelamentos de entidades públicas correspondem a valores vencidos de contas de fornecimento de água aos municípios, os quais são formalizados por "instrumento particular de confissão de dívida", cujos créditos da Companhia são garantidos através do repasse de cotas participativas do ICMS, provenientes do tesouro estadual para os respectivos municípios. Esses valores são atualizados mensalmente a uma taxa de juros de 0,375%.

Valores faturados por idade de vencimento

	2021	2020
A vencer	331.131	225.001
Vencidos até 30 dias	102.474	35.169
Vencidos de 31 a 60 dias	50.255	62.974
Vencidos de 61 a 90 dias	32.895	42.258
Vencidos de 91 a 120 dias	20.593	34.802
Vencidos de 121 a 150 dias	25.866	33.100
Vencidos de 151 a 180 dias	24.430	28.792
Vencidos de 181 a 360 dias	17.798	24.511
Vencidos acima de 360 dias	303.142	365.469
	912.583	**852.096**

embasa | GOVERNO DO ESTADO | SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

A Companhia analisa o saldo de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com a composição de suas contas a receber, considera o risco da carteira de clientes e para clientes públicos o percentual de perda é obtido considerando a inadimplência do ano (faturamento do ano, recebido dentro do ano), para os clientes particulares, estes são agrupados por tipo de problema (processo jurídico, terreno, prédio em ruína, entre outros), os demais clientes foram agrupados em faixas de débito, foram apurados a eficiência da arrecadação destes, a diferença entre uma possível eficiência da arrecadação (100%) menos a eficiência apurada encontra o valor da evasão, processos autoria Embasa têm análise do setor jurídico e processos autoria de terceiros têm perda considerada em 100%, dessa forma procede-se ao registro de possíveis complementos para garantir que o saldo seja suficiente para cobrir os riscos de créditos na realização dos seus recebíveis.

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes durante os exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(519.263)	(499.938)
Constituição	(30.456)	(90.866)
Recuperação	90.267	71.496
Reversão para contas a receber	85	45
Saldo final	**(459.367)**	**(519.263)**

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 7.

12 IMOBILIZADO

Custo	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros (i)	Bens operacionais c/ concessão	Obras em andamento	Total
Saldo em 01/01/2020	**65.166**	**61.764**	**17.438**	**15.739**	**41.368**	**48.376**	**251.881**
Transferências (ii)	2.204	2.068	-	244	-	(11.481)	(6.045)
Adições	-	4.087	-	2.064	-	15.030	21.181
Baixas	-	(140)	(459)	(113)	(9)	(38.314)	(39.032)
Saldo em 31/12/2020	**67.390**	**70.699**	**16.972**	**17.934**	**41.359**	**13.611**	**222.965**
Transferências (ii)	6.954	10.309	-	26	(41.357)	(17.464)	(41.472)
Adições	-	3.095	4	642	-	12.172	15.913
Baixas (iii)	-	(469)	-	(103)	(2)	-	(574)
Saldo em 31/12/2021	**74.344**	**83.094**	**16.976**	**18.499**	**-**	**8.319**	**201.832**
Depreciação							
Saldo em 01/01/2020	**(19.585)**	**(49.996)**	**(16.867)**	**(12.387)**	**(21.261)**	**-**	**(110.096)**
Transferências (ii)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(2.813)	(4.240)	(123)	(2.034)	(3.143)	-	(12.353)
Baixas	-	124	456	106	8	-	694
Saldo em 31/12/2020	**(22.398)**	**(54.112)**	**(16.534)**	**(14.315)**	**(24.396)**	**-**	**(131.535)**
Transferências (ii)	-	-	-	-	25.968	-	25.968
Adições	(2.277)	(6.132)	(123)	(689)	(1.572)	-	(10.800)
Baixos	-	413	-	92	-	-	804
Saldo em 31/12/2021	**(24.675)**	**(59.839)**	**(16.657)**	**(14.712)**	**-**	**-**	**(115.883)**
Saldo líquido 31/12/2021	49.669	23.255	319	3.787	-	8.319	85.949
Saldo líquido 31/12/2020	44.992	16.587	438	3.819	16.963	13.611	96.410

(i) Bens Outros: Móveis e utensílios e bens de baixo de valor.
(ii) Transferências provenientes do ativo intangível em função da natureza dos investimentos.
(iii) No ano de 2020, a Companhia procedeu com a baixa de bens referente a períodos anteriores no montante de R$38 milhões, conforme nota explicativa nº 27.

Não existem bens do ativo imobilizado da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Companhia avaliou que não há indicativo de perda por impairment em seus ativos para os períodos de 2021 e 2020.

A aquisição de Setwares transita pelo Imobilizado, sendo transferidos para a conta de Ativo Intangível.

13 INTANGÍVEL

A Companhia opera em serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 366 municípios do Estado da Bahia. Os itens que compõem este grupo estão detalhados a seguir:

	Sistema de água/esgoto	E. S. J. - PPP	Bens administrativos	Total
Custo				
Saldo em 01/01/2020	**8.033.512**	**259.178**	**56.712**	**8.349.402**
Transferências/contas	667.910	-	4.695	672.605
Adições	61.150	-	311	61.461
Baixas	(489)	-	-	(489)
Subvenções investimentos - PAC	(99.410)	-	-	(99.410)
Saldo em 31/12/2020	**8.662.673**	**259.178**	**61.718**	**8.983.569**
Transferências/contas (i)	414.717	-	-	414.717
Adições	46.858	-	69	46.927
Baixas	(13.948)	-	-	(13.948)
Subvenções investimentos - PAC	(71.021)	-	-	(71.021)
Saldo em 31/12/2021	**9.039.279**	**259.178**	**61.787**	**9.360.244**
Amortização				
Saldo em 01/01/2020	**(3.760.477)**	**(88.985)**	**(48.371)**	**(3.897.833)**
Transferência contas	-	-	-	-
Adições	(402.567)	(10.367)	(5.865)	(418.799)
Baixas	489	-	-	489
Saldo em 31/12/2020	**(4.162.555)**	**(99.352)**	**(54.236)**	**(4.316.143)**
Transferência contas	(25.968)	-	-	(25.968)
Adições	(451.704)	(10.367)	(2.522)	(464.593)
Baixas	252	-	-	252
Saldo em 31/12/2021	**(4.639.975)**	**(109.719)**	**(56.758)**	**(4.806.452)**
Saldo líquido 31/12/2021	4.399.304	149.459	5.029	4.553.792
Saldo líquido 31/12/2020	4.500.118	159.826	7.482	4.667.426

(i) Valores recebidos em transferência de Ativo de Contrato (R$373.173) e Imobilizado (R$15.576).

Para os períodos de 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou triggers de impairment para os ativos intangíveis da Companhia.

Valor indenizável das concessões *versus* receita de construção
A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pela concessionária, acrescido de uma pequena margem de lucro. Considerando o inexpressivo valor das margens reconhecidas, ponderou o custo /benefício envolvido nesse reconhecimento - necessidade de controles sistêmicos por obras e por município (custo) e margem adicional (benefícios) e optou por considerar margem zero.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apurados conforme ICPC 01 (R1) e CPC 47, estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Receita de construção	857.377	544.921
Custo de construção	(857.377)	(544.921)
	-	-

14 ATIVOS DE CONTRATO

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registradas sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de contrato até a conclusão das obras. O direito a contraprestação será o de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

Ativos de Contrato	Valor
Saldo em 31/12/2019	**1.343.366**
Transferência/Contas	(715.735)
Adições	542.611
Baixas	(22.544)
Contingências	1.535
Subvenções p/investimentos	90.212
Saldo em 31/12/2020	**1.239.465**
Transferência/Contas Adições	(373.245)
Adições (i)	869.337
Baixas (ii)	-
Contingências	-
Subvenções p/investimentos - PAC/FUNCEP	966
Saldo em 31/12/2021	**1.736.523**

(i) O valor é composto por: R$786.097 (adições), R$67.723 (fornecedores em aberto), R$ 93 (amortização capitalizada) e R$15.424 (juros capitalizados).
(ii) As baixas indicadas foram indicadas pelas áreas responsáveis como projetos sem continuidade.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Os principais empreendimentos incorporados no ano foram: ampliação do abastecimento do R23 (2ª etapa), R$ 91 milhões, ampliação do SAA Machadinho Norte, R$ 47 milhões, implantação do sistema adutor Ponto Novo - Pedras Altas, R$ 39 milhões, ampliação do SAA Recôncavo, R$ 25 milhões, implantação SES Rio do Antônio (1ª etapa), R$ 14 milhões, ampliação do SAA Riacho de Santana, R$ 14 milhões e ampliação do SES Luís Eduardo Magalhães (3ª fase), R$ 9 milhões.

a) Capitalização de juros e demais encargos financeiros
Em 2021, a Companhia capitalizou juros e variação monetária nos ativos intangíveis de concessão no valor de R$ 15.424 a uma taxa média de 8,39% a.a. (em 2020 R$ 19.112 a uma taxa média de 8,36% a.a) durante o período de construção.

15 FORNECEDORES

	2021	2020
Hydrostec Tubos e Equipamentos Ltda	13.862	3.647
Tubonews Construção e Montagem Ltda	8.777	5.322
Mexichem Brasil Industria DE	6.072	-
Barcino Esteve Construtora Ltda	5.537	4.160
Sulbalona Empreendimentos Ltda - EP	5.245	3.358
RJ Construções e Terraplanagem Ltda	4.868	1.096
Camel Empreendimentos e Construções	4.751	2.718
UP Brasil - Policard Systems	4.305	4.242
Porto Fino Empreendimentos Manutenco	3.860	1.342
Conterval Industrial Ltda	3.591	-
ENOPS Engenharia S.A	3.370	2.532
Leão Engenharia Ltda	3.369	2.532
Consórcio Federação	3.218	2.924
SENIC Serviços de Engenharia Indust	3.067	2.880
Bauminas Quimicas N/NE Ltda	2.913	1.693
Consorcio Infracon Conora Eta Salvador	2.878	2.878
PQA Produtos Quimicos Aracruz	2.859	1.185
Consórcio Emprenge / TECTA	2.738	-
ACCELL Soluções para Energia	2.697	-
Ambiente Engenharia Ltda	2.503	1.941
Hidrodomi do Brasil Industria	2.287	1.365
Consórcio SAA Feira de Santana	2.103	-
Emprenge Construtora Ltda	2.088	-
Tigre Materiais e Soluções para Construção	1.970	1.889
Terral Construtora Ltda	1.936	-
Tecbridge Serviços de Infraestrutur	1.836	-
Caixa Econômica Federal	1.714	-
Palamica Serviços Básicos Ltda	1.696	-
Serv Electrin Serviços Eletricos	1.601	1.551
LM Transportes Interestaduais Servic	1.435	1.061
CCP Construções e Locações de Equip	1.415	2.228
Olimpia Empreendimentos EIRELI	1.386	1.807
Construtora Pablo Ltda	1.357	-
SAP Brasil Ltda	1.316	-
Fundação Escola de Sociologia	1.244	-
Allson Engenharia e Administração	1.200	-
Hydrosistem Engenharia Ltda	1.162	1.848
Spelta Acionamentos e Automação Ltda	1.151	-
Beck de Souza Engenharia Ltda	1.134	-
WD Engenharia Ltda	1.133	-
Construtora Franco Araujo Ltda	1.108	-
Asperbras Tubos e Conexões Ltda	1.080	-
IQ Construtora Ltda - EPP	1.053	-
Tecta Engenharia LTDA	1.032	-
Cooper Power Systems do Brasil Ltda	1.018	-
Gollotti Trucks Pe Comercio	1.005	-
AMM Tecnologia e Serviços de Inform	-	4.362
Consórcio Nova Bolandeira	-	3.003
Dow Brasil Indústria e Comércio	-	2.233
Pars Produtos de Processamento de D	-	2.191
Saint-Gobain Canalização Ltda	-	1.428
Metro Engenharia e Consultoria Ltda	-	1.377
CCM Construtora Centro Minas Ltda	-	1.366
Mecaltec Industria e Comercio Ltda	-	1.319
Higesa Engenharia Ambiental Ltda	-	1.314
Saga Medição Ltda	-	1.228
Codenis Informatica Ltda-EPP	-	1.208
SLA Propaganda Ltda	-	1.080
Outros (saldo "pulverizado" abaixo de R$ 1 milhão)	57.583	42.212
Encargos sobre Financiamento de faturas (*)	606	622
Total	**186.129**	**120.942**

(*) Refere-se ao valor de atualização monetária (0,5% a.m.) dos títulos vencidos de fornecedores que questionam o pagamento após os 8 (oito) dias que prevê a lei estadual para realizar o pagamento e/ ou estão com seus pagamentos em atraso.

Este grupo registra as obrigações com fornecedores de materiais e serviços contratados pela Companhia no curso normal dos negócios.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Termos da dívida
Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto são:

Instituição	Moeda	Garantias	Vencimento	Taxa de juros	2021	2020
GE -Governo do Estado Bahia (i)	Dólar	Fiança da República Federativa do Brasil	2021	3,31% a.a.	-	35.329
CEF (ii.a)	Reais	Penhor dos direitos emergentes da concessão	2034	8.5% a 8,7% a.a.	358.633	380.658
CEF (ii.b)	Reais	Caução de duplicatas	2023	3% a.a.	1.693	2.822
BNDES (iii)	Reais	Cessão fiduciária de parcela da receita tarifária mensal no valor equivalente a três vezes a maior prestação mensal (3 PMT's) e conta reserva no valor de 3 prestações vincendas (3 PMT's).	2027	TJLP 2,71% a.a.1,55% a.a.	99.405	135.663
Total					**459.731**	**554.472**
Circulante					60.774	99.920
Não circulante					398.957	454.552

(i) GE - Governo do Estado da Bahia

Natureza
Refere-se a valor repassado pelo Governo do Estado da Bahia, mediante contrato de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante parcelas e que foi liquidado em março de 2021.

Este financiamento (Contrato n.º 878/OC-BR) tem como mutuário o Governo do Estado da Bahia e como fiador a União, o contrato tem a Companhia como co-executora. De acordo com convênio firmado entre a Companhia e o Governo do Estado, a primeira fica obrigada a reembolsar os recursos objeto do financiamento, nas mesmas condições financeiras estabelecidas no contrato mencionado. Em 19 de dezembro de 2002, ao convênio, na sua cláusula quinta, foi acrescentado o parágrafo segundo, com a seguinte redação:

> "(...) Caso a co-executora não reembolse ao Estado da Bahia as parcelas por este amortizadas com o BID, no prazo de 30 dias, contados a partir da data do seu efetivo pagamento, estas serão obrigatoriamente convertidas a partir de 1º de janeiro de 2003 em adiantamento para futuro aumento de capital, para posterior conversão em ações, desvinculando-se, no momento do efetivo reconhecimento deste adiantamento, da variação em função da taxa de câmbio prevista no contrato do BID".

(ii) CEF
A Companhia mantém os seguintes contratos com a Caixa Econômica Federal - CEF.

a. Recursos lastreados em FGTS
A Companhia, entre 2007 e 2012, firmou contratos de financiamentos lastreados em recursos do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal - CEF, destinado a ações de desenvolvimento institucional, ampliação e/ou implantação de Sistema de Abastecimento de Água e/ou Esgotamento Sanitário em diversos municípios estado da Bahia, no âmbito do Programa saneamento para todos.

b. FINAME
Em 7 de junho de 2013, a Companhia firmou contratos de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF (FINAME) para aquisição de máquinas e equipamentos, lastreados com recursos do BNDES, equivalente a 90% do investimento.

(iii) BNDES - FAT
A Companhia firmou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Depósitos Especiais e do Fundo de Paticipação do PIS/PASEP destinado à ampliação e/ou modernização de sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário de diversas cidades no Estado.

Movimentação de empréstimos e financiamentos
A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período de 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontra-se demonstrada abaixo:

	2021	2020
Saldos em 1º de janeiro		
-	554.472	641.428
Liberações	4.891	7.367
Devoluções	(1.778)	-
Pagamento principal (a)	(100.061)	(122.749)
Juros incorridos (c)	39.723	45.911
Juros pagos (b)	(40.146)	(42.049)
Custo de transação	-	-
Custo de transação incorrido	-	-
Variação monetária	-	-
Variação cambial (ativa) passiva	2.630	24.564
Saldos em 31 de dezembro	**459.731**	**554.472**
Circulante	60.774	99.920
Não circulante	398.957	454.552

(a) Inclui o valor de R$ 37.561 (R$ 70.522 em 2020) relativo a amortização do principal ao Governo do Estado da Bahia, conforme nota explicativa nº 33 - Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa.
(b) Inclui o valor de R$ 572 (R$ 3.580 em 2020) relativo a amortização de juros ao Governo do Estado da Bahia, conforme nota explicativa nº 33 - Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa.
(c) Do montante dos juros incorridos R$ 15.424 foram capitalizados junto às obras em andamento.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)
A Companhia detém financiamentos bancários junto ao BNDES no montante de R$ 99.404 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 135.662 em 2020), dos quais R$ 68.266 (R$ 99.086 em 2020) estão classificados no passivo não circulante que, de acordo com os termos dos contratos, serão pago em parcelas com vencimento finais entre os anos de 2020 e 2027.

Convenants

Índice	Limite
Valor do EBITDA Ajustado dividido pelo Serviço da Dívida Ajustado	Igual ou maior que 1,5
Valor da Dívida Bancária Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,0
Valor de Outras Dívidas Onerosas dividido pelo EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,0
Valores para 2021	
Dívida Líquida sobre Ebitda (meta <= 3,0)	0,04
Dívida Líquida sobre Serviço da Dívida (meta >= 1,5)	4,89
Outras Dívidas não Onerosas (meta < 1,0)	0,04

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu integralmente as cláusulas restritivas de vencimento antecipado estipuladas pelo BNDES.

b) Cronograma de amortização da dívida
Em 31 dezembro de 2021, os financiamentos classificados no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Origem	2023	2024	2025	2026	Demais anos	Total
CEF	28.944	30.139	32.006	33.990	205.612	330.691
BNDES	23.324	15.142	6.956	6.956	15.888	68.266
Total	**52.268**	**45.281**	**38.962**	**40.946**	**221.500**	**398.957**

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Reparcelamento Lei 11941/09 (REFIS, PAES, AI INSS) e Parcelamento PIS/COFINS	1.261	-
PIS/PASEP/COFINS, INSS retido	24.448	20.340
Encargos sociais	30.050	26.370
	55.759	46.710
ISS (i)	131.588	130.602
IPTU/Taxa de Licença para Funcionamento (TLF)	27.758	27.758
PIS/COFINS/INSS Exigibilidade Suspensa (ii)	514.259	407.501
DIFAL - ICMS	5.881	3.714
	679.486	569.575
	735.245	**616.285**
Circulante	67.915	56.701
Não circulante	667.330	559.584

(i) A Companhia vem contestando o pleito do Município de Salvador, relacionado à cobrança do ISS decorrente da prestação de serviços de esgotamento sanitário, por entender, com base em opinião de seus assessores jurídicos, não ter tal pretensão amparo legal. Neste sentido, a Companhia mantém provisionado no passivo não circulante R$ 131.588 (R$ 130.602 em 2020), relativos, a autos de infração lavrados pelo Município de Salvador até 1996 e em processo de julgamento na instância administrativa, incluído as devidas atualizações. Os débitos relativos à cobrança de ISS, mencionados anteriormente, são referentes aos exercícios de 1997 a 2003.
Adicionalmente, a cobrança de ISS sobre os serviços de esgotamento sanitário e congêneres foi vetado pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
(ii) PIS/COFINS e INSS suspensos - R$ 504.841 relativo à ação fiscal de PIS/COFINS, pleiteando a mudança na apuração das referidas contribuições, alterando o regime não cumulativo pelo regime cumulativo, em razão da Ação de imunidade de IRPJ, sendo que tais diferenças foram depositadas em juízo até a competência de fevereiro/2020 (depósitos suspensos conforme sentença de 19/12/2019 do processo nº 10304-28.2016.4.01.3300); R$ 9.418 relativos a ações tributárias -INSS, onde se discute a incidência da contribuição previdenciária sobre verbas que não têm natureza de prestação de serviços pelo empregado, portanto, sem caráter remuneratório ou contraprestacional. Exclusão da base de cálculo da referida contribuição (cota patronal), das verbas pagas aos empregados a título de adicional de férias, ajuda transporte pago em dinheiro, auxílio filho especial, auxílio funeral e ajuda de custo. Pedidos de Tutela de Urgência Deferidas em 11 e 12/07/2016. Em 26/01/2021 a ação tributária - INSS nº 0028950-37.2016.4.01.3300 - JRBA referente a verbas pagas aos funcionários a título de adicional de férias teve decisão do juízo de retração reformando o acórdão anterior de 18/12/2018 e dando provimento ao recurso de apelação da União Federal.

b) Imposto de renda e contribuição social a pagar
O saldo registrado até 31/07/2021 de R$ 379.354 (R$ 358.429 em 2020), referente à provisão de IRPJ devido desde setembro/2013, decorrente de ação da Companhia junto à Fazenda Federal pleiteando imunidade tributária (processo nº 0035161-46.2013.4.01.330) foi revertido contra o resultado devido ao trânsito em julgado da ação conforme certidão emitida em 28/08/2021.

A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para o exercício de 2021 a Companhia apurou saldo negativo de CSLL no montante de R$ 3.847.

18 PROVISÃO PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui processos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais, todos em virtude do curso normal das operações, nos montantes de R$ 305.635 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 160.635 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia, com base em análise conjunta com seus assessores jurídicos, constituiu provisões consideradas suficientes para prováveis desfechos desfavoráveis de processos em tramitação na esfera judicial.

a) Riscos provisionados
Os processos considerados como de perda provável são classificados no balanço da Companhia considerando a sua atual fase judicial, sendo registrados no passivo não circulante quando ainda estão em fase de conhecimento e no passivo circulante quando já se encontram em fase de execução, quando da expectativa de desembolso de caixa dentro do próprio exercício.

A movimentação do saldo da provisão para perdas em processos judiciais pode ser demonstrada como segue:

	31/12/2020 (Reclassificado)	Adições	Reversões	31/12/2021
Trabalhistas (a)	143.674	26.499	(12.576)	157.597
Cíveis e tributários (b)	128.269	17.988	(13.800)	132.457
Cíveis – Desapropriações (c)	15.581	-	-	15.581
	287.524	**44.487**	**(26.376)**	**305.635**
Circulante	126.889			137.678
Não circulante	160.635			167.957

(a) Trabalhistas
Trabalhistas - São constituídos de reclamações envolvendo: divisor de horas extras; adicional de dupla função/motorista usuário; promoção trienal face ao PCCS - Plano de Cargo, Carreira e Salário e RIP - Regulamento Interno de Pessoal anterior; adicionais de periculosidade/insalubridade ou diferenças, já que pagos, em determinados momentos a menor ou incorretamente; repouso semanal remunerado sobre as horas extras; e, incorporação da anuênia ao salário para apuração das horas extras.
(b) Cíveis e tributárias
Cíveis e tributárias - São ações que envolvem: empreiteiras, cujas faturas não foram pagas nas épocas próprias; confissões de dívidas; desequilíbrio econômico - financeiro do contrato; devolução da cobrança da tarifa de esgoto do período em que não havia legislação estadual autorizando; mandados de segurança e execução fiscal envolvendo TLF/IPTU/ISS, etc.
(c) Cíveis – Desapropriações
Cíveis – Desapropriações - Ação que envolve desapropriação de terreno cuja contrapartida está na conta de Ativo de Contrato (R$.1525).

Em 2020, a Empresa reclassificou de passivo contingente para outras contas a pagar, o montante referente a processos cíveis R$ 30.944 e trabalhistas R$ 95.945, respectivamente, sendo este passivo demonstrado em contingência em 2021 por apresentar características próprias de valores cujo a realização ainda é incerto.

b) Riscos não provisionados
Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia são classificados como de risco de perda possível e, em consonância com as práticas contábeis brasileiras, não foram constituídas provisões para demandas judiciais.

Os principais processos cujo risco é avaliado como possível em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	85.520	61.355
Cíveis	1.031.053	904.998
Cíveis - Desapropriações	35.770	35.187
Tributários	281.130	261.728
	1.433.473	**1.263.268**

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

Os valores não provisionados, em sua grande maioria, se relacionam com processos pendentes de julgamento em primeira instância/recurso ou processos em que, pela prática processual, fase ou objeto, não é possível atribuir com fidedignidade o risco provável até o julgamento das instâncias superiores e o montante não pode ser mensurado com confiabilidade. Correspondem a condenações atinentes à responsabilidade civil contratual ou extracontratual, e podem decorrer de relações com empresas contratadas pela EMBASA, mediante licitação e posterior Contrato Administrativo, além de ações civis públicas, envolvendo precariedade no fornecimento de água e serviços esgotamento sanitário.

A variação geral nos processos cuja perda foi avaliada como possível, decorre fundamentalmente da redução dos processos tributários conforme histórico a seguir:

O processo 10580.726.359/2013-11 IRPJ /CSLL (União) referente a exclusão indevida das receitas de subvenção para investimento (governamental de ICMS), relativo aos anos calendários de 2008 a 2010, tramitou administrativamente e não foi dada decisão favorável à Embasa. Valor original R$ 66.748. A Companhia ingressou no Judiciário com a ação anulatória número 1002108-18.2017.4.01.3300, tendo o valor se mantido em R$ 91.930 para 2019. Em janeiro/2020 houve a suspensão da exigibilidade do crédito de IRPJ e CSLL, motivo que levou à transferência de perda possível para perda remota. Em janeiro de 2021, o juiz extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, por entender que a imunidade tributária recíproca dos tributos federais estaria sido discutida nos autos da ação 35161-46.2013.4.01.3300. Houve ingresso de apelação, com pedido de efeito suspensivo, estando o processo concluso para decisão do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves desde 13/09/2021.

O processo 10580-726.041/2016-75 IRPJ /CSLL (União) referente a exclusão indevida das receitas de subvenção para investimento (governamental de ICMS), relativo aos anos calendários de 2011 a 2012, tramitou administrativamente e não foi dada decisão favorável à Embasa. Valor original R$ 117.222. A Companhia ingressou no Judiciário com a ação anulatória número 1002995-02.2017.4.01.3300, tendo a valor sido atualizado para R$ 127.115 (acréscimo em 2017 - R$ 9.893 na perda possível). Em 2018 o processo foi dividido em dois (IRPJ e CSLL), passando os valores a: IRPJ R$ 96.697 e CSLL R$ 30.418. Houve sentença, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, com o fundamento de que a competência originária para julgamento da ação seria o STF. Houve interposição de apelação, sendo que foi concedida a tutela recursal para suspender a exigibilidade do crédito até o trânsito em julgado do processo.

O processo nº 0002964-74.2009.8.05.0150, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Lauro de Freitas (BA) refere-se a uma ação de desapropriação movida pela EMBASA, onde se pretendia a expropriação de uma área de 5.528,14m², localizada neste Município de Lauro de Freitas, a qual foi declarada utilidade pública destinada à construção do Reservatório R23, integrante do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Capelão, naquela cidade. O TJBA fixou o valor da indenização em R$ 9.555 milhões a ser devidamente atualizado, com a majoração dos honorários advocatícios para 3% sobre o valor da diferença entre a oferta e a indenização fixada. Após o trânsito em julgado da ação, a Exequente pleiteou a execução do valor de R$ 38.989 milhões. Após recursos da EMBASA o Juiz declarou como montante devido o valor de R$ 12.795 milhões. Contra esta decisão ambas as partes apresentaram novo recurso que está pendente de julgamento. Em 15/08/2019, a EMBASA apresentou ainda ação rescisória pretendendo a anulação do julgado por vício insanável na perícia, uma vez que o perito era profissional sem habilitação técnica necessária ao ato. A Rescisória está tramitando e ainda será julgada. Processo nº 0578567-77.2017.8.05.0001: Trata-se de "ação de cobrança" ajuizada por QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A em face da EMBASA para fins de pagamento de reajuste de preço de diversos contratos firmados entre as partes, no valor total de R$ 3.067.260,74 (...), o que foi negado na esfera administrativa sob a justificativa de inexistência de previsão nos contratos acerca de reajustes, tendo havido apenas e tão somente prorrogação de prazo, através de termos aditivos, mantendo-se as condições contratuais originalmente pactuadas.

Após instrução processual, a ação foi julgada improcedente pelo Juízo de primeiro grau, tendo sido oferecido recurso de apelação ao TJBA.

Ocorre que, quando do julgamento do recurso de apelação, o TJBA reformou a sentença de improcedência, sob o fundamento de que o reajuste é destinado a compensar os efeitos da desvalorização da moeda, com aplicação automática, sendo indispensável o reajuste após o decurso de 12 meses de contrato, tendo ficado demonstrado nos autos que a EMBASA concedeu reajuste de preço em casos idênticos. Assim, foi dado provimento ao recurso para conceder o reajuste dos contratos objeto da lide, cujo valor será definido em fase de liquidação de sentença (acórdão em anexo). Como o processo tramita junto ao TJBA sob o meio físico, os prazos permanecem suspensos, razão pela qual será interposto o recurso pertinente após a retomada do feito.

Processo nº 0500217-12.2016.8.05.0001: Trata-se de ação movida pelo CONSÓRCIO PASSARELLI / MRM em busca do "reequilíbrio econômico-financeiro" de contrato celebrado com a EMBASA, sob o argumento de que não lhe foi possível executá-lo por culpa exclusiva dessa Concessionária.

Após instrução processual a mencionada ação foi julgada procedente, condenando a EMBASA ao pagamento de indenização por danos emergentes no valor de R$ 3.457.838,85 (...), indenização por lucros cessantes no valor de R$ 6.411.726,80 (...) e honorários fixados em 20%, cujos valores deverão ser corrigidos por índice oficial idôneo desde a citação e juros de mora de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

Diante da condenação que lhe foi imposta a EMBASA interpôs recurso de apelação, o qual já foi julgado pelo TJBA, que manteve a condenação. Após o oferecimento de embargos de declaração, a EMBASA interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais foram inadmitidos. Diante dessas decisões a EMBASA opôs Agravo Interno e Agravo ao STJ, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Como o processo tramita junto ao TJBA sob o meio físico, os prazos permanecem suspensos, razão pela qual será interposto o recurso pertinente após a retomada do feito.

Processo nº 0575881-15.2017.8.05.0001 - GET EMPREENDIMENTOS LTDA ME
Processo movido contra a Embasa. A GET discorda da aplicação de penalidades administrativas decorrentes de inadimplementos no contrato 460009108, e requer que sejam declarados nulos, além de condenação por danos morais e materiais.

A Embasa apresentou defesa e o réu se manifestou. O processo agora aguarda a fase instrutória.

c) Depósitos judiciais
Referem-se a depósitos e bloqueios judiciais decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e tributários em que a Companhia é parte integrante (ver nota explicativa nº 18.a). Estão representados pelos valores originais acrescidos de juros e atualização. A movimentação entre 31 de dezembro de 2021 e 2020 é oriunda do registro de novos bloqueios/depósitos, desbloqueios, baixas e atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	961.617	869.595
Depósitos/bloqueios/desbloqueios (a)	(24.479)	116.408
Rendimentos	7.130	3.000
Perdas em processos judiciais não provisionados (resultado)	(23.644)	(33.552)
Baixas em processos perdidos provisionados	(6.629)	(5.824)
Provisão para perdas em processos judiciais	(45.721)	11.992
Saldo em 31 de dezembro	**868.274**	**961.617**

(a) Os valores depositados em em juízo decorrentes das ações de imunidade tributária, cujo o trânsito em julgado favorável à Embasa ocorreu em 28.08.2021 referentes às antecipações de IRPJ (R$ 336.403) e à ação fiscal de PIS/COFINS (R$ 324.472), pleiteando a substituição do regime não cumulativo pelo regime cumulativo na apuração de tais contribuições, foram suspensas em março de 2020 conforme decisão judicial. Os valores referentes ao IRPJ estão aguardando liberação judicial para que os créditos sejam recuperados pela Companhia. E os créditos referentes ao Parcelamento INSS, cobradas pela Receita Federal do Brasil - RFB equivocadamente, no valor de R$ 11.606 (R$ 10.123 em 2020) foram objeto de consulta formal à RFB através de requerimento recepcionado em 05/07/2021.

Em 2021 a Embasa ganhou ação para pagar seus débitos através de precatórios.

O Governador do Estado da Bahia propôs a ADPF tombada sob o número 926 no STF. Na referida Ação se questionavam decisões judiciais que determinavam pagamentos, arrestos ou penhoras contra a EMBASA sem observar o rito determinado no art. 100 da CF/88 que dispõe sobre a execução pelo regime de precatórios.

Conforme demonstrado na ação, pela natureza jurídica da EMBASA, sua composição acionária, atuação em serviço essencial sem intuito lucrativo, dentre outros argumentos, esta Sociedade de Economia Mista do Estado da Bahia possui natureza análoga à de Fazenda Pública e, portanto, suas execuções devem obedecer estritamente o regime de precatórios/rpv.

O STF, reconhecendo a tese arguida na ADPF assim decidiu:
"...julgar parcialmente procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; (ii) determinar a sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, restando prejudicado o pedido de natureza cautelar formulado, nos termos do voto do Relator".

Por esta decisão vinculante, todas as execuções judiciais contra a EMBASA precisam obedecer o regime de precatórios ou RPV, sendo para os primeiros necessária a prévia inscrição do precatório após o trânsito em julgado para que só após essa inscrição surja a obrigação de pagar pela EMBASA nos seguintes moldes:
1. *Precatórios inscritos até 02 de abril devem ser quitados até o final do exercício seguinte.*
2. *Precatórios inscritos após 02 de abril devem ser quitados até o final do segundo exercício subsequente.*

Nesta sistemática, não se mostra mais possível a penhora ou constrição de numerário contra a EMBASA nos processos judiciais em execução e assim, proporcionando uma melhor organização orçamentária desta Instituição que pode não mais ter seu orçamento comprometido com decisões judiciais determinando pagamento imediato de numerário. A EMBASA terá a prerrogativa de, consolidada a lista de precatórios, fazer a programação financeira/orçamentária para pagamento no exercício posterior.

19 CONVÊNIOS A COMPROVAR

	2021	2020
CODEVASF (a)	32.139	31.752
FUNASA (b)	31.262	33.052
Outros convênios (c)	32.891	34.303
	96.292	**100.097**
Circulante	11.571	11.178
Não circulante	84.721	88.919

(a) CODEVASF
Recursos oriundos dos convênios celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e a EMBASA para execução de ações de saneamento básico em municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O valor demonstrado refere-se a diversos convênios cujas obras se encontram em andamento, sendo os principais: SIAA do Rogério do Guanambi (TC 0.006.00/2011), SES de Jeremoabo (TC3400/2013), SES Canarana (TC3200/2012), SES Charrochá (TC13700/2013) e SES Jacaraci (TC7100/2013) e Gerenciamento e Fiscalização de Obras (TC 0.056.00/2013).

(b) FUNASA
Recursos oriundos dos convênios celebrados entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS para execução de ações de saneamento básico em municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Este valor é composto por diversos convênios cujas obras se encontram em andamento, sendo os principais: SAA de Mairi(TC486/2014), SES de Baixa Grande (TC229/2012), SES de Ituaçu(TC302/2012), SAA de Morpará(TC182/2012), SES Macajuba(TC226/2013) e SAA de Utinga(TC416/2013).

(c) OUTROS CONVÊNIOS
Recursos oriundos de outros convênios celebrados para execução de ações de saneamento básico. Sendo o principal deles o convênio nº 001/2017 firmado com o Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP à para execução de obras de extensão de rede em diversos municípios do Estado da Bahia.

Por se tratar de subvenções ao poder concedente, a Companhia procederá a baixa dos valores dos recursos recebidos via convênios, no momento da conclusão das respectivas obras, contra o ativo intangível em andamento.

20 PASSIVO FINANCEIRO A PAGAR - PPP

	2021	2020
Passivo financeiro a transcorrer	95.774	120.911
(-) Encargos a transcorrer (AVP)	(17.325)	(85.512)
	78.449	**35.399**
Circulante	23.366	8.905
Não circulante	55.083	26.494

a) Termos da dívida
A Companhia tem um ativo de concessão oriundo de contrato de Parceria Público Privada junto a BRK Ambiental Jaguaribe S/A que vem sendo amortizado pela vida útil do bem (25 anos) e um passivo financeiro que vem sendo amortizado (175 meses), a liquidação ocorre através de recebíveis que lastreiam a transação.

Cronograma de amortização da dívida
Em 31 de dezembro de 2021, o total da dívida classificada no passivo não circulante possui seguintes vencimentos, incluindo encargos financeiros projetados:

	2022	2023	2024	2025	Total
Valor nominal da dívida	24.687	24.211	23.706	23.170	95.774
(-) Realização dos encargos	(7.270)	(5.412)	(3.405)	(1.238)	(17.325)
	17.417	**18.799**	**20.301**	**21.932**	**78.449**

21 OUTRAS CONTAS A PAGAR

São considerados junto a outras contas a pagar obrigações com expectativa de desembolso de caixa dentro do próprio exercício.

Abaixo está apresentado abertura das principais saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	2021	2020 (Reclassificado)
Dividendos a pagar	11.734	12.411
Diversos	39.017	44.659
	50.751	**57.070**

22 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

A Companhia recebe valores oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, para investimento em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, na forma de contratos de repasse, sendo a EMBASA a interveniente executora. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 190.061 (R$ 182.726 em 31 de dezembro de 2020). Dentre os repasses mais relevantes neste período, destacam-se os montantes de R$ 25.974 e R$ 13.027, referentes aos sistemas SAA Vitória da Conquista e SAA Machadinho Sul, respectivamente.

De acordo com as normas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Técnicos do CPC, os valores acima descritos foram contabilizados no ativo não circulante, em subconta redutora do ativo de contrato, até a conclusão das obras.

Detalhamento dos contratos de repasse - PAC

Contrato	Sistema	Repasse 2021	Repasse 2020
CT nº 218.245-56/2007	SES Simões Filho	5.558	5.558
CT nº 238.136-59/2007	SES Itaberaba	3.413	3.413
CT nº 244.211-94/2007	Elaboração Projeto Itaberaba	221	221
CT nº 350.768-71/2011	PAC 2 - SIAA Salvador R4	4.936	3.429
CT nº 350.771-26/2011	SIAA Salvador - Duplic AAT	30.011	30.011
CT nº 350.871-30/2011	SES Feira de Santana - B. Jacuípe	814	814
CT nº 350.938-21/2011	SES Itaberaba	41.841	39.579
CT nº 350.939-35/2011	PAC 2 - SES Ipirá	23.959	23.959
CT nº 351.070-69/2011	PAC 2 - Elaboração Projeto SAA Salvador	2.436	2.436
CT nº 351.146-61/2011	PAC 2 - SES Serrinha	379	379
CT nº 394.940-80/2012	PAC 2 - SAA Vit Conquista	25.974	-
CT nº 394.941-94/2012	PAC 2 - Vit. Conquista - B. Catolé	16.541	9.627
CT nº 408.653-36/2013	PAC 2 - SIAA Salvador R7 e R23	1.352	57.049
CT nº 408.654-40/2013	PAC 2 - Simões Filho	47	47
CT nº 408.655-56/2013	PAC 2 - FSA LESTE	2.634	-
CT nº 408.693-16	PAC 2 - SES Arembepe	7.022	40
CT nº 408.703-33	PAC 2 - SES SAA Adensamento	3.098	264
CT nº 421.109-04	PAC 2 - SAA Machadinho Sul	17.946	4.920
CT nº 424.364-69	PAC 2 - SAA ED Magalhães	1.879	981
		190.061	**182.727**

O montante total liberado para investimento nas obras do PAC em 2021 foi de R$ 64.385 (R$ 32.592 em 2020).

Do total de recursos aportados, R$ 344 (R$ 203 em 2020) estão em contas bancárias vinculadas e R$ 189.717 (R$ 182.524 em 2020) foram investidos em ativo de contrato.

23 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, demais órgãos vinculados ao Governo do Estado da Bahia, FABASA, pessoal chave da Administração e seus familiares conforme definições contidas no CPC 05 (R1). A remuneração do pessoal chave da administração está descrita na nota 31.

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos a operações com partes relacionadas estão a seguir detalhadas:

	Referência	2021	2020
Contas a receber bruto de clientes	(1)	110.500	121.697
(-) Prov. PDD/PECLD	(1)	(29.519)	(93.016)
Valores a receber de pessoal cedido	(2)	5.248	4.937
Ativo circulante		**86.229**	**33.618**
Convênio FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	(3)	12.772	21.074
Ativo não circulante		**12.772**	**21.074**
Empréstimos e Financiamentos - Governo do Estado (GE)	(4)	-	35.329
Passivo circulante		**-**	**35.329**
Adiantamento para aumento de capital - Governo do Estado (GE)	(5)	54.098	90.076
Auxílio para obras - GE	(6)	5.182	5.182
Patrimônio Líquido		**59.280**	**95.258**
Faturamento de água e esgoto		120.122	116.251
Reconhecimento perde		63.498	(25.419)
Reversão perda		39	5
Total		**183.659**	**90.837**

(1) Serviços de água e esgoto: As operações com partes relacionadas, aqui definidas como o Governo do Estado da Bahia são definidas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas). Os valores referentes à isenção COVID foram compensados com os dividendos referentes ao exercício de 2020 que não haviam sido distribuídos.
(2) Valores de pessoal cedido: Os valores a receber de pessoal cedido são relativos aos saldos pendentes de recebimento, atinentes à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários do Governo do Estado;
(3) Convênio FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza: Correspondem aos valores detalhados no item (c) da nota explicativa 19. Convênios a Comprovar, relativos ao FUNCEP;
(4) Empréstimo obtido junto ao Governo do Estado da Bahia, conforme nota explicativa 16. A Companhia é co-executora em contrato firmado entre o Governo do Estado e o BID, o Governo do Estado repassou recursos deste contrato para a Companhia e a mesma fica obrigada a reembolsar ao Governo do Estado os pagamentos efetuados por este último. No caso de não reembolso, o recurso é lançado como integralização de capital.
(5) Adiantamento para futuro aumento de capital: Correspondem aos valores detalhados na nota explicativa 24 - Adiantamento para Aumento de Capital; e
(6) Auxílio para Obras - GE (Governo do Estado): Correspondem a valores descritos no item (b) da nota explicativa 24 - Patrimônio Líquido.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
O capital autorizado, conforme estatuto, é de R$ 5.664.000, representado por 800.000.000 ações nominativas, sendo 520.000.000 ações ordinárias e 280.000.000 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas oferecem a seus titulares dividendos iniciais, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o lucro líquido do exercício.

O Governo do Estado da Bahia é o acionista majoritário e possui 99,70% do capital total da Companhia.

Dessa forma, de acordo com a ata da AGE/AGO ocorrida em 29 de abril de 2021, em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado teve um acréscimo de R$ 170.349, através de integralização, passando a R$ 4.846.642 (R$ 4.676.293 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 443.048.633 (427.476.415 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 241.505.306 (233.016.924 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais todas nominativas e no valor de R$ 7,08 cada uma, conforme segue:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado da Bahia	443.011.945	239.514.804	682.526.749	99,70%
Minoritários	36.688	1.990.502	2.027.190	0,30%
	443.048.633	**241.505.306**	**684.553.939**	**100,00%**

b. Reserva de capital

Auxílio para obras
Representam aportes de recursos pelo Governo do Estado da Bahia para aplicação na expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral.

Adiantamentos para futuro aumento de capital
Referem-se a créditos do acionista majoritário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral. As movimentações ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020 estão assim demonstrados:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	90.076	74.467
Amortizações de empréstimos junto ao GE	38.133	74.112
Integralizações ao capital ocorridas (Nota explicativa nº 24a)	(74.112)	(58.503)
Saldo em 31 de dezembro	**54.097**	**90.076**

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2021 de R$ 54.097 tem a seguinte detalhamento:

- Valor de R$ 38.133 correspondente às amortizações dos empréstimos obtidos junto ao Governo do Estado (ver nota explicativa nº 16); e
- Valor de R$ 15.964 referente à transferência de dívida do passivo circulante decorrente da assunção da dívida do contrato mantido com a empresa Construtora e Pavimentadora Sérvia Ltda.

c. Reserva de lucros

c.1. Incentivo fiscal (ICMS, redução do IRPJ e redução por reinvestimento)
Os valores da reserva de incentivo fiscal ICMS, R$ 301.398 (R$ 301.398 em 2020) correspondem ao crédito presumido de ICMS concedido pelo Decreto nº 8.868 de 5 de janeiro de 2004. Esse incentivo foi extinto em junho/2016, restando na reserva um saldo acumulado que ainda não foi utilizado para aumento de capital.

A reserva de redução do IRPJ de 75% corresponde à contabilização do incentivo fiscal apurado no período de janeiro a dezembro de 2021 no valor de R$ 71.173 (2020: R$ 90.209), calculado com base no lucro de exploração de água e esgotamento sanitário até 31/07/2021. No Exercício de 2021 foram realizados ajustes ao incentivo de redução do IRPJ de 75% que diminuíram o valor da reserva de lucros em R$ 2.455 referente a retificação do lucro da exploração do exercício de 2020 devido a mudanças ocorridas na base da apuração conforme Ato Declaratório Executivo Cofis nº 86, de 28 de dezembro de 2020. Seu saldo em dezembro de 2021 é de R$ 68.719 (2020: R$ 90.210). O direito ao benefício fiscal foi obtido pela EMBASA, através do Laudo Constitutivo nº 0008/2015, emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, Ministério de Integração Nacional, em 25 de março de 2015. Condição onerosa atendida: Modernização total do empreendimento na área de atuação da SUDENE; Capacidade Incentivada 100% da capacidade instalada; Período de fruição: de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024 (10 anos).

Para o exercício de 2021 a Companhia realizou depósitos relativos ao benefício de redução por reinvestimento de 30% do IRPJ no valor de R$ 3.659 (2020: R$ 3.776), calculado com base no lucro da exploração. E realizou ajustes no incentivo de redução por reinvestimento de 30% que a reduziram em R$ 146, referente a retificação do lucro da exploração do exercício de 2020 devido a mudanças ocorridas na base da apuração conforme Ato Declaratório Executivo Cofis nº 86, de 28 de dezembro de 2020. Os valores desse incentivo são reconhecidos no resultado do exercício e passivo não circulante, e posteriormente transferido para reserva de lucros quando aprovados pela Sudene. Em 31/12/2021 apresentou saldo de R$ 1(2020: R$ 6.028).

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e Pronunciamento CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, o valor do incentivo, apurado a partir da vigência da lei, foi contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para reserva de lucros.

c.2. Reserva legal
A reserva legal deverá ser constituída mediante 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, até que o seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida. No exercício de 2021 até 31 de dezembro o valor acumulado é de R$ 78.176 (R$ 54.898 em 2020).

c.3. Reserva para investimentos
Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia poderá, após as devidas destinações legais, reter o restante do lucro do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital, ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2021, o valor acumulado atinge R$ 1.008.194 (R$ 660.346 em 2020).

d. Reserva de reavaliação
Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia manteve os saldos da reavaliação concluída em 2006. O registro contábil ocorreu em 30 de setembro de 2006, baseado em laudo de reavaliação, emitido por empresa contratada, devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, cuja movimentação está detalhada a seguir:

	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**313.844**
Realização da reserva de reavaliação	(103.763)
Realização do IR e CSLL diferidos sobre reserva de reavaliação	35.279
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**245.360**
Realização da reserva de reavaliação	(103.763)
Realização do IR e CSLL diferidos sobre reserva de reavaliação	24.470
Reversão Provisão IR diferido sobre reserva de reavaliação	73.466
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**239.533**

Posteriormente os bens reavaliados foram reclassificados para o ativo intangível, pela vinculação aos contratos de concessões.

A reserva de reavaliação é realizada por depreciação/amortização ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, já deduzidos os respectivos encargos tributários.

Os efeitos fiscais na sistemática da reavaliação estão de acordo com o estabelecido pela legislação fiscal, sendo que ocorrem quando da realização dos referidos bens.

As provisões do imposto de renda e da contribuição social diferidas, registradas no passivo, são transferidas para o resultado na medida da realização dos ativos correspondentes por depreciação ou baixa. Após apuração do resultado, a parcela de imposto realizado no ano é transferida para lucros acumulados, realizando assim o saldo líquido da reserva de reavaliação.

e. Ajuste de avaliação patrimonial
Corresponde ao ganho (perda) atuarial líquido decorrente do plano de benefício definido mantido pela Companhia com a FABASA, em consonância com o CPC 33 (R1) que alterou a forma de contabilização do resultado atuarial para o patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2021, foi apurado um ganho atuarial de R$ 1.995 (perda atuarial de R$ 2.861 em 2020).

f. Resultado por ação
O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia - o numerador - pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, - o denominador - durante o período. O objetivo da informação relativa ao resultado básico por ação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade no exercício.

	2021	2020
Lucro Atribuível ao acionista da Companhia (em milhares)	386.277	242.928
Quantidade média ponderada de ações emitidas	443.048.633	427.476.415
Lucro Básico e diluído por ação (reais por ação)	0,56	0,36

A Companhia possui dívida conversíveis em ações, e desta forma, realiza o cálculo do resultado diluído por ação, conforme abaixo:

	2021	2020
Lucro Atribuível ao acionista da Companhia (em milhares)	386.277	242.928
Despesa de juros sobre dívidas conversíveis	175	2.219
Lucro atribuível as ações ordinárias (diluído)	386.452	245.147
Quantidade média ponderada de ações emitidas	443.048.633	427.476.415
Potencial efeito da conversão de dívida		5.268.191
Média ponderada de ações ordinárias (diluídas)	443.048.633	432.744.606
Lucro Básico e diluído por ação (reais por ação)	0,56	0,36

embasa GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

25 RECEITA OPERACIONAL

	2021	2020
Abastecimento de água		
Particular	2.355.598	2.278.697
Público	220.709	235.886
Total da receita de abastecimento de água	2.576.307	2.514.583
Esgotamento sanitário		
Particular	851.763	835.978
Público	83.041	83.968
Total da receita de esgotamento sanitário	934.804	919.946
Serviços acessórios	45.432	32.863
Serviços técnicos especializados	1.419	1.312
Total das receitas de serviços	**3.557.962**	**3.468.704**
COFINS	(272.462)	(263.729)
PIS	(59.146)	(57.256)
Total das deduções	**(331.608)**	**(320.985)**
Receita operacional	**3.226.354**	**3.147.719**
Receita de construção	**857.377**	**544.921**
Receita operacional líquida	**4.083.731**	**3.692.640**

Além do reajuste anual tarifário de 9,15% concedido apartir de novembro de 2021, suspenso desde abril de 2020, o aumento no número de ligações na ordem de 4,37% para os serviços de esgotamento sanitário e 2,64% para abastecimento de água, guardam em parte correlação com o aumento na receita operacional da Companhia.

26 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Custos dos serviços prestados		
Serviços de terceiros (a)	(1.079.586)	(944.854)
Pessoal	(622.797)	(534.219)
Amortização/depreciação	(463.099)	(416.157)
Materiais (b)	(200.119)	(177.304)
Fundo Municipal de Saneamento	(22.466)	(11.524)
Outras	29.793	(28.077)
Custo dos serviços prestados	**(2.358.274)**	**(2.112.135)**
Custo de construção	(857.377)	(544.921)
Total dos Custos operacionais	**(3.215.651)**	**(2.657.056)**
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(230.833)	(212.742)
Serviços de terceiros	(116.590)	(103.839)
Provisão para perdas em processos judiciais	(63.832)	457
Perdas em processos / Baixa em depósitos judiciais	(43.674)	(85.006)
Depreciação	(12.077)	(14.793)
Material	(2.410)	(2.924)
Outras	(5.576)	(5.987)
Total das despesas gerais e administrativas	**(474.992)**	**(424.834)**
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**59.811**	**(19.371)**
Despesas comerciais		
Perdas em contas a receber	(199.393)	(238.226)
Pessoal	(18.800)	(16.233)
Serviços de terceiros	(10.608)	(10.688)
Material	(41)	(36)
Depreciação	(133)	(130)
Outras	(34)	(13)
Total das despesas comerciais	**(229.009)**	**(265.326)**
Custos e despesas operacionais		
Serviços de terceiros	(1.206.784)	(1.059.381)
Pessoal	(872.430)	(763.194)
Custo de construção	(857.377)	(544.921)
Amortização/depreciação	(475.309)	(431.080)
Perdas em contas a receber	(199.393)	(234.418)
Materiais	(202.570)	(180.264)
Provisão para perdas em processos judiciais	(63.832)	457
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	59.811	(23.179)
Perdas em processos / Baixa em depósitos judiciais	(43.674)	(85.006)
Fundo Municipal de Saneamento	(22.466)	(11.524)
Outras	24.183	(34.077)
	(3.859.841)	**(3.366.587)**

Custos dos serviços prestados
O Custo com Serviços Prestados apresentou incremento de 11,65% equivalente a R$ 246.057. Os grupos que mais contribuíram para este aumento foram:

a) Serviços de terceiros - o aumento de R$134.732 equivalente a 14,26% deve--se principalmente ao incremento em serviços de Operação e Manutenção de Sistemas (R$47.594) e energia elétrica (R$51.475).
b) Pessoal - o aumento de R$88.578 equivalente a 16,58% decorre além do incremento nas rubricas de salário e encargos no acrescimo de 93% em Incentivo a aposentadoria devido o pagamento em 2021 do reajuste de 2,46% e 7,59% dados pelos acordos coletivos de 2020 e 2021.
c) Outros - A redução de R$57.952 refere-se ao incremento no item recuperação de despesas diversas (33400004), as principais recuperações foram: Crédito pis/cofins depreciação (2016 e 2017) e parcelamentos.

Despesas Gerais e administrativas
O incremento de 11,83% das despesas gerais e administrativas, equivalente a R$50.240 decorre principalmente do efeito líquido do crescimento de R$12.754 em Serviços de terceiros (com destaque para os serviços de manutenção e alugeis de Software), aumento de R$18.091 no grupo de despesas de pessoal (com destaque para os rúbricas de salários, encargos e incentivo a aposentadoria) e do decréscimo de R$23.037 nas perdas e provisões para perdas em processos judiciais.

Despesas comerciais
A redução nas despesas Comerciais de R$35.890(13,58%) decorre principalmente do decréscimo de 16,19% nas perdas no contas a receber de clientes.

Arrendamento Mercantil
O impacto dos contratos de arrendamento no resultado somam R$ 13.003 e são isentos de reconhecimento, CPC 06 (R2) por terem prazo menor que 12 meses ou ativo subjacente menor que US$ 5.000,00

27 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2021	2020
Despesas tributárias	(16.421)	(36.771)
Baixa de bens	(476)	(38.110)
Outras	3.731	3.800
	(13.166)	**(71.081)**

No ano de 2020, após fim da Isenção do ICMS, a despesa de DIFAL foi alocada diretamente na despesa e não no custo de aquisição da mercadoria, processo alinhando em 2021.

28 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	27.700	16.221
Outras receitas financeiras (a)	15.097	11.076
Juros e variações sobre contas a receber (b)	75.054	52.353
Variação cambial ativa	-	7.840
	117.851	87.290
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos/encargos com dívidas diversas (c)	(105.582)	(50.732)
Variação cambial passiva	(2.630)	(32.204)
	(105.212)	(82.936)
Resultado financeiro, líquido	**12.639**	**4.354**

(a) Outras receitas financeiras são compostas de descontos obtidos, juros recebidos e variações monetárias.
(b) São compostas dos juros de parcelamentos de clientes, juros e acréscimos por inadimplência, multa por impontualidade e variação monetária.
(c) Em 2021 houve acréscimo dos juros a incorrer do passivo financeiro a pagar – PPP devido a metodologia de apropriação financeira.

29 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social.	259.450	(180.712)
Incentivo fiscal SUDENE (redução do IRPJ) - Nota 24.c	72.230	93.986
Imposto de renda e contribuição social corrente	331.680	(86.726)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(168.776)	70.328
Imposto de renda e contribuição social líquidos	**(162.904)**	**(16.398)**

a) Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social
A apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada como segue:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL	**255.088**	**223.363**	**259.326**	**259.326**
Adições (exclusões)				
Variação cambial	(11.442)	(11.442)	607	607
Variação Monetária Plano Previdenciário	-	20	(29)	(29)
Realização da reserva de reavaliação	60.528	103.763	103.763	103.763
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(10.803)	(75.179)	(546)	(546)
Tributos indedutíveis	1.935	2.725	1.021	1.021
Provisão para Perdas em Depósitos Judiciais	(146)	45.721	(11.752)	(11.752)
Impostos suspensos	72.125	108.758	102.365	102.365
Depreciação IPC x BTNF	-	6.905	-	6.905
Depreciação retroativa	(3.359)	20.559	25.414	25.414
Benefícios a consumidor de baixa renda	7.701	13.505	7.253	7.253
Margem construção (Adoção Inicial Lei 12.973/14)	123	211	211	211
Diferenças ativas/passivas referente a ajuste das Obrigações de PPP (nota 19)	56.583	53.420	(3.640)	(3.640)
Bx Bens exercícios anteriores	-	-	38.085	38.085
Outros	(26.043)	23.334	17.187	17.187
Base de cálculo	402.390	513.661	539.264	546.169
IR e CSLL antes das deduções	(100.559)	(46.229)	(134.792)	(49.155)
Deduções do IR	2.414	-	2.238	-
Redução de 75% do IR - SUDENE	68.717	-	90.209	-
Redução por Reinvestim-SUDENE	3.513	-	3.777	
Reversão IRPJ/CSLL Res. Reavaliação	15.132	9.339		
Reversão IRPJ – Ação de Imunidade	379.354	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**368.571**	**(36.890)**	**(37.570)**	**(49.155)**
Alíquota efetiva	*0%	13,4%	14%	19%
Despesa líquida do benefício fiscal		**331.680**		**(86.726)**
Imposto de renda e contribuição social diferido		**(168.776)**		**70.328**
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social		**162.904**		**(16.398)**
Taxa efetiva		0%		6,32%

Os valores devidos de imposto de renda que foram revertidos contra o resultado devido ao trânsito em julgado da ação de imunidade recíproca.

**Alíquota não calculada devido reversão do Imposto de Renda conforme trânsito em julgado da ação de imunidade recíproca.*

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2021	2020
Diferenças temporárias		
Provisões para perdas em processos judiciais cíveis e trabalhistas	43.123	92.461
Provisões para perdas em processos tributários	46.283	138.551
Provisão para créditos em contas a receber	23.087	112.780
Reserva de reavaliação	(22.556)	(120.492)
Juros ativos sobre depósitos judiciais	(17.050)	(64.908)
Impostos diferidos sobre órgãos públicos	(15.539)	(58.772)
Outras diferenças temporárias, líquidas	(1.865)	26.703
Total de Diferenças Temporárias, líquidas	**55.483**	**126.323**

As diferenças ativas e passiva provenientes da Lei 12.973/14 se encerram em dez/2025, as diferenças provinentes de provisão de perdas têm um prazo médio de encerramento em 10 anos, os processos judiciais seguem a tabela de tempos médios disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, as diferenças de reavaliação serão recuperadas até 2031.

Os ativos e passivos diferidos referentes a provisão do IRPJ foram revertidos contra o resultado e lucros acumulados, devido ao trânsito em julgado da sentença da ação de imunidade recíproca.

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos
A movimentação no resultado e patrimônio líquido dos impostos diferidos é o seguinte:

	2021	2020
Com efeitos no resultado		
Provisões para perdas em processos judiciais cíveis e trabalhistas	8.726	4.433
Provisões para perdas em processos tributários	27.639	30.215
Provisão para créditos em contas a receber	(9.467)	(186)
Outras diferenças temporárias ativas	17.427	14.286
Juros ativos sobre depósitos judiciais	77	1.070
Impostos diferidos sobre órgãos públicos	50	75
Reserva de reavaliação	(11.848)	(14.844)
Outras diferenças temporárias passivas	(201.380)	-
Total dos efeitos no resultado	**(168.776)**	**35.049**
Com efeitos no patrimônio líquido		
Reserva de reavaliação	24.471	35.279
Reversão IRPJ Diferido Res. Reavaliação - Ação de Imunidade	73.466	-
Total dos efeitos no patrimônio líquido	**97.937**	**35.279**
Efeito líquido do Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**(70.739)**	**70.328**

30 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Plano de saúde – Assistência Médica
A EMBASA concede benefícios de assistência à saúde para seus empregados, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e mantidos por contribuições da companhia e empregados.

A companhia participa com 15,44% em média da folha bruta de salários em 2021 (16,03% em 2020), totalizando o montante de R$ 71.523 em 2021 (R$ 66.400 em 2020).

(b) Obrigações previdenciárias
A Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA – FABASA é uma entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregado do patrimônio da Patrocinadora Embasa, que tem a incumbência de gerir plano previdenciário em favor de empregados e ex-empregados da referida patrocinadora.

A Fundação tem como principal objetivo oferecer aos seus participantes, assistidos e beneficiários a possibilidade de capitalização de recursos para que, após determinado período, possam auferir uma renda que lhes garanta um padrão de vida superior ao que é possível obter, exclusivamente, com o benefício do Regime Geral de Previdência Social. A FABASA possui 02 (dois) planos de benefícios e 01 plano administrativo, sendo 01 (um) Plano de Benefícios Previdenciários Misto nº 001 (Contribuição Definida), 01(um) Plano Benefícios Previdenciários nº 001 (Benefício Definido) e 01(um) Plano de Gestão Administrativo.

A Fundação é uma Entidade multipatrocinada, tendo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA como patrocinadora principal e a própria Fundação de Assistência Social e Seguridade da Embasa - FABASA na qualidade de única patrocinadora que responderá solidariamente ao patrocinador principal pelas obrigações previstas nos planos.

Conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia avaliou atuarialmente, em 31 de dezembro de 2021, o Plano de Benefícios Previdenciários da FABASA, referente ao plano de benefício definido, por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu seu Parecer Atuarial em 23 de fevereiro de 2022, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, conforme detalhado abaixo:

(i) Plano de Benefício Definido (BD)
Administrado pela FABASA, neste plano, a forma de cálculo dos benefícios é preestabelecida. É um plano vinculado ao INSS e está fechado a novas adesões desde fevereiro de 2000. Este plano complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à Previdência Oficial. Considerando a data base dos dados cadastrais (31/10/2021) com 8 participantes ativos, 111 participantes aposentados e 49 grupos de pensionistas de participantes já falecidos.

(ii) Contribuição Definida (CD) – Plano Misto
É um Plano de aposentadoria na modalidade de "Contribuição Definida – CD", cujo valor do benefício só será conhecido quando for concedido. Esse valor é apurado a partir do montante de recursos acumulados pelas contribuições mensais que o participante e o patrocinador fizerem ao longo do período de acumulação.

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	**2021**	**2020**
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do ano	75.862	73.812
Custo do serviço corrente bruto	103	91
Custo dos juros	5.143	5.085
Perda atuarial na evolução da obrigação atuarial do Plano	(5.704)	2.168
Benefícios pagos	(5.593)	(5.294)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**69.811**	**75.862**

Reconciliação do valor justo dos ativos	**2021**	**2020**
Valor justo dos ativos no início do ano	(66.609)	(67.392)
Contribuições do empregador	(515)	(476)
Contribuições esperadas do empregado	(199)	(92)
Rendimento esperado dos investimentos	(4.512)	(4.636)
(Ganho) perda na avaliação do Ativo do Plano	3.709	693
Benefícios pagos	5.593	5.294
Valor justo dos ativos no final do ano	**(62.533)**	**(66.609)**

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	**2021**	**2020**
Valor presente das obrigações atuariais	69.811	75.862
Valor justo dos ativos do plano	(62.533)	(66.609)
(=) Déficit (superávit) para planos cobertos	7.278	9.253
Valor do passivo	**7.278**	**9.253**

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

Premissas atuariais (% a.a.)	**2021**	**2020**
Taxa de desconto em 31 de dezembro	9,44	7,03
Taxa de rendimentos esperado sobre os ativos do plano em 31 de dezembro	9,44	7,03
Aumentos salariais futuros	4,00	5,85
Aumentos futuros de benefícios	4,00	4,00

Os valores justos dos ativos do plano foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão atuarial/ativo financeiro da Companhia no exercício:

	Obrigações atuariais	Ativo financeiro do plano	Saldo
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	**(73.812)**	**67.392**	**(6.420)**
Ganho atuarial	-	(693)	(693)
Perda atuarial na evolução da obrigação atuarial do plano	(2.168)	-	(2.168)
Custo dos juros	(5.085)	-	(5.085)
Rendimentos dos investimentos	-	4.636	4.636
Benefícios pagos	5.294	(5.294)	(0)
Outros	(91)	568	477
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(75.862)**	**66.609**	**(9.253)**
Ganho atuarial	-	(3.709)	(3.709)
Perda atuarial na evolução da obrigação atuarial do plano	5.704	-	5.704
Custo dos juros	(5.143)	-	(5.143)
Rendimentos dos investimentos	-	4.512	4.512
Benefícios pagos	5.593	(5.593)	(0)
Outros	(103)	714	611
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(69.811)**	**62.533**	**(7.278)**

Análise de sensibilidade

A Redução ou aumento mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo, tem as seguintes repercussões no Valor Presente das Obrigações:

Variação na Taxa Real Anual de Descontos de 3,07%	Valor Presente das Obrigações
Redução de 0,5 %	R$ 72.749.283,00
Aumento de 0,5 %	R$ 67.405.888,00

(c) Participação dos empregados no resultado

A Administração da Companhia distribui a seus empregados uma remuneração adicional, intitulado PPR - Programa de Participação nos Resultados. A apuração do PPR é realizada com base em um conjunto de indicadores (vide nota explicativa 6.d subitem(iii)). A movimentação em 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo em 1º de Janeiro	38.841	37.638
Pagamento do PPR	(40.779)	(43.033)
Reversão provisão PPR	1.947	5.412
Constituição da provisão PPR	40.772	38.824
Saldo em 31 de dezembro	40.781	38.841

31 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no valor de R$ 3.747 (R$ 3.896 em 2020) à sua Administração, representada pelos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e de Administração, pelos serviços prestados no exercício.

32 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade dos administradores, com cobertura máxima contratada de R$ 15.000. A renovação deste seguro ocorreu em março de 2022, com vencimento em abril de 2023.
A Companhia possui também seguro para eventuais riscos operacionais-incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, para a unidade administrativa do CAB, no montante de R$ 13.792, com vencimento da apólice em 30 de julho de 2022. Os demais ativos da Companhia não se encontram segurados.

33 INFORMAÇÃO ADICIONAL À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa
Reconhecimento de obrigações atuariais/passivo financeiro do plano em 2021 no valor de R$ 1.985 (R$ 2.832 em 2020).

Rendimentos provenientes de recursos vinculados, recursos de uso exclusivo em investimentos, no valor de R$ 2.101;

Capitalização de juros em Ativo de Contrato no valor de R$ 15.424.

A amortização, incluindo principal e juros, referente ao financiamento junto ao Governo do Estado correspondente ao valor de R$ 38.133 (R$ 74.111 em 2020) foram contabilizados no exercício de 2021 como crédito de adiantamento para futuro aumento de capital do acionista, Governo do Estado da Bahia, conforme previsto na cláusula quinta, parágrafo segundo do convênio firmado entre este e a Companhia.

Exclusão das adições ao imobilizado e intangível o montante de R$ 67.733 referente a fornecedores em aberto na data de 31 de dezembro de 2021;

Reconhecimento de provisão juros e variações sobre fornecedores pagos em atraso no montante de R$ 8.638 mil;

Aumento de capital com a utilização dos valores contabilizados como Reserva de Capital no montante de R$ 74 milhões.

34 DESAPROPRIAÇÕES

Os compromissos mais representativos da Companhia com desapropriações ou servidões ocorreram a partir de 2009, decorrentes da execução de obras relacionadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os desembolsos totalizaram em 2021 R$ 6.533 (R$ 2.469 em 2020).

35 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) O Governo do Estado da Bahia encaminhou medida social através da Lei 14.390 de 14.12.2021, que autoriza o à Embasa, excepcionalmente no mês de Dezembro/2021, a aplicar tarifa social prevista no "Programa de Tarifa Residencial Social" aos moradores, comerciantes e prestadores de serviços dos municípios baianos atingidos pelos desastres naturais decorrentes das chuvas intensas que acometeram o Estado.

b) Lei Complementar 51/2022
O Estado da Bahia aprovou em 10 de junho de 2019, Lei Complementar nº 48/2019, referente a regionalização com a criação de 19 microrregiões. Em Março de 2022, a LC 48 foi alterada pela Lei complementar nº 51, que entre outras modificações, introduz a possibilidade da descentralização administrativa da prestação dos serviços de saneamento das Microrregiões à estrutura administrativa do Estado da Bahia, a qual a EMBASA está inserida. Abrindo uma janela para regularização da prestação de situações contratuais não regulares, via delegação.

c) Lei da Criação da Embasa – Alteração pela Lei 14.466 de 31/03/2022
Para se adequar ao novo cenário trazido pelo Decreto 10.710/21 e participar de forma competitiva nas licitações promovidas pelos titulares dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a Embasa, através do Governo do Estado da Bahia, publicou a Lei 14.466 em 31 de março de 2022, essa lei altera a Lei 2.929/71, lei de criação da Embasa, onde foi acrescido o Art 15.A com a seguinte redação:

"Art. 15-A - Constitui objeto social da EMBASA a prestação de serviços de saneamento básico no Estado da Bahia e em todo o País, compreendendo as atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como seus subprodutos de forma adequada à saúde pública e em quaisquer outras correlatas que guardem relação direta ou indireta com o setor, para si ou para terceiros, conservando os recursos naturais, o meio ambiente e a segurança da vida, sem prejuízo da sustentabilidade financeira e com observância da universalização, controle social, prestação regionalizada e de outras formas previstas na legislação brasileira sobre os serviços"

De acordo com a referida Lei a Embasa poderá:
"I - coligar-se e associar-se, por qualquer forma, com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive participar e formar consórcio;

II - constituir ou integrar Sociedade de Propósito Específico - SPE, organizada como sociedade por ações ou limitada, de capital aberto ou fechado, majoritária ou minoritariamente, com objetivo específico e prazo de existência determinado, para que possa participar de licitações na área de saneamento básico de acordo com a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

III - subconceder ou subdelegar parte de suas atividades a terceiros com anuência prévia dos entes concedentes envolvidos na concessão, observando o quanto disposto nas Leis Federais nos 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 14.026, de 15 de julho de 2020."

O Estado da Bahia aprovou em 10 de junho de 2019, Lei Complementar nº 48/2019, referente a regionalização com a criação de 19 microrregiões. Em Março de 2022, a LC 48 foi alterada pela Lei complementar nº 51, que entre outras modificações, introduz a possibilidade da descentralização administrativa da prestação dos serviços de saneamento das Microrregiões à estrutura administrativa do Estado da Bahia, a qual a EMBASA está inserida. Abrindo uma janela para regularização da prestação de situações contratuais não regulares, via delegação.

d) Atendimento ao Decreto 10.710/21
A Agersa – Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia publicou no Diário Oficial da Bahia, dia 31/03/2022 a Resolução 003/2022 onde aprovou a capacidade econômica e financeira da Embasa para atuação em 292 municípios, a Etapa I teve o laudo emitido pela KMPG Auditores Independentes e a Etapa II teve a certificação emitida pela EY Brasil.

embasa

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 4.846.641.888,12

O Estado da Bahia aprovou em 10 de junho de 2019, Lei Complementar nº 48/2019, referente a regionalização com a criação de 19 microrregiões. Em Março de 2022, a LC nº 48 foi alterada pela Lei complementar nº 51, que entre outras modificações, introduz a possibilidade da descentralização administrativa da prestação dos serviços de saneamento das Microrregiões à estrutura administrativa do Estado da Bahia, a qual a EMBASA está inserida. Abrindo uma janela para regularização da prestação de situações contratuais não regulares, via delegação.

e) Reajuste de tarifa
Após amplo diálogo nas tratativas do reajuste tarifário anual junto a AGERSA (Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia), desde abril de 2021, a Companhia obteve autorização para o aumento tarifário no mês de outubro. A aplicação do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 9,15% passou a vigorar a partir de novembro do mesmo ano.

A Embasa já iniciou o levantamento das informações internamente dos itens que compõe o cálculo do reajuste tarifário de 2022, se preparando para instauração do reajuste anual e envio posterior das informações à referida agência reguladora até maio de 2022, sendo este o órgão responsável pela realização dos estudo técnicos para avaliação da necessidade de atualização tarifária da Embasa.

f) Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas Regulatório
A Agersa - Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia publicou a Resolução 06/2019 que aprova e institui o Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas Regulatório a ser utilizado pela Companhia com data de adoção em 01 de janeiro de 2020, porém, em virtude da necessidade de adequação sistêmica, novo prazo foi agendado: a elaboração dos balancetes mensais a partir de janeiro/2022 e as Demonstrações Regulatórias Completas a partir de 31 de março de 2023.

g) Captação de recursos
A Embasa está captando recursos junto à Caixa Econômica Federal no montante de R$ 692 milhões para financiamento de obras de água e esgotamento sanitário em 10 municípios do Estado da Bahia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria Executiva e Conselho de Administração da

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA

Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da **Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório em 19 de abril de 2021 com opinião sem modificação sobre estas demonstrações contábeis. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também as reclassificações descritas na Nota Explicativa 6.2, que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria executiva da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 20 de abril de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base no Parecer da BDO RCS Auditores Independentes, de 20 de abril de 2022, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições a serem encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas:

1. Da Modificação do Capital Social

a) subscrição de 15.604.609 Ações Nominativas no valor unitário de R$ 7,08 (sete reais e oito centavos), sendo 3.485.888 de Ações Ordinárias no valor de R$24.680.087,04 (vinte e quatro milhões, seiscentos e oitenta mil, oitenta e sete reais e quatro centavos) e 12.118.721 de Ações Preferenciais no valor de R$85.800.544,68 (oitenta e cinco milhões, oitocentos mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), totalizando R$110.480.631,72 (cento e dez milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos), para capitalizar os seguintes recursos: provenientes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-Governo do Estado, no total de R$38.133.178,39 (trinta e oito milhões, cento e trinta e três mil, cento e setenta e oito reais e trinta e nove centavos); ficando, deste montante, um residual contábil de R$ 1,03 (um real e três centavos) para futuro incorporação; Reserva de Incentivos Fiscais – Redução 75% IRPJ (SUDENE), no valor R$68.718.561,64 (sessenta e oito milhões, setecentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos) referentes ao incentivo apurado no ano de 2021 (R$71.173.230,81 reduzindo de R$2.455.329,07 devido ao ajuste do incentivo do ano de 2020) e o valor residual de anos anteriores (R$659,90) para capitalização por todos os acionistas, proporcionalmente ao número de ações preferenciais detidas pelos mesmos, em 31 de dezembro de 2021, ficando um residual geral contábil de R$3,76 (três reais e setenta e seis centavos) para futura incorporação. Fica à disposição dos acionistas minoritários 15.948 Ações Nominativas no valor unitário de R$7,08 (sete reais e oito centavos), sendo 571 Ações Ordinárias no valor de R$ 4.042,68 (quatro mil e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) e 15.377 Ações Preferenciais no valor de R$108.869,16 (cento e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), totalizando R$112.911,84 (cento e doze mil, novecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos); Reserva de Incentivos Fiscais – Reinvestimento (SUDENE), no valor R$3.628.746,57 (três milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) referente ao incentivo apurado no ano de 2020, conforme Parecer CGIF nº 0144/2022, aprovado pela Portaria DFIN Nº 0014/2022, e R$ 262,74 (duzentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos) referente a valores residuais de anos anteriores, totalizando o valor de R$3.629.009,31 (três milhões, seiscentos e vinte e nove mil, nove reais e trinta e um centavos) para capitalização por todos os acionistas proporcionalmente ao número de ações preferenciais detidas pelos mesmos em 31 de dezembro de 2021, ficando um residual geral contábil de R$6,63 (seis reais e sessenta e três centavos) para futura incorporação, em relação aos incentivos fiscais fica um resíduo contábil de R$106,20 (cento e seis reais e vinte centavos) para futura incorporação relativa aos acionistas minoritários;

b) a alteração do Capital Integralizado de R$4.846.641.888,12 (quatro bilhões, oitocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e doze centavos) para R$4.957.122.519,84 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e vinte e dois mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), equivalente a 700.158.548 ações, assim distribuídas: 446.534.521 Ações Ordinárias e 253.624.027 Ações Preferenciais, ambas Nominativas e de valor unitário de R$7,08 (sete reais e oito centavos);

c) a alteração do texto do art. 5º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 5º - O capital autorizado da sociedade é de R$5.664.000.000,00 (cinco bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de reais), divididos em 800.000.000 de Ações Nominativas no valor unitário de R$7,08 (sete reais e oito centavos), sendo 520.000.000 Ações Ordinárias e 280.000.000 Ações Preferenciais, sem direito a voto, e de 4.957.122.519,84 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e vinte e dois mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), o capital subscrito e integralizado";

2. Da Destinação dos Lucros Acumulados

Constituir Reserva Legal de R$23.277.933,42, Retenção de Lucros para Expansão - Reserva para Investimentos de R$347.847.836,68 conforme orçamento de capital contido no programa de investimentos (art. 196 da lei 6.404/76), e Reconhecer Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios de R$22.203.053,40 (vinte e dois milhões, duzentos e três mil, cinquenta e três reais e quarenta centavos), em conformidade com o previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações, sendo: Governo do Estado: R$22.146.046,34 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e seis mil, quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos) e acionistas minoritários: R$57.007,06 (cinquenta e sete mil, sete reais e seis centavos).

3. Da destinação do saldo da conta Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios

Destinação da reserva, na parte que cabe ao acionista majoritário, para compensação de contas de água de consumidores de baixa renda, beneficiários de tarifa social, em função da edição da Lei 14.390 de 14/dez/2021, que traz em seu texto:

Art. 6º - Fica a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA, excepcionalmente no mês de dezembro de 2021, e como forma de auxílio ao enfrentamento dos danos causados pelos desastres naturais decorrentes das chuvas intensas que acometeram o Estado, autorizada a aplicar a tarifa social prevista no "Programa Tarifa Residencial Social" aos moradores, comerciantes e prestadores de serviços dos municípios baianos atingidos.
§ 1º - Para fins do disposto no caput deste artigo, deverão ser observados pelos beneficiários o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:
I - residam ou tenham a sede dos comércios e prestadoras de serviço em Município abrangido por Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, motivado pelas chuvas intensas ocorridas no Estado, declarado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual ou por ato de autoridade competente e por ele homologada;
II - tenha o imóvel sido efetiva e diretamente atingido pelo desastre, mediante comprovação por documento oficial emitido pela Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado, pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia ou por órgão público competente do Município.
§ 2º - O cadastramento dos beneficiários de que trata este artigo será feito pela EMBASA.
Art. 7º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder às alterações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei.

4. Da compensação dos dividendos do acionista majoritário:

a) referente saldo Isenção Covid-2021: R$13.186.855,77

b) referente a Lei Estadual no 14.390/2021: R$871.048,68

5. Da distribuição dos dividendos:

ao Governo do Estado: R$8.088.141,89;
aos acionistas minoritários: R$57.007,06

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2022, certificando que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira da EMBASA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Considerando, ainda, o pronunciamento do Conselho de Administração, emitido em 20 de abril de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão das referidas Demonstrações Financeiras, bem como das propostas de Destinação dos Lucros Acumulados, incluindo a compensação e a distribuição de dividendos, e de modificação do Capital Social à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia.

Salvador, 20 de abril de 2022.

Eracy Lafuente Pereira

Cecília Pinheiro Souza | **Adriano Tadeu Oliveira Guedes Chagas**

Carlos Renato do Amaral Portilho | **Luciana Maria Rocha Moreira**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o RELATÓRIO ANUAL E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APURADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, submetem os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Salvador, 20 de abril de 2022.

Cícero de Carvalho Monteiro
Presidente
CPF 245.164.145-20

Abelardo de Oliveira Filho
Membro
CPF 096.009.905-06

Rogério Costa Cedraz
Membro
CPF 642.163.305-68

Luciane Rosa Croda Stenzel
Membro
CPF 597.348.255-34

José Lopes Hott Júnior
Membro
CPF 878.012.841-34

Edmon Lopes Lucas
Membro
CPF 041.126.285-87

Sérgio de Oliveira Silva
Membro
CPF 648.234.315-53

DIRETORIA EXECUTIVA

Rogério Costa Cedraz
Presidente
CPF 642.163.305-68

Diretor de Gestão Corporativa
Flávia Corrêa Lordello
CPF nº 835.521.975-91

Diretor de Operação da RMS
Carlos Ramirez Magalhães Brandão
CPF 248.635.305-44

Diretora de Empreendimentos
Rita de Cássia Sarmento Bonfim
CPF 405.895.875-87

Diretora Financeira e Comercial - Interino
Marcela Lima Filgueiras de Macedo
CPF 016.254.475-82

Diretor de Operação do Interior
José Ubiratan Cardoso Matos
CPF 452.920.195-34

Diretor Técnico e de Planejamento
César Silva Ramos
CPF 615.523.305-59

CONTADORES

Mônica Simone Pinheiro Telles Pita
Gerente da Unidade de Contabilidade e Tributos
CRC BA 018487/O-2

Ana Paula Nunes da Costa
Gerente Setorial de Contabilidade Societária
CRC BA 17484/O-6

O CLASSIFICADO QUE MAIS VENDE NA BAHIA

Populares

CONFIRA AS MELHORES OFERTAS

LIGUE E ANUNCIE 3533.0855

WWW.ATARDE.COM.BR/CLASSIFICADOS

CLASSIFICADOS@GRUPOATARDE.COM.BR

APARTAMENTOS

BARRA

3 QUARTOS garagem, amplo. ✆(71)99914-0395 proprietária.

JÓIA DA PRINCESA. Encantador 3 quartos, 300 metros do PORTO. Localizadíssimo. Finamente mobiliado e decorado. Garagem. Ideal idoso. ✆(71)98860-3658 CRECI 7896.

CANELA

4 QUARTOS 1 suíte, 2 garagens, varanda, andar alto, nascente. ✆(71)99214-3825. CRECI 5477

GRAÇA

4 QUARTOS 2 suítes, 2 garagens, 2 varandas, área privada 250,01m², andar alto, nascente. ✆(71)99214-3825. CRECI 5477

LAURO DE FREITAS

ESTRADA DO COCO. Cond Fechado Km 8,5. Nascente. Após entrada Busca Vida. R$158.000,00. ✆(71)99371-7565.

APARTAMENTOS

BARRA

ALUGA-SE ou vende-se apartamento, 1/4, garagem, elevador, mobiliado, ar condicionado, completo, Graça, Porto da Barra. ✆(015 71)99608-8025, (71)99611-4544.

ITAIGARA

2 QUARTOS R$1.400,00 Armários, 1 vaga garagem. Outra: 2/4, semi-mobiliado, garagem, R$1.500,00, Pituba. ✆(71)98183-6072. Whatsapp

STIEP

2 QUARTOS Dependência, mobiliado, Bancários. ✆(71)98728-4872

OUTROS

QUARTOS E VAGAS

ALUGAMOS quarto moças, Jardim Nazaré. ✆(71)99103-0089.

Em atendimento a Lei 12.741/2012, a carga tributária incidente obedece a seguinte tabela:

	ISS	ICMS	PIS	COFINS	IPI
Assinatura	Não Incide	Imune	0,65%	3,00%	Imune
Venda Avulsa	Não Incide	Imune	0,65%	3,00%	Imune
Classificados	Não Incide	Não Incide	0,65%	3,00%	Não Incide
Publicidade	Não Incide	Não Incide	0,65%	3,00%	Não Incide
Serviços Gráficos	5%	Não Incide	0,65%	3,00%	Não Incide

AUTOMÓVEIS

SERVIÇOS E AFINS

SERVIÇOS

CONSÓRCIO Imóveis, Autos programado sem lance. Imóveis: 12 parcelas pagas antecipa 36 está contemplado. Não faz cadastros. Autos 6 parcelas pagas, antecipa 18, tá contemplado. Temos outras opções, motos e serviços. Contatos: ✆(71)98849-0215. mrsampaio84@gmail.com

EMPREGOS
Cursos & Concursos

ADM/CONTABILIDADE

ADMITE-SE Auxiliar Administrativo, com experiência. Enviar currículo para o email: qatarmagazine@hotmail.com

ADMITIMOS Professores de ARTE e PROGRAMAÇÃO para Fundamental 1 e 2. Email: contato@colegiologofundamental.com.br

COMÉRCIO

PRECISA-SE Mecânico automotivo. ✆(71)3644-3044, ✆99241-0841.

VENDEDOR peças automotivas. ✆(71)3644-3044, ✆(71)99241-0841.

CONSTRUÇÃO CIVIL

COMPRADOR Com experiência em Construção Civil, salário R$4.000,00. Enviar email para: ppol@terra.com.br

EDUCAÇÃO

AUXILIAR Administrativo que tenha conhecimento em Inglês, português e matemática, goste de estudar e de trabalhar com crianças. kumonrbn@hotmail.com

INDÚSTRIA

CONTRATA-SE Mecânico, auxiliar, refrigeração, manutenção, instalação, split. ✆(71)98485-7272. Email: recrutamento-2009@hotmail.com

OUTROS

TÉCNICO Refrigeração, experiência: sistema vrf, central de ar e split. ✆(71)98485-7272. Email: recrutamento-2009@hotmail.com

"Procura-se auxiliar fiscal ou contábil nível médio, conhecimento sistema alterdata, começo imediato enviar currículum Email: ahseleca08@gmail.com"

PARA anunciar é só ligar. ✆3533-0855.

NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES

SERVIÇOS

ASSUMIMOS empresas dívidas, faturamento anual 2 milhões. ✆(71)99103-0089.

Anuncie sem sair de casa.

Ligue 3533.0855 ou acesse: www.atarde.com.br/classificados

ESPORTE, LAZER E TURISMO

TURISMO

VIAGENS E EXCURSÕES

APROVEITE: Aracaju 23/06 a 26/06/2022. ✆(71)3331-0397, ✆(71)3012-8024, ✆(71)99274-9700, ✆(71)98611-9080 whatsapp. www.donotur.com.br

RELIGIOSOS

MÍSTICO

PAI YANKO DE OXÓSSI
instruido por seus guias espirituais de luz pode te ajudar! Abra seus caminhos para o amor! Você pode e deve ser feliz! Pai Yanko de Oxóssi com mais de 37 anos de experiência é especialista em realizar Amarração Amorosa Atrativa, Dominadora, Definitiva. Frieza Sexual, Sentimento de Rejeição, frustração. Realizamos poderosos rituais de alta magia! limpeza energética!! Afastamento de entidades más e má energia. Casos políticos, judiciais! Pai Yanko pode te ajudar em todas as áreas da sua vida. Consultas online ou presencial! Gamofobia (Medo de Compromisso). Não deixe para amanhã, o amor que pode ser seu hoje!!! Desmanche de trabalho feito, olho grande, feitiçarias! Doenças espirituais podem ser curadas e resolvidas! Trabalhando com clareza e discrição! Pai Yanko- Especialista em tratamento para curas e cirúrgias Espirituais! Consultas com cartas, Búzios, tarô! Trabalho com absoluto sigilo, ética e responsabilidade! Você que sofre com amor, casamentos fracassados, venha buscar uma orientação para seus problemas! Aceitamos cartão de Crédito. *Resultado Imediato de 3 a 7 dias sem falsas promessas. Pagamento após o resultado. Atendimentos presencial e online via WhatsApp (71)98830-6865, (71)3353-3681. www.mestreyanko.com.br

MÍSTICO

PAI YANKO DE OXÓSSI
Instruido por seus guias espirituais de luz pode te ajudar! Abra seus caminhos para o amor! Você pode e deve ser feliz! Pai Yanko de Oxóssi com mais de 37 anos de experiência é especialista em realizar Amarração Amorosa Atrativa, Dominadora, Definitiva. Frieza Sexual, Sentimento de Rejeição, frustração. Realizamos poderosos rituais de alta magia! limpeza energética!! Afastamento de entidades más e má energia. Casos políticos, judiciais! Pai Yanko pode te ajudar em todas as áreas da sua vida. Consultas online ou presencial! Gamofobia (Medo de Compromisso). Não deixe para amanhã, o amor que pode ser seu hoje!!! Desmanche de trabalho feito, olho grande, feitiçarias! Doenças espirituais podem ser curadas e resolvidas! Trabalhando com clareza e discrição! Pai Yanko- Especialista em tratamento para curas e cirúrgias Espirituais! Consultas com cartas, Búzios, tarô! Trabalho com absoluto sigilo, ética e responsabilidade! Você que sofre com amor, casamentos fracassados, venha buscar uma orientação para seus problemas! Aceitamos cartão de Crédito. *Resultado Imediato de 3 a 7 dias sem falsas promessas. Pagamento após o resultado. Atendimentos presencial e online via WhatsApp: (71)98830-6865, (71)3353-3681. www.mestreyanko.com.br

ENCONTROS PESSOAIS

A PRIMEIRA EQUIPE
Especializada em cuidar de você. Venha relaxar com deliciosa massagem relaxante sexual R$40,00. Com verdadeiras namoradinhas liberais, tranquilas e sem frescuras. Quadro renovado. Imbuí. Aceitamos cartões e pix. ✆(71)4101-1466, (71)98805-3203 (Whatsapp)

ENCONTROS PESSOAIS

O BRUNO
Preto, grafoso, dotado, 27 anos. ✆(71)95993-0336.

OXÓSSI - O CAÇADOR DOS CÉUS. Oxóssi é o Orixá da caça, chamando muitas de Ode Wawá, ou seja, "caçador dos Céus". É a divindade da fartura, da abundância, da prosperidade. Em seu lado negativo, porém, pode ser também o pai da míngua, da falta de provisão. Suas principais características são a ligeireza, a astúcia, a sabedoria, o jeito ardiloso para faturar sua caça. É um Orixá de contemplação, amante das artes e das coisas belas. Como todos os outros Orixás, Oxóssi também está no dia a dia dos seres vivos, convivendo intimamente com todos nos. Dentro do culto, ele é o caçador do Axé, aquele que busca as coisas boas para uma Casa de Santo, aquele que caça as boas influências e as energias positivas.

ORAÇÃO PARA SANTO ANTÔNIO "Glorioso Santo Antônio que tivestes a sublime dita de abraçar e afagar o Menino Jesus, alcançai-me a graça que vos peço e vos imploro do fundo do meu coração. Vós que tendes sido tão bondoso para com os pecadores, não olheis para os poucos méritos de quem vos implora, mas antes fazei valer o vosso grande prestígio junto a Deus para atender o meu insistente pedido. Amém."

XANGÔ GUERREIRO! Talvez estejamos diante do Orixá mais cultuado e respeitado no Brasil. Isso porque foi ele o primeiro deus iorubano, por assim dizer, que pisou em terras brasileiras. É, portanto, o principal tronco dos candomblés do Brasil. Xangô é o rei das pedreiras, Senhor dos coriscos e do trovão, Pai da justiça e o Orixá da política. Guerreiro, bravo e conquistador, Xangô também é conhecido como o Orixá mais vaidoso, entre os deuses masculinos africanos. É monarca por natureza e chamado pelo termo Obá, que significa rei. É o Orixá que reina em Oyó, na Nigéria, antiga capital política daquele país.

OXÓSSI - O CAÇADOR DOS CÉUS. Oxossi é o Orixá da caça, chamado muitas de Ode Wawá, ou seja, "caçador dos Céus". É a divindade da fartura, da abundância, da prosperidade. Em seu lado negativo, porém, pode ser também o pai da míngua, da falta de provisão. Suas principais características são a ligeireza, a astúcia, a sabedoria, o jeito ardiloso para faturar sua caça. É um Orixá de contemplação, amante das artes e das coisas belas. Como todos os outros Orixás, Oxossi também está no dia a dia dos seres vivos, convivendo intimamente com todos nós. Dentro do culto, ele é o caçador de Axé, aquele que busca as coisas boas para uma Casa de Santo, aquele que caça as boas influências e as energias positivas.

JÁ ESTAMOS EM NOSSA NOVA SEDE!

Com grande satisfação, o CRECI-BA comunica que todos os nossos setores já estão instalados na nova sede!

O nosso novo endereço é: **Rua Metódio Coelho, nº 71, Edf. Samuel Arthur Prado, Parque Bela Vista, Salvador/BA. CEP: 40279-120.**

A partir desta data, todos(as) poderão ser confortavelmente atendidos(as) presencialmente em nossas novas instalações.

Nesse primeiro momento, lembramos que, pelo fato de ser uma mudança ainda recente, estamos em fase de organização estrutural, com o objetivo de alinhar tudo, a fim de buscar a excelência no atendimento prestado. Esclarecemos que, **nessa primeira fase,** ainda estamos pendentes na transferência da central telefônica e, por esse motivo, os atendimentos telefônicos estão sendo prestados **somente através dos contatos de celular,** via ligações ou mensagens de Whatsapp, e dos e-mails corporativos, como seguem descritos abaixo:

- **Departamento Administrativo:** novas inscrições, transferências, secundárias, eventuais, cancelamento, registro de estágio – (71)98802-5632, (71)99615-5031 ou adm@creciba.gov.br;
- **Departamento de Fiscalização:** informações referente ao andamento de processos éticos disciplinares, apresentação de defesas de auto de infração, audiências de conciliação – (71)98802-3509, (71)98104-1954 ou fiscal@creciba.gov.br;
- **Departamento Financeiro:** emissão de boletos e parcelamento de anuidade – (71)99714-7795, (71)98802-5628, (71)98802-5633 ou tesouraria@creciba.gov.br/ tesouraria2@creciba.gov.br;
- **Departamento de Cobrança:** informações acerca dos processos de execução fiscal, inclusão CADIN e protestos de dívidas – (71)98876-1663 ou dividaativa@creciba.gov.br/ cobrança@creciba.gov.br;
- **Assessoria Jurídica:** atendimento jurídico orientações, dúvidas, às quartas-feiras, das 09-13h – (71)99615-5031 ou juridico@creciba.gov.br
- **Ouvidoria:** realizar denúncias, reclamações, elogios, dúvidas e informações – (71)98112-3540 ou ouvidoria@creciba.gov.br;
- **Secretaria Executiva:** inscrição no CNAI ou informações sobre a agenda da Presidência – (71)98802-5638 ou creciba@creciba.gov.br;
- **COPEL:** informações/orientações de licitações e processos de compras – (71)98158-7920 ou compras@creciba.gov.br;
- **Departamento de Tecnologia da Informação:** suportes de sistemas ou suporte de cursos EAD – (71)98890-7432 ou cpd@creciba.gov.br.
- **Assessoria de Comunicação:** Contatos com a Imprensa, Releases, Divulgações – (71) 988025639 ou comunicação@creciba.gov.br.

WWW.CRECIBA.GOV.BR
SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS
@crecibahiaofi cial | /creciba | creciba

SECOVI

MUDANÇAS QUE A PANDEMIA TROUXE PARA FICAR:

ASSEMBLEIAS VIRTUAIS E A LEI Nº 14.309/22

A pandemia de COVID-19 chegou e sacudiu a vida de todas as pessoas, mexeu com as rotinas e alterou processos que já funcionavam em sua plenitude. Foi assim com as empresas e seus postos de trabalho, e não diferente com os condomínios.

Mesmo depois de determinada a necessidade de distanciamento social, impedindo a concentração de pessoas no mesmo local, as discussões e decisões que precisavam ser tomadas em assembleias não poderiam esperar por um prazo indefinido. Foi aí que entraram em cena as assembleias virtuais, que foram temporariamente autorizadas pelo Governo, devido ao seu caráter emergencial. Assim, condôminos de várias partes do país, puderam se reunir com seus vizinhos e a gestão administrativa dos seus condomínios, através de plataformas digitais, como zoom, google meet, dentre outras, e todas as decisões ali tomadas deveriam ser validadas por todos.

Passado o período mais crítico da pandemia, entretanto, eis que o Governo Federal aprova a Lei nº 14.309/22, que autoriza a permanência das assembleias virtuais para decisões nos condomínios, acrescentando o Art. 1354-A ao Código Civil, fornecendo amparo legal à estas, ainda que não haja previsão na Convenção do Condomínio.

Sancionada e publicada em 08 de março de 2022, a nova Lei determina que, não havendo proibição em Convenção, quaisquer modalidades de assembleias – ordinárias ou extraordinárias – poderão acontecer de forma eletrônica/virtual ou híbrida, quando parte dos participantes se encontra presente no mesmo ambiente e parte em ambiente virtual. Deve estar determinado em edital de convocação a forma como se dará a instalação, o funcionamento e o encerramento da assembleia, assim como a forma de acesso, de manifestações e de votações, quando for o caso. Vale salientar que a administração do condomínio não poderá ser responsabilizada em caso de falhas de conexão por parte dos condôminos.a

SECOVI-BA - www.secovi-ba.com.br
Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 8:30h às 13:30h
Contatos: (71)3272-7272 / secovi-ba@secovi-ba.com.br.